

Trabalho de Conclusão de Curso

Curso de Graduação em Geografia

CAPITAL FINANCEIRO E LAND GRABBING  
O CONTROLE DE TERRAS PARA O MONOCULTIVO DE FLORESTAS

Mariana Lopes da Silva

Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro (SP)

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

MARIANA LOPES DA SILVA

CAPITAL FINANCEIRO E LAND GRABBING  
O CONTROLE DE TERRAS PARA O MONOCULTIVO DE  
FLORESTAS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Geociências e  
Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro,  
da Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho, para obtenção do grau  
de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP  
2018

S586c Silva, Mariana Lopes da  
Capital financeiro e land grabbing : O controle de terras para o monocultivo de florestas / Mariana Lopes da Silva.  
-- Rio Claro, 2018  
94 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro  
Orientador: Samuel Frederico

1. Land Grabbing. 2. Silvicultura. 3. Financeirização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo de minha vida tive a sorte de conhecer pessoas que me encorajam a cada dia, como:

Minha mãe, Lélia, e meu pai, Wilson, que deram todo o suporte para que eu me tornasse a pessoa que sou, com muito amor e respeito pelas minhas decisões;

Samuel, orientador desse projeto, com toda sua sabedoria (que vai muito além da acadêmica);

Lambda, Xepa, Baggio, Charlinha, Sula, Bino, Furacão, Mamusca, Lisa, Kika, Inércia e She Ra, com toda a sororidade que ficava estampada em pequenos detalhes no dia a dia compartilhado;

Valesca e seu humor irônico e ácido, que no fundo revela um coração cheio de amor e Marcella, com sua forma nada convencional de ver o mundo;

Todos os integrantes da “Chapa Construção” do CAEGE 2017, que me proporcionaram inúmeros momentos de reflexão sobre o mundo, tudo isso em um ambiente repleto de amizade e carinho;

Todos os alunos da turma 56 da Geografia da UNESP de Rio Claro, amigos com quem partilhei momentos muito felizes;

FAPESP, pelo apoio e patrocínio da pesquisa.

Meus mais sinceros agradecimentos a todas e todos presentes nessa lista, vocês são inspiradores.

## **RESUMO**

No atual período de sobreacumulação de capital, o capital financeiro busca constantemente novas formas de acumulação, sobretudo, por intermédio da incorporação de novos ativos e territórios ao seu portfólio de investimentos. Como consequência, além das tradicionais aplicações em instrumentos financeiros, como ações, debêntures, obrigações e títulos cambiais, é cada vez mais comum os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados ativos reais, isto é, infraestruturas, imobiliário urbano e terras agrícolas. Este último tipo de investimento levou à popularização do atual fenômeno de Land Grabbing. Apesar de variado em origem, destino e impacto e ainda inconclusivo, este último pode ser definido pelo uso intensivo de capital para o controle de terras e recursos como forma de acumulação e resposta à conjugação das atuais crises financeira, energética, alimentar e ecológica do projeto de globalização neoliberal. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa pretende analisar as formas de atuação da empresa Brookfield Brasil, controlada pela empresa financeira canadense Brookfield Asset Management Inc. Segundo o seu próprio Relatório Anual de 2014, a Brookfield Asset Management é uma das maiores empresas financeiras do mundo, com foco na gestão de ativos reais, especialmente, imobiliários, infraestrutura, energia e private equity. Naquele ano, a empresa afirmava ter sob gestão cerca de US\$ 200 bilhões em ativos, sendo 150 bilhões nos EUA e Canadá, 20 bilhões na América do Sul, 15 bilhões na Ásia e Austrália e US\$ 11 bilhões na Europa e Oriente Médio. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar as estratégias de uso do território do grupo Brookfield a partir do controle de terras voltadas para o monocultivo de florestas. Para isso, a pesquisa comporta três aspectos principais: 1) Analisar os mecanismos de capitalização dos fundos geridos pela Brookfield Asset Management; 2) Analisar a tese de investimentos e formas de aplicação do fundo do agronegócio gerido pela Brazil Timber Fund I e II; 3) Demonstrar a expansão do controle de terras para o cultivo de florestas propiciada pelos fundos. Com esses objetivos pretendemos demonstrar a correlação entre a financeirização da economia mundial e a aquisição e controle de terras em larga escala no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Land grabbing. Silvicultura. Financeirização

## **ABSTRACT**

In the current period of Capital overaccumulation, financial capital constantly seeks innovative ways of accumulation, especially via new assets and territories incorporation in their investment portfolio. As a consequence, beyond the traditional applications in financial instruments, as stocks, debentures and securities exchange, it is becoming more common the capital overaccumulated investments in the so-called "real assets" - Infrastructure, urban property and agricultural lands. This last type of investment caused the actual phenomenon of Land Grabbing popularization. Although its diverse origin, destination and impact, Land Grabbing can be defined by the intensive use of capital for land control as a form of accumulation and response to the current financial, food, energetic and ecologic crises of the neoliberal globalization project. Therefore, this research wants to analyze the Brookfield Brasil actuation forms, corporation controlled by the Canadian financial company Brookfield Asset Management Inc. According to their annual report of 2014, Brookfield Asset Management is one of the biggest financial companies of the world, with asset management focus, especially real estate assets, Infrastructure, energy and private equity. In that year, the corporation declared to have around US\$ 200 billion in assets - 150 billion in the USA and Canada, 20 billion in South America, 15 billion in Asia and Australia and US\$ 11 billion in Europe and Middle East. Therefore, this research objective is to analyze the Brookfield territorial use strategies, in the perspective of forests monoculture control. To this end, the research contains three principal aspects: 1) Analyze mechanisms of funds managed by Brookfield Asset Management capitalization. 2) Analyze the agribusiness fund managed by Brazil Timber Fund I e II investment thesis and forms of application. 3) Demonstrate land control expansion for forests cultivation. With these objectives, we want to demonstrate the correlation between the financialization of global economy and the large-scale Brazilian land acquisition and control.

**Keywords:** Land grabbing. Forestry. Financialisation

MARIANA LOPES DA SILVA

**CAPITAL FINANCEIRO E LAND GRABBING  
O CONTROLE DE TERRAS PARA O MONOCULTIVO DE  
FLORESTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Geociências e  
Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro,  
da Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho, para obtenção do grau  
de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Samuel Frederico (orientador)

Marcelo Alves Teodoro

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento

Rio Claro, 06 de dezembro de 2018.



Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. O uso do território para o monocultivo de florestas .....	13
2.1. A origem e consolidação do circuito espacial produtivo de celulose no país.....	13
2.2. O setor produtivo de celulose no território brasileiro .....	17
3. Land Grabbing e o agronegócio globalizado .....	24
3.1. Capital portador de juros e a aquisição de terras .....	24
3.2. O fenômeno de land grabbing e a corrida mundial por terras .....	36
3.3. Land Grabbing no monocultivo de Florestas .....	46
4. A empresa canadense Brookfield e seus fundos de investimento .....	55
4.1. As estratégias da empresa Brookfield em seus fundos pro agronegócio .....	55
4.2. Os investimentos nos fundos voltados para a silvicultura (Brazil Timber Fund I e II).....	64
4.3. A materialização do capital financeiro a partir da aplicação dos fundos captados .....	75
5. Conclusão .....	81
REFERÊNCIAS.....	87

## **1. INTRODUÇÃO**

No atual período de sobreacumulação de capital (ARRIGHI, 2008; HARVEY, 2004), o capital monetário busca constantemente novas formas de acumulação, sobretudo, por intermédio do mercado financeiro. Além das aplicações nos tradicionais instrumentos financeiros, como ações, debêntures e títulos cambiais e de dívidas públicas e privadas, é cada vez mais comum os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados “ativos reais”, isto é, infraestruturas, imobiliário urbano e terras agrícolas.

Este último tipo de investimento levou à popularização do atual fenômeno de Land Grabbing. Apesar de variado em origem, destino e impacto e ainda inconclusivo, ele pode ser definido pelo uso intensivo de capital para o controle (control grabbing) de terras e recursos como forma de acumulação e resposta à conjugação das atuais crises (financeira, energética, alimentar, ecológica) do projeto de globalização neoliberal (BORRAS, et al., 2011; MCMICHEL, 2012; COTULA, 2012). O monitoramento realizado desde 2000 pela organização The Land Matrix<sup>1</sup> revela que até abril de 2016, mais de 40 milhões de hectares de terras com potencial de conversão agrícola haviam sido adquiridos, sobretudo, por investidores institucionais<sup>2</sup> em todo o mundo.

Apesar de o montante ser considerável, os dados restringem-se aos acordos transnacionais, isto é, que envolvem necessariamente a compra de terras por estrangeiros, e muito provavelmente estão subestimados pela dificuldade em se ter acesso às informações sobre todas as transações realizadas. De qualquer forma, eles auxiliam na afirmativa de Gunnoe (2014) de que testemunhamos uma integração sem precedentes entre o capital financeiro e a propriedade da terra, ao menos na escala – pela abrangência mundial e quantidade de terras envolvidas - e na lógica atual de atuação, com a transformação da terra em um ativo do portfólio de investidores institucionais.

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes ver: <http://www.landmatrix.org/>.

<sup>2</sup> Denominamos investidor institucional qualquer instituição financeira ou estatal que investe no mercado de capitais, como o Estado e outras instituições públicas, bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões, indivíduos de alta renda, etc. Pelos grandes volumes de títulos que movimentam nos mercados financeiros, os investidores institucionais podem ser considerados como os mais importantes agentes do capitalismo contemporâneo.

Apesar do grande destaque e abrangência em pesquisas internacionais, o tema ainda é pouco explorado na Geografia Brasileira. Seu estudo é de grande importância para revelar uma série de modificações que vem ocorrendo no território brasileiro. Já se sabe que grandes empresas agrícolas que atuam no Brasil, como Sollus Capital, El Tejar, Calyx Agro, Tiba Agro, Radar e Brookfield Brasil, são controladas pelo capital financeiro (FREDERICO, 2015). O estudo destas empresas e de seus interesses podem nos mostrar de forma materializada a financeirização da economia e sua expressão territorial.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa analisará as formas de atuação da empresa Brookfield Brasil, controlada pela empresa financeira canadense Brookfield Asset Management Inc. Segundo o seu próprio Relatório Anual de 2014<sup>3</sup>, a Brookfield Asset Management é uma das maiores empresas financeiras do mundo, com foco na gestão de ativos reais, especialmente, imobiliários, infraestrutura, energia e private equity. Naquele ano, a empresa afirmava ter sob gestão cerca de US\$ 200 bilhões em ativos, sendo 150 bilhões nos EUA e Canadá, 20 bilhões na América do Sul, 15 bilhões na Ásia e Austrália e US\$ 11 bilhões na Europa e Oriente Médio.

Essa empresa se instalou no Brasil no início do século XX, com diversas frentes de investimentos: infraestrutura, energia renovável, private equity e investimentos imobiliários. A partir da década de 1960, passou a investir também no segmento agropecuário e florestal, se tornando expressiva neste último, após os anos 2000, com o controle de mais de 300 mil hectares de terras, distribuídas principalmente entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

A empresa age de duas principais maneiras: obtém terras de pastagem ou de vegetação nativa e as transforma em áreas altamente produtivas ou compra terras já produtivas por um preço relativamente baixo, principalmente em áreas de expansão da fronteira agrícola, elevando seu preço a partir da construção de infraestrutura (FREDERICO, 2015).

Com relação aos investimentos em monocultura de florestas<sup>4</sup>, a empresa passou a ter uma atuação significativa após a capitalização propiciada pelo lançamento de dois fundos de investimentos: Brookfield Brazil Timber I e II, em 2008 e 2013, respectivamente. Cada um dos fundos atraiu cerca de US\$ 300 milhões para investimentos direcionados principalmente para

---

<sup>3</sup>Brookfield Brasil. Relatório Anual, 2014. Disponível em: [https://www.brookfieldbr.com/\\_Global/4/img/content/File/Reports/2014.pdf](https://www.brookfieldbr.com/_Global/4/img/content/File/Reports/2014.pdf)

<sup>4</sup> Utilizaremos o termo “monocultura de florestas” para designar o plantio em larga escala de um único tipo vegetal de florestas plantadas (silvicultura), como pinus, eucalipto, etc. para fins de exploração comercial da madeira.

o monocultivo de eucalipto no território brasileiro. Com isso, em 2014, o a Brookfield possuía 319 mil hectares de monocultivos florestais sob gestão.

Portanto, esta pesquisa se concentrará no monocultivo de florestas pela empresa Brookfield. Tais Monoculturas Florestais atendem à demanda das indústrias moveleira, siderúrgica, de construção civil, de papel e celulose. A indústria de celulose ocupa hoje uma posição de destaque nas exportações brasileiras e consta entre os dez produtos mais vendidos pelo Brasil. Nos últimos anos, por conta do crescente consumo mundial de papel houve a valorização desse produto e o mercado está bastante aquecido na América do Sul, principalmente no Brasil e no Chile (JOLY, 2007).

### **A empresa Brookfield Asset Management**

Segundo o seu próprio Relatório Anual de 2014<sup>5</sup>, a Brookfield Asset Management é uma das maiores empresas financeiras do mundo. No território brasileiro, a empresa está presente desde o final do século XIX<sup>6</sup>. Ela foi uma das empresas responsáveis pela implantação do sistema de iluminação pública e de transporte coletivo (bondes elétricos), com a fundação das empresas São Paulo Tramway, Light and Power Company em 1899 e da Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company em 1905. Atualmente, além de investimentos em infraestruturas, como rodovias pedagiadas, ferrovias, portos e terminais intermodais, a empresa possui também inversões na geração de energia hidrelétrica, eólica e biomassa, em prédios comerciais e shopping centers, em diversas empresas com potencial de crescimento (private equity), assim como terras, produção agropecuária e florestal.

Para a ampliação dos investimentos em terras e na produção de grãos, a Brookfield Asset Management criou em 2010 um fundo dedicado ao agronegócio brasileiro denominado Brookfield Brazil AgriLand Fund (BBAF), a exemplo de seus fundos florestais como o Brookfield Brazil Timber Fund I e II<sup>7</sup>. Entre 2008 e 2014, o BBAF foi o segundo maior fundo em volume de capital dedicado exclusivamente ao agronegócio brasileiro, ao reunir o montante de US\$ 330 milhões. Ele ficou atrás somente da captação realizada pelo fundo Brasil

---

<sup>5</sup> Brookfield Brasil. Relatório Anual, 2014. Disponível em: [https://www.brookfieldbr.com/\\_Global/4/img/content/File/Reports/2014.pdf](https://www.brookfieldbr.com/_Global/4/img/content/File/Reports/2014.pdf)

<sup>6</sup> A empresa foi uma das responsáveis pela criação do sistema de iluminação pública e de transporte coletivo (bondes elétricos), com a fundação das empresas São Paulo Tramway, Light and Power Company, em 1899, e da Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, em 1905.

<sup>7</sup> Os dois fundos florestais criados pela Brookfield captaram um montante de cerca de R\$ 550 milhões entre 2008 e 2013 para investimentos na produção de pinus e eucaliptos.

Agronegócio gerido pela empresa de private equity brasileira BRZ Investimentos. Do total de capital comprometido, cerca de 1/3 foi alocado pela própria Brookfield, como forma de demonstrar aos demais investidores o comprometimento e confiança com relação aos rendimentos futuros do fundo. O restante do capital foi proveniente de uma diversidade de fundos de pensão públicos e privados de diferentes nacionalidades, além de companhias de seguro e endowment funds.

Para compreendermos a psicoesfera (SANTOS, 1996) criada para a atração de investidores, assim como as estratégias de investimentos, é interessante analisarmos brevemente a tese de investimento do fundo. Basicamente, ela relaciona a crescente demanda mundial por produtos agrícolas com a relativa insuficiência do crescimento da produtividade e disponibilidade de terras agricultáveis. A partir desta constatação, enfatiza os aspectos favoráveis do território brasileiro ao possuir importantes vantagens comparativas como o baixo preço relativo das terras, a disponibilidade de áreas para produção em larga escala - com recursos hídricos abundantes, clima favorável, topografia adequada -, e políticas governamentais favoráveis para o setor, com reduzidos riscos geopolíticos. A conjugação desses fatores permitiria uma rentabilidade (IRR) entre 20% a 25% nas terras em áreas de cerrado e 15% nas áreas mais consolidadas das regiões Sul e Sudeste<sup>8</sup>.

Para isso, a principal estratégia do fundo consiste na aquisição de terras em diferentes localidades e diversificação dos usos agrícolas, como forma de atenuação de riscos climáticos e econômicos, e que tenham fortes perspectivas de aumento de seu preço de mercado no prazo de cinco a dez anos. Assim como a maioria das empresas analisadas, o foco principal da Brookfield é aumentar as possibilidades de captura da renda produzida da terra por meio da conversão de áreas de pastagens e de vegetação nativa em terras de produção de grãos e cana-de-açúcar, assim como o aumento dos lucros pelo incremento da produtividade e diminuição de custos.

Para a empresa, a aquisição de terras no território brasileiro oferece duas importantes oportunidades: a) a aquisição de terras de pastagens ou com vegetação nativa e sua conversão em áreas altamente produtivas, especialmente, com o cultivo de soja e cana-de-açúcar; b) a aquisição de terras já produtivas, porém relativamente baratas. Neste segundo caso, destacam-se as oportunidades de elevação da renda de terras em áreas de expansão da fronteira agrícola moderna pela construção de infraestruturas de transporte ou pela formação de clusters

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://sdcera.granicus.com/MetaViewer.php?view\\_id=4&clip\\_id=155&meta\\_id=20250](http://sdcera.granicus.com/MetaViewer.php?view_id=4&clip_id=155&meta_id=20250)

(aglomerados) de fazendas, assim como a compra de terras relativamente baratas de produtores em dificuldades financeiras ou que não tenham na produção de grãos seu foco principal de atuação.

Após o fechamento do fundo em dezembro de 2010, a Brookfield iniciou um processo de expansão de aquisição de terras e de produção agropecuária ao aumentar a área controlada pela empresa de 150 mil<sup>9</sup>, em onze fazendas, para 243 mil hectares em 45 propriedades em sete estados (MT, MS, GO, TO, PI, MA, SP e MG). Em 2014, a empresa detinha sob gestão cerca de R\$ 2,3 bilhões de ativos agropecuários, com terras dedicadas à produção de soja, milho, sorgo e girassol, além de 60 mil cabeças de gado e da produção de cana-de-açúcar.

Para dar continuidade aos seus investimentos em terra, em 2015 a Brookfield Asset Management anunciou a criação de seu segundo fundo agrícola denominado Brazil Agriland Fund II com perspectiva de captar cerca de US\$ 500 milhões. Além da produção agropecuária, a gestora também é uma das maiores produtoras mundiais de florestas plantadas com o controle de cerca de 1,5 milhão de hectares em países da América do Norte e do Sul. No Brasil são 320 mil hectares de eucaliptos e pinos administrados em parcerias com produtores locais. A produção distribuída em sete estados atende à demanda da indústria moveleira, siderúrgica, construção civil, papel e celulose, ferro-gusa e gases industriais.

O objetivo dessa pesquisa é analisar as estratégias de uso do território do grupo Brookfield a partir do controle de terras voltadas para o monocultivo de florestas. Para isso, a pesquisa comporta três variáveis principais: Analisar os mecanismos de capitalização dos fundos geridos pela Brookfield Asset Management; Analisar a tese de investimentos e formas de aplicação do fundo do agronegócio gerido pela Brazil Timber Fund I e II; Demonstrar a expansão do controle de terras para o cultivo de florestas propiciada pelos fundos. Com esses objetivos pretendemos demonstrar a correlação entre a financeirização da economia mundial e a aquisição e controle de terras em larga escala no território brasileiro.

Para realizarmos os objetivos, demonstraremos quais são as estratégias da Brookfield para a capitalização dos fundos. Essa análise foi efetuada a partir da leitura dos portfólios de investimentos e de documentos com as teses de investimentos, a partir dos sites da Receita Federal, das Juntas Comerciais e Bolsa de Valores. Para tanto, foi necessário o aprofundamento dos mecanismos de funcionamento dos denominados “fundos do agronegócio”, a partir do

---

<sup>9</sup> Dos 150 mil hectares controlados pela Brookfield antes da criação do fundo Brazil Agriland, 100 mil hectares foram adquiridos entre os anos de 2000 e 2007, o que demonstra o crescimento do interesse da empresa na aquisição de terras com a tendência de elevação dos preços das principais commodities no mercado internacional.

levantamento e leitura de bibliografia específica. Alguns dados foram levantados através de plataformas online, como nos sites GRAIN, LandMatrix, Farmlandgrab, Preqin, Bloomberg, Palico, Valor, etc. A partir da leitura de relatórios de acompanhamento das aplicações realizadas pelos fundos, foi realizada uma verificação sobre a aquisição e localização das terras voltadas para o cultivo de florestas do Grupo.

Para demonstrarmos a expansão do controle de terras começamos a partir dos dados levantados pelos relatórios anuais e portfólios da Brookfield sobre o investimento em áreas de florestas, disponíveis no próprio site da empresa, assim como levantamento de dados sobre silvicultura disponíveis no IBGE. Nesta etapa, também foi realizado um levantamento bibliográfico e leitura de teses e artigos sobre a produção de eucaliptos, principalmente, na geografia e disciplinas afins. Esse tópico também necessita um maior aprofundamento bibliográfico sobre alguns conceitos geográficos e econômicos, como: financeirização da economia mundial, seletividade da técnica e do território, unicidade, mais-valia universal, acumulação por espoliação, ajustes e arranjos espaciais e escola de regulação francesa. Para isso, foi realizada uma busca bibliográfica de teses, dissertações e artigos nos sistemas digitais de teses e dissertações da USP, UNICAMP, UNESP e no sítio Periódico Capes. Além disso, aprofundamos a leitura de autores como: Santos (1994,1996); Harvey (2004,2006) e Arrighi (2008).

No primeiro capítulo de trabalho visamos expor em linha gerais o avanço das monoculturas florestais no território brasileiro, a influência do setor de papel e celulose nesse contexto e a atual transformação da floresta em um ativo financeiro. Para entendermos o desenvolvimento desse setor no território brasileiro se fez necessário fazer uma retomada histórica, focando na influência do Estado, que até os dias de hoje é crucial para a indústria madeireira.

"O fenômeno técnico constituiu também o próprio critério de periodização, no ensejo de entender os contextos, uma vez que somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, portanto, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia." (SILVEIRA,2011, p.155)

Também se mostrou necessário conhecer um pouco mais da indústria florestal brasileira atual, ou seja, levantar dados a respeito desse setor e tentar achar algumas respostas, como: por que fundos de investimento estão envolvidos nessa indústria? Por que o Brasil se tornou tão forte nesse setor, atraindo investimentos de diversas nacionalidades? Para responde-las foi essencial focarmos em alguns pontos como a financeirização do agronegócio, a exportação de commodities e os Timber Investment Management Organization (TIMOs).

O segundo capítulo tem como objetivo demonstrarmos como e por que as finanças estão se relacionando ao fenômeno mundial de apropriação de terras e de produção agrícola. Para isso, aprofundaremos em algumas questões da financeirização de agricultura, para enfim introduzirmos sobre a empresa Brookfield e seus fundos voltados para o agronegócio.

Já no terceiro capítulo, após toda a pesquisa bibliográfica realizada no capítulo 1 e 2, já possuímos base teórica para discutirmos os dados da empresa Brookfield. Esses dados foram buscados nos sites da Receita Federal, das Juntas Comerciais, Bolsa de Valores e nos próprios relatórios da empresa. Analisaremos também as companhias onde os fundos estão investindo seu dinheiro, para de fato percebermos como a financeirização da agricultura está transformando o território brasileiro.

## **2. O uso do território para o monocultivo de florestas**

### **2.1. A origem e consolidação do circuito espacial produtivo de celulose no país**

A história da indústria de papel brasileira se inicia entre o final do século XIX e início do século XX, sem qualquer ajuda estatal. Enquanto a maior parte da elite brasileira e das políticas públicas se focava na produção de café, famílias de imigrantes fundaram empresas que até hoje se apresentam muito fortes no circuito de papel e celulose, como a Klabin, a Melhoramentos e a Suzano. Essas primeiras indústrias se instalaram nas regiões Sul e Sudeste do país e até meados da década de 40 as produções de celulose e papel eram integradas.

O setor de papel e celulose passa a conquistar maior reconhecimento estatal a partir dos anos 30, com o governo de Getúlio Vargas e seu protecionismo. Nesse período, a economia cafeeira já mostrava sinais de enfraquecimento e o governo passa a investir em outros setores a partir de sua política de substituição de importações e do Plano de Metas. O Plano contava com cinco principais eixos de atuação, sendo que a indústria de papel e celulose era um deles. Tornar o país auto-suficiente na produção de papel e celulose se tornou um dos objetivos do governo e sendo assim, esse setor passou a contar com diversos incentivos, inclusive do BNDES.

Além de todos os incentivos, foi no governo de Getúlio Vargas que esse ramo da economia passa a ter influência também na política. Horácio Lafer (um dos fundadores da empresa Kablin) se tornou ministro da Fazenda em 1951, permanecendo no cargo até 1953. Essa interação entre o setor público e privado se torna ainda mais forte a partir da década de 90, com a formação dos lobbies. O lobby é um elemento essencial para as empresas de papel e celulose crescerem, uma vez que o suporte do Estado é indispensável nesse setor.

Um dos fatores que torna determinante o apoio do poder público no desenvolvimento dessa indústria é o alto custo de instalação e manejo das chamadas “florestas plantadas”<sup>10</sup>. De acordo com Kröger (2010) a expansão de plantações para a extração de celulose requer muito mais euros por hectare do que a expansão de outras plantações industriais. Devido ao seu alto custo, somente o fácil acesso ao crédito estatal pode sustentar o modelo de investimento em celulose de grande escala.

---

<sup>10</sup> Segundo WRM (2011) a FAO se refere ao monocultivo de árvores como “florestas plantadas” por conta de sua proximidade com a indústria madeireira. Chamando as plantações industriais de árvores de “florestas” as empresas do setor pretendem passar a imagem de que esse tipo de plantação é inofensiva ao meio ambiente, proporcionando os benefícios que apenas uma floresta pode oferecer.

No período entre 1960 e 1970, durante a ditadura militar, as plantações industriais de árvores receberam inúmeros incentivos e subsídios estatais. A política de incentivos fiscais de 1966 (Lei n.º 5.106) propiciou o desenvolvimento da base da floresta brasileira a partir da dedução de imposto de renda para esse tipo de investimento. Por conta desses incentivos, o plantio de florestas garantia um retorno de 663% para os proprietários das terras. (MARCHAK, 1995).

Já na década de 70, é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que possuía pela primeira vez na história do país um Programa Nacional de Papel e Celulose. Nessa fase “o governo atraiu fortemente o capital estrangeiro prevendo a formação de “joint-ventures” para o setor, combinando capitais privados nacionais, estatais e externos.” (JOLY, 2007, p. 35)

No final de década de 70 a celulose ganha a força necessária para alcançar a exportação. No Brasil, a produção desse setor se torna cada vez mais parecida com os padrões da indústria mundial, com algumas características como forte concentração de capitais, alto grau de integração vertical das empresas com produção própria de madeira e demais insumos, e integração da transformação industrial e comercialização da produção (JOLY, 2007).

Nesse momento, com o também avanço de pesquisas e tecnologia voltadas para a área a partir da criação de autarquias como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e o Centro Nacional de Pesquisa de Florestas (CNPQ), da Embrapa, o Brasil se tornou um dos líderes mundiais “tecnologia de plantação de árvores”, sendo que no final de década de 80 cerca de cinco milhões de hectares do território Brasileiro eram utilizados para a plantação de florestas (FARINHA e SILVA; BUENO; NEVES, 2015).

BNDES financing really took off only a few years after 1996, when the paper industry lobby Bracelpa managed to get substantial BNDES financing (Kingstone 1999). I argue that the institutional and structural support, indicated by the BNDES credits as well as the ideological support, are important definers of corporate land access ability, indicated by surge in the area covered by eucalyptus. Gains on institutional and ideological games give advantages also on the other dynamic political games that define economic outcomes (Kröger, 2010, p. 55)

Todo o apoio concedido pelo BNDES pode ser interpretado como uma forma de consolidar a influência de algumas empresas no território brasileiro e barrar o avanço de novas, criando um oligopólio nessa área. Na década de 90, com a formação de holdings, o setor de papel e celulose já estava sendo controlado por apenas 6 maiores produtores. Em 2003, algumas empresas - Aracruz, Cenibra, VCP, Suzano / Bahia Sul e Jarí - foram responsáveis por 93% da produção de celulose no Brasil (IOS, 2005 apud KRÖGER, 2010). Nessa década a abertura

comercial foi muito expressiva e isso acarretou em um intenso processo de concentração de capital, incluindo o externo.

A década de 1990 chega e com ela se intensifica a influência de ideias neoliberais no governo brasileiro. A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) temendo uma diminuição do apoio estatal por conta das reformas neoliberais pressionou fortemente o BNDES para que os financiamentos não cessassem. Apesar de já ter se consolidado como um dos setores mais competitivos da economia brasileira e como o maior exportador de celulose de eucalipto do mundo o apoio estatal para o setor de papel e celulose não parou de crescer.

Did these reforms manage to cut the state support enjoyed by the paper industry? The answer would seem to be no, quite the contrary, state support increased, which is a puzzling anomaly for those who see neoliberalization as diminishing the role of the state. (Kröger, 2010, p. 141)

Segundo Joly (2007), o estado se tornou mero regulador da economia, deixando que as próprias empresas conduzissem o planejamento do território nacional. Várias medidas foram tomadas de forma a atrair a iniciativa privada, como: isenções fiscais, tributárias, privatizações, obras de infra-estrutura, ...É nesse momento que acontece o chamado “apagão florestal”, ou seja, as áreas reflorestadas voltadas para a produção de papel e celulose se tornam insuficientes.

Na década seguinte, com o governo do então presidente Luís Inácio Lula de Silva, houve um novo pico de expansão. Em 2003, quando assume o poder, recebe logo no início de seu mandato representantes das empresas de plantações industriais de árvores. O pedido de ajuda era no sentido de aumentar a área de extensão dessa monocultura – de 5 para 11 milhões de hectares. Lula concede apoio a essas indústrias e cria o Conselho Nacional de Florestas, responsável por elaborar o Plano Nacional de Florestas.

Nesse momento surgem as primeiras resistências a esse tipo de exploração vegetal, organizadas em movimentos sociais. Em 2000 é criada a Rede e Movimento Alerta contra o Deserto Verde, decorrente dos planos da Aracruz de se expandir no Espírito Santo. Participaram do movimento comunidades indígenas, quilombolas e alguns segmentos da Via Campesina, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), lutando pela devolução de terras que foram tomadas pelas empresas de plantação industrial de árvores.

Para Kröger (2010), o MST é uma força crucial para diminuir a expansão das plantações de eucalipto. Em meados de 2008, duas decisões judiciais responderam positivamente aos

protestos contínuos do movimento: impediu-se a plantação de árvores em áreas dos estados de São Paulo e Bahia. Outro êxito do movimento foi a conquista de uma parcela de 5.000 hectares de uma fazenda da Aracruz para abrigar um assentamento para mais de 300 famílias sem terra. Esses casos nos mostram que apesar da indústria de papel e celulose contar com o apoio quase irrestrito do Estado, a sociedade civil não compactua da mesma opinião.

O caso da indústria do papel evidencia como alguns comportamentos do estado brasileiro, como o corporativismo, foram mantidos mesmo em meio a reformas de caráter neoliberal. Apesar da contradição, a forma como essas políticas foram implantadas no Brasil acabou favorecendo a iniciativa privada e aumentando o apoio estatal ao setor papelero. O forte apoio do estado nos investimentos de celulose também pode ser explicado por outro fator: o financiamento de campanhas eleitorais. As principais empresas de papel e celulose brasileiras financiaram, por exemplo, as últimas campanhas do já citado presidente Lula. Em 2006, a Aracruz/Fibria deu 5.523.353 reais (2,8 milhões de dólares) a vários candidatos, a Votorantim Celulose e Papel S/A, 1.657.379 reais (0,85 milhão de dólares) e a Stora Enso, 1.006.604 reais (0,52 milhão de dólares) (KRÖGER, 2010 e 2012).

Atualmente, o setor de papel e celulose é um dos mais influentes do território nacional, mas observando um pouco de sua trajetória percebemos como isso não seria possível sem a ajuda de investimentos principalmente estatais, por conta de seu alto custo de instalação e manutenção. A confluência da indústria papelera com a política se concretiza a partir do momento em que os lobbies passam a ser realizados, assegurando que os políticos influenciem nas decisões de grandes bancos em relação a quantia de incentivos destinados a essa área

## **2.2. O setor produtivo de celulose no território brasileiro**

O agronegócio está passando por um intenso processo de mudança em sua lógica de produção. Podemos salientar a emergência da agricultura científica globalizada, uma produção agrícola pautada nas demandas externas, com “referência planetária” e dependente de fatores como ciência, tecnologia, informação e do dinheiro. (SANTOS, 2000 apud FREDERICO, 2015, p.71). Isso se evidencia na análise de Gras e Hernandez (2013), que segundo Frederico (2015):

Para as autoras essa noção incluiria, além dos vínculos característicos dos complexos agroindustriais, uma série de novas articulações e relações institucionais crescentemente controladas por empresas globais e instituições financeiras em substituição aos organismos públicos. Trata-se de uma nova lógica de produção caracterizada por transformações de ordem técnica (inovação tecnológica constante dos insumos químicos, biológicos e maquinário), política (menor intervenção direta do Estado e maior poder de regulação das corporações mundiais), financeira (altos requerimentos de capital e participação crescente do capital financeiro) e produtiva (reorganização do trabalho, aumento da composição orgânica do capital, organização de redes de empresas com crescente concentração e centralização de capital) que ocorreram em parte significativa da agricultura mundial especialmente a partir do final da década de 1990. (p. 71)

Essa série de transformações levou à crescente especialização territorial produtiva em commodities agrícolas, destinadas principalmente ao mercado externo (FREDERICO, 2015). Essa invenção econômico-financeira faz com que os produtores locais se vejam cada vez mais dependentes de uma lógica global, na qual não possuem controle. A lógica das commodities torna o produtor local cada vez mais vulnerável, já que todos os participantes da linha de produção (como os produtores, transportadores, comerciantes) se tornam submetidos aos projetos dos agentes mundiais (como as tradings, conglomerados alimentícios e especuladores financeiros (FREDERICO, 2013).

No início do século XXI, no governo do então presidente Lula da Silva, as commodities ganham ainda mais importância na economia brasileira por conta do aumento dos seus preços no mercado externo. A diplomacia do etanol, acordo firmado em 2006 com os Estados Unidos, reforça ainda mais a relevância das commodities agrícolas na economia do Brasil. O acordo concentrou-se na produção para a exportação de matérias primas como etanol, grãos, minerais e celulose no Brasil. (KRÖGER, 2010)

Esse acordo é uma demonstração de como a política externa (e interna) do governo de Lula era motivada pelos interesses das grandes corporações e setores do agronegócio,

fortalecendo os interesses de uma classe capitalista transnacional (ROBINSON, 2007;2008 apud KRÖGER, 2010, p.51). Nessa conjuntura, nos últimos 20 anos as empresas de papel também têm sido muito influenciadas pelo comércio mundial, produzindo de acordo com sua demanda e se adaptando à essa estrutura global.

De acordo com Raquel Alberti (2008), desde a década de 1990, quando a política de Importação de Substituição de Importação foi abandonada, o processo de globalização financeira condicionou a política macroeconômica do Brasil. A política agrária também está em harmonia com a política macroeconômica. O aumento do agronegócio, a diplomacia do etanol e os novos investimentos em celulose são evidências empíricas que apoiam a afirmação de que a terra brasileira é cada vez mais vista como um ativo financeiro, especialmente no setor governamental e empresarial. (KRÖGER, 2010, p. tradução nossa)

Quando o Brasil entra na dinâmica econômica global como um forte exportador de commodities, e entre elas a celulose, a floresta passa a ser entendida como um investimento comparável a outros investimentos financeiros tradicionais e esse mercado passa a se expandir. No período entre 2007 e 2016, a produção nacional de celulose aumentou em 6,7 milhões de toneladas, o que leva a uma taxa anual de crescimento de aproximadamente 5%<sup>11</sup>. De acordo com dados de 2017 da IBÁ, os plantios de eucalipto ocupam 5,7 milhões de hectares da área de árvores plantadas do país e estão concentrados nos estados de Minas Gerais (24%), em São Paulo (17%) e no Mato Grosso de Sul (15%). O Mato Grosso de Sul se destaca por conta do seu rápido crescimento: nos último cinco anos de observou uma taxa de crescimento de 13% a.a.

Os plantios de pinus ocupam 1,6 milhão de hectares e concentram-se principalmente no Paraná (42%) e em Santa Catarina (34%). Porém, nos últimos cinco anos, observou-se uma taxa de queda de 0,7% a.a. desse gênero. O Brasil, ainda segundo dados da IBÁ, Poÿry E FAO (2016), é o segundo maior produtor mundial de celulose, produzindo 18,8 milhões ao ano, perdendo apenas para os Estados Unidos, com uma produção de 48,5 milhões ao ano. 69% da produção brasileira é destinada para o mercado externo, principalmente para a China.

Conforme dados da IBÁ, em 2017 a China se manteve como o principal destino da celulose produzida no Brasil, com receita US\$2,1 bilhões nos dez primeiros meses do ano, com 39,7% de participação. No período entre janeiro e outubro de 2017 as exportações de mercadorias dos setores florestais representados pela Ibá atingiram US\$ 7 bilhões, alta de

---

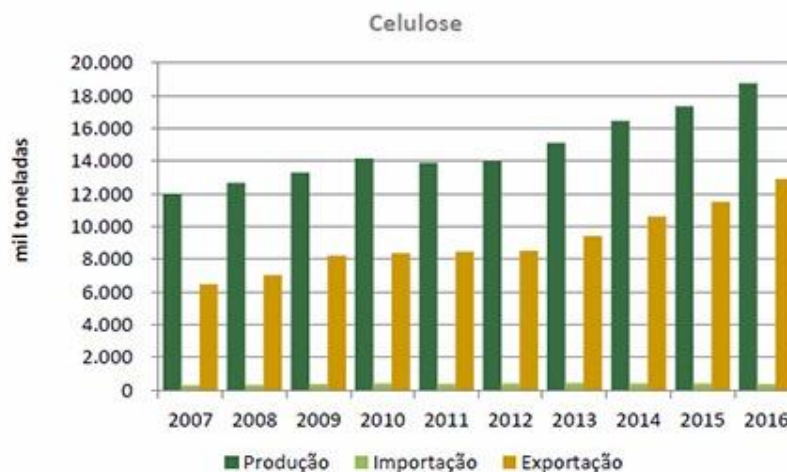
<sup>11</sup> Entre 2015 e 2016 a variação do PIB do setor de árvores plantadas foi de -3,3% (por conta de uma crise político/financeira instalada no país), enquanto que em outros setores a regressão do PIB foi ainda maior: agropecuária com a variação de -6,6%, a Indústria em geral com -3,8% e a Economia Brasileira com -3,6%. (FONTE: POYRY E IBGE (2016))

10,9%, dos quais US\$ 5,2 bilhões em celulose (+13,7%), US\$ 1,6 bilhão em papel (+1,7%) e US\$ 242 milhões em painéis de madeira (+20,4%).

A ascensão econômica da China ocorrida nos últimos anos tornou esse país o grande consumidor e produtor mundial de papéis. Por ter se tornado um grande produtor de produtos industrializados, passou a consumir cada vez mais alguns tipos de papéis para exportar a sua produção. Essa demanda crescente da China promoveu e ainda promoverá forte expansão do circuito de papel e celulose no Brasil.<sup>12</sup>

**Celulose - mil toneladas**

Ano	Produção	Importação	Exportação
2007	11.998	292	6.484
2008	12.697	325	7.040
2009	13.315	359	8.229
2010	14.164	412	8.375
2011	13.922	392	8.478
2012	13.977	411	8.513
2013	15.127	430	9.430
2014	16.465	416	10.614
2015	17.370	407	11.528
2016	18.773	357	12.901



*Figura 1 Histórico do Desempenho do Setor de Celulose no Brasil em mil toneladas.  
(Fonte: Iba)*

<sup>12</sup> Dados do BNDES

Todos esses dados também podem ser explicados pelo processo de reorganização territorial que as indústrias de papel e celulose passaram. Podemos observar que atualmente a indústria de papel mundial está passando por uma reestruturação e uma das tendências é transferir o maior número possível de unidades de produção de celulose para o sul global. Em geral, as fábricas de papel continuam centradas no Hemisfério Norte, mas utilizam de terras do Cone Sul para a produção de sua matéria prima, a custos muito baixos e aproveitando de diversas vantagens locais como: terras e mão-de-obra baratas, *know how* qualificado, incentivos estatais, fraca oposição de movimentos sociais, menor rigor de normas ambientais e condições climáticas favoráveis (JOLY, 2007).

Em 1994, o Norte Global era o responsável por 80% de toda a produção mundial de celulose. A partir de 2007, enquanto essa reestruturação está se consolidando, esses dados se invertem e o Sul passa a responder por 55% da produção. (FAO; OWERBEEK; KRÖGER E GERBER, 2012 apud PERPETUA, 2014, p.5). De acordo com Bracelpa/Ibá a atualmente a América Latina possui a maior participação nas exportações de papel pelo mundo (55%), seguida da Europa (14%) e América do Norte (14%).<sup>13</sup>

Por se tratar de um país localizado no Sul Global, o Brasil consequentemente se encaixa nessa dinâmica. Atualmente o Brasil conta com cerca de 8,5 milhões de hectares e florestas plantadas, sendo que segundo dados de 2017 da Consufor, 48% dessa área pertence a empresas do setor de celulose e papel<sup>14</sup>. Isso pode ser explicado por alguns fatores que já ditos em relação ao Sul global, como: Boas condições climáticas e altas taxas de crescimento dos maciços florestais se comparado com outros países como Estados Unidos e Canadá, isenções fiscais, tributárias, baixa pressão dos movimentos ambientalistas, etc. Porém, além disso, o país passou por uma série de reformas de caráter neoliberal, o que segundo Kröger deu autonomia as indústrias (incluindo as do setor papelero) para utilizarem o território brasileiro de acordo com seus interesses. Nesse contexto, as indústrias mais influentes financiavam campanhas eleitorais para a flexibilização de diversas leis, incluindo leis trabalhistas e ambientais.

Por essa ótica, o Estado regulador da economia favorece a criação e o desenvolvimento desse tipo de setor, que como já dito anteriormente, exige uma concentração muito maior de capital investido do que outros setores, como por exemplo a mineração e a pecuária. O acesso fácil a crédito estatal se torna um modo de sustentar esse investimento de celulose em grande escala.

---

<sup>13</sup> A Ásia/Oceania participam com 7%, a China e a África com 5% cada.

<sup>14</sup> Seguido de 21% pertencentes ao setor siderúrgico, 16% pertencentes à produtores independentes e 15% pertencentes à demais proprietários.

Nesse sentido o Brasil dispõe de outra vantagem comparativa: o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) conta com um orçamento maior do que o próprio Banco Mundial e financia quantias generosas com destino a expansão de terras para a plantação de eucalipto. Para Kröger (2010) as plantações de eucalipto aumentaram substancialmente depois do ano 2000, momento em que há um aumento no financiamento estadual.<sup>15</sup>

Por conta de seu alto preço (uma nova usina custa mais de um bilhão de euros, sendo que as plantações custam em torno de 250-300 milhões de euros) fundos privados começaram a se envolver com esses projetos. No Brasil, 10% das plantações florestais são financiadas por fundos, como mostram os dados do IBÁ de 2017. Conforme dados da Consufor, no ano de 2016 foram R\$ 10,9 bilhões em ativos, e a previsão é de pleno crescimento. Até 2026 se imagina que o mercado deverá atingir a meta de R\$ 18 bilhões<sup>16</sup>.

Na dinâmica econômica atual, os investimentos em Florestas Plantadas estão cada vez mais atraentes para os investidores. Isso porque esse tipo de investimento, além de ser considerado de baixo risco também é uma maneira de ampliar seu portfólio de investimentos e dessa forma minimizar os riscos. O Brasil, por conta de seu grande potencial florestal, tem sido alvo desses investimentos nos últimos 20 anos (IBÁ), a partir de fundos especializados em ativos florestais. Esses investidores financeiros geralmente se organizam por meio de TIMOs (Timber Investment Management Organizations).

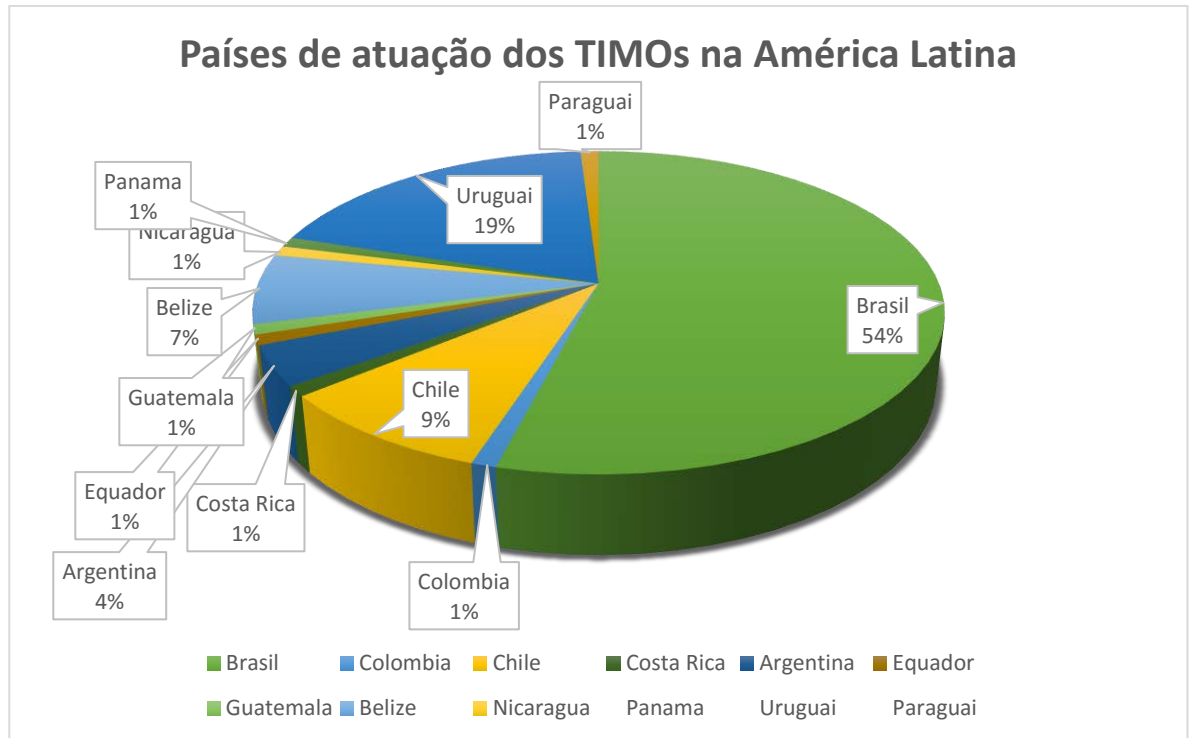
Os TIMOs são grupos que gerenciam e auxiliam investidores institucionais na gestão de seus investimentos nas Florestas Plantadas. Suas funções são encontrar, analisar e adquirir investimentos que mais atraiam seus clientes. Também é sua função, depois que o investimento for escolhido, gerenciar os ativos. Eles foram criados na década de 1970 nos Estados Unidos com o objetivo de diversificar a carteira dos investidores. Após certo tempo de atuação apenas naquele país, os TIMOs passaram a investir também em outras localidades do globo e segundos dados de Mendell (2011), em 2011 as TIMOs possuíam cerca 0,6 milhões de hectares de terras com florestas plantadas, em locais como América Latina e Oceania. Segundos dados de RISI (2014), 11 dos 30 maiores TIMOs possuem investimentos no Brasil.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Lembrando que foi pouco tempo antes, no fim da década de 1990, que surgiram os primeiros investimentos em ativos florestais.

<sup>16</sup> Se a compra de terra por estrangeiros seja liberada a projeção passa para R\$23 bilhões.

<sup>17</sup> São eles: Hancock Timber, RMS, FIA, Brookfield, Global Forest Partners, BTG Pactual, GMO, Floresteca, The Forestry Company, Copa Investimentos, Aquila Wald Invest.



Fonte: RISI (2014)

Investir em florestas em um primeiro momento pode parecer uma tarefa fácil porém exige uma série de conhecimentos e “know how”. Além dos conhecimentos acerca da dinâmica de mercado dos produtos florestais também é necessário conhecimento prático e técnico sobre as plantações. Segundo Kroger (2010), o modelo de investimento em celulose em grande escala requer uma rede de apoio com diversos atores envolvidos. Esses atores são:

Consultores e empresários (por exemplo, Pöyry) = papel de idealizadores estrategistas (planejamento, criadores do modelo em larga escala).

Empresas de papel e celulose (Aracruz, Stora Enso, VCP) = realização, territorialização do sistema (produtores, bem como "mercados").

Indústria química (BASF, Bayer, Kemira, etc.) = benfeitor, fator de pressão (fornecimento de fertilização, produtos químicos).

Empresas de máquinas e equipamentos (Metso, Andritz) = fator de impulso (fornecendo tecnologia no modelo de investimento em larga escala e em capital intensivo).

Investidores (bancos governamentais, bancos de investimento, bancos comerciais, agências de crédito à exportação, empresas) = apoio necessário à expansão (fornecimento de crédito).

Governos e grupos de pressão (Brasil, Uruguai, UE, Finlândia, Bracelpa) = rede (fornecendo apoio político crucial).

Mídia, pesquisa e certificação = justificação (fornecendo suporte, discursos de legitimação) (p. 129, tradução nossa)

A partir de todos esses dados percebemos que a indústria de papel e celulose é um dos setores que mais se destacam na economia brasileira, com uma taxa de crescimento maior do que a maioria dos outros setores. Podemos responsabilizar isso ao grande apoio conferido a essas empresas pelo governo brasileiro, proporcionando financiamentos generosos via BNDES. A partir da década de 90, com os ideais neoliberais ganhando força, o governo se mostrou diversas vezes submisso aos desejos das grandes corporações e empresas de setores madeireiros no território brasileiro. Além disso, a indústria madeireira em geral passou por um processo de transferência de suas florestas para o sul global, por conta de diversas vantagens econômicas, políticas e ambientais.

Quando a celulose se torna uma commodity de destaque para o Brasil, as florestas passam a ser vistas como um ativo financeiro, atraindo uma série de investimentos. As TIMOs se destacam a partir do momento que percebem que o setor florestal apresenta algumas vantagens comparativas, como o baixo risco, os lucros históricos e a diversificação na carteira de investimentos. Todos esses fatores fazem com que, atualmente, o setor florestal brasileiro se torne atraente não apenas para produtores locais, mas também para investidores internacionais, captando dinheiro de diversas partes do globo.

### **3. Land Grabbing e o agronegócio globalizado**

#### **3.1. Capital portador de juros e a aquisição de terras**

O capitalismo, apesar de suas constantes crises, sobrevive e se reorganiza ao longo do tempo. O motivo da permanência desse sistema econômico é um grande mistério, uma vez que suas inconstâncias podem parecer altamente destrutivas. Alguns autores, como Lênin e Rosa Luxemburgo responsabilizam o imperialismo como forma de perpetuação do modelo capitalista. Porém Harvey vai além dessa abordagem. Toda sua análise gira em torno da noção de queda na taxa de lucro de Marx, que torna possível analisar todas as crises como crises de sobreacumulação, ou seja, crises que expressam excedentes de capital e de força de trabalho. Para esses momentos existem duas saídas: desvalorizações e destruições sistêmicas de capital ou absorção desses excedentes. (HARVEY, 2004)

Ao longo do tempo, diversos ciclos de acumulação foram formados, com determinadas características sociais e econômicas. Como forma de tentar entender a expansão do capitalismo financeiro a partir da década de 70, Arrighi (2008) estuda a história do capitalismo, dividindo esse período em quatro ciclos: o primeiro comandado pela Itália (Genova e Veneza), o segundo pela Holanda (Amsterdã), o terceiro pela Inglaterra (Londres) e atualmente, pelos Estados Unidos. Todos os ciclos se encerraram após uma grande crise e então a hegemonia foi transferida para outra nação.

Um aspecto comum dentro desses ciclos sistêmicos de acumulação é a ocorrência de dois períodos: o primeiro é a fase de acumulação de capital, quando o capital monetário está em movimento, gerando empregos e produzindo mercadorias. O segundo período é a fase de expansão financeira, quando o capital monetário não é mais transformado em mercadoria, mas sim investido em acordos financeiros. Ou seja, nessa situação a expansão do comércio e da produção não é tão rentável quanto as negociações estritamente financeiras.

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de expansão financeira (fases DM'). Nas fases de expansão material, o capital dinheiro (D) põe em movimento uma massa cada vez maior de mercadorias (M, inclusive força de trabalho e dons da natureza; e em fases de expansão financeira, uma massa cada vez maior de capital dinheiro (D') liberta-se da forma mercadoria e a acumulação prossegue com negociações financeiras (como a fórmula abreviada de Marx, DD') (ARRIGHI, 2008, p.240)

Segundo Arrighi (2008), no período de expansão material:

O retorno do capital investido no comércio e na produção aumenta; o lucro tende a ser aplicado, de modo mais ou menos rotineiro, em mais expansão do comércio e da produção; e, conscientemente ou não, os principais centros do sistema cooperam para manter a expansão uns dos outros. Com o tempo, porém, o investimento de uma massa sempre crescente de lucro no comércio e na produção leva inevitavelmente à acumulação de capital bem acima do que pode ser reinvestido na compra e na venda de mercadorias sem a redução drástica da margem de lucro. (p. 241)

Quando a possibilidade de lucrar a partir do comércio e da produção diminui drasticamente, a economia se volta para o capital financeiro<sup>18</sup>, tornando o ambiente propício para uma mudança de fase: a expansão material dá lugar a expansão financeira. “Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida.” (CHESNAIS, 2005, p. 36)

A sobreacumulação corresponde a um crescente desemprego e diversos excedentes, como de mercadorias que já estão no mercado, mas que não conseguem ser absorvidas e de capital dinheiro, que não possuem uma destinação. Esses excedentes, de acordo com Harvey (2004) podem ser absorvidos por: 1) deslocamento *temporal*, como em investimentos em projetos de longo prazo ou gastos em ações como educação e pesquisa, 2) deslocamentos *espaciais*<sup>19</sup> por conta da abertura de novos mercados, novas possibilidades de recursos e trabalhos em outros lugares, ou 3) junção entre ações apresentadas em 1 e 2.

Os chineses, exemplo citado por Harvey (2004), mantiveram sua economia em crescimento desde 1998, o que os obrigou a achar maneiras para absorver todo o capital excedente. Isso foi a motivação para a realização de mega-projetos, como a Represa Três Gargantas, segunda maior de todo o mundo. Esse capital pode ser denominado de capital “fixo”, pois está fixado geograficamente, ou seja, e impossível move-lo sem destruí-lo. Porém, parte do capital fixo é geograficamente móvel (como maquinaria). “Os aviões são móveis, mas os aeroportos para onde estes voam não” (HARVEY, 2004, p.98).

Por outro lado, se o capital sobreacumulado não pode ou não quer se mover, permanece para ser diretamente desvalorizado. Usualmente ofereço o seguinte argumento resumido deste processo: o capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação às quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física à sua própria imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-lo. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução a paisagem física e social do capitalismo). (HARVEY, 2004, p.99)

---

<sup>18</sup> Também denominado de “capital portador de juros” ou “finanças”.

<sup>19</sup> É importante salientar a importância da Geografia para a espacialização dos movimentos de capital, aspecto muitas vezes deixado de lado por outras áreas do conhecimento, como Economia e Ciências Sociais.

Esse contexto de sobreacumulação e de tentativa de absorção de capital excedente, torna os “territórios vulneráveis aos fluxos de capital especulativo e fictício” e assim, regiões estrategicamente mais fracas entram em crises de desvalorizações e destruições, simbolizadas através guerras comerciais, monetárias ou militares. (HARVEY, 2004) Foi o que aconteceu com a Rússia, em 1998, e com a Argentina, em 2001.

A partir da leitura do terceiro livro de *O capital*, Harvey (2006) disserta a respeito do processo de acumulação, citado por Marx. Esse processo apresenta várias fases, que se articulam entre si. A primeira delas é a *Fase de Estagnação*, período em que as taxas de juros estão baixas e que a produção é drasticamente reduzida. Salários são reduzidos e a taxa de desemprego aumenta consideravelmente.

A fase de estagnação é tipicamente uma fase de ajuste tecnológico “tranquilo” (no sentido marxiano amplo, que inclui a mudança organizacional e institucional), em oposição ao abalo violento que acompanha as crises. Os ajustes gradualmente colocam as tecnologias da produção e o preço das proporções da produção alinhadas com aqueles consistentes com a acumulação equilibrada. O cenário está então montado para uma subsequente expansão. (HARVEY, 2006, p.448)

A fase que a segue é a *Recuperação*. Como a taxa de juros está baixa e os salários estão reduzidos, as empresas ainda conseguem obter lucro. Além disso "o capital desvalorizado (mercadorias, capital fixo, construções etc.) pode ser comprado barato, reduzindo assim os gastos com capital constante e baixando a composição de valor do capital” (HARVEY, 2006, p. 449). Por conta disso, as empresas que resistiram a fase anterior apresentam grande facilidade para pagar suas contas com dinheiro vivo, uma vez que apresentam forte liquidez. Nesse momento, os detentores de indústrias apresentam certa autonomia em relação a bancos, já que possuem reservas de dinheiro vivo para financiarem suas próprias expansões. Esse momento também é marcado pelo aumento de investimentos de capital fixo, por conta das baixas taxas de juros e do crescente otimismo em relação ao mercado.

Depois desse processo uma fase otimista a segue: *Expansão Baseada em Crédito*. A oferta de empregos aumenta, os salários se tornam mais altos, todos passam a esperar receitas futuras muito lucrativas (impostos, hipotecas, arrendamentos, etc). Nessa fase, o autofinanciamento por parte das empresas (observados no período anterior) perde força, já que suas reservas de dinheiro vivo já se esgotaram. Isso dá uma posição de privilégio aos bancos e instituições financeiras, uma vez que o sistema de crédito se torna uma peça chave no

desenvolvimento e crescimento das estruturas capitalistas. A taxa de juros passa a aumentar novamente, dando destaque para o capital monetário.

A quantidade de capital fictício se move consistentemente à frente da acumulação real, e a lacuna entre a base monetária, como uma medida real dos valores, e as várias formas de papéis-moedas em circulação começa a se ampliar. (HARVEY, 2006, p. 451)

A quarta etapa, a *Febre Especulativa* se fundamenta na expansão baseada no crédito. A taxa de desemprego se torna quase nula e os salários não param de crescer. Porém, "a condição do trabalho, observa Marx, está sempre em seu máximo nas vésperas de uma crise. (HARVEY, 2006, p.451)". Fatores como aumento nas taxas de juros e os altos salários influenciam no lucro das empresas.

Presos a um "esmagamento do lucro", os industriais procuram desesperadamente maneiras de inovar sua saída das dificuldades. Nisso eles são auxiliados e apoiados por um sistema de crédito que nesse momento está estimulando tanto a produção quanto a realização. Mas isso só pode ser feito à custa da criação de vastas quantidades de capital fictício<sup>20</sup>, ou de se abrir espaço para "a forma mais colossal de envolvimento em empreendimentos de risco e burla. (HARVEY, 2006, p.452)

Nessa fase, a quantidade de dinheiro creditício em circulação e o real produto dos valores apresentam grande desproporcionalidade. Esse momento de grande acumulação de capital fictício propicia os crashes (estouro da bolha especulativa), a próxima fase.

A última fase descrita por Harvey é "*O crash*", que representa uma crise geral. A taxa de juros sobe de maneira extraordinária e a confiança no capital fictício estremece.

Assim que ocorre uma paralisação, como resultado de rendimentos adiados, mercados saturados ou preços em queda, uma superabundância de capital industrial torna-se disponível, mas de uma forma em que ele não pode desempenhar suas funções. Enormes quantidades de capital na forma de mercadoria, mas invendáveis. Enormes quantidades de capital fixo, mas em grande parte ocioso devido à reprodução estagnada. [...] Fábricas são fechadas, matérias-primas se acumulam, produtos acabados inundam o mercado na forma de mercadorias. (MARX, 1974, p. 483)

Marx (1974) discorre sobre a incoerência burguesa, que em um primeiro momento declara apenas a mercadoria como dinheiro e em um segundo momento, apenas o dinheiro como mercadoria, apontando a fragilidade do sistema capitalista. A desvalorização do capital, a massa de trabalhadores desempregados, a queda dos preços, a alta competitividade são algumas das características observadas nesse período. Para Paulani (2016) é interessante

---

<sup>20</sup> Segundo Marx (1974), capital fictício é tudo aquilo que não é capital, mas que funciona como se fosse. Temos como exemplo títulos de propriedade sobre direitos, renda de juros a partir de valorização futura, direitos de valorizações futuras de ações, etc.

observar que a teoria de Marx revela como problemas observados nos dias de hoje tem a mesma origem que fenômenos do passado: o trabalho não pago.



*Figura 2 O ciclo da acumulação descrito por Harvey (2006).*

Atualmente, vivemos uma fase de dominância financeira no processo de produção capitalista, que pode ser demonstrada a partir de dados que foram compilados por Paulani (2009), que demonstram como o crescimento do estoque mundial de ativos financeiros ocorre de maneira muito mais rápida do que a expansão da renda real (a partir do PNB) e da riqueza real (como máquinas, instalações, obras civis, etc).

No atual período de financeirização não é possível dissociar o capital fictício do setor produtivo, uma vez que a produção é subordinada ao capital. Um exemplo que expõe como o capital bancário (nesse caso representado pelo BNDES) é um fator decisivo para a produção de determinados produtos (principalmente commodities) foi o empréstimo oferecido pelo BNDES

para a Suzano Papel e Celulose em 2010, no valor de 2,7 bilhões de reais para a construção de uma nova unidade no estado do Maranhão<sup>21</sup>.

A sobreacumulação de capital vivenciada nesses períodos de expansão financeira, segundo Arrighi, apresenta 3 principais consequências: embutir o capital excedente na paisagem (em forma de infra-estrutura); privação dos governos e das populações das rendas obtidos através do comércio, uma vez que a produção não mais se apresentava lucrativa; e criação de nichos de mercado que se especializaram no mercado financeiro e na administração da liquidez, que se apresenta cada vez maior .

A partir dos mercados bursáteis<sup>22</sup>, surgem uma série de instituições especializadas na acumulação de capital a partir da finança. Essas instituições (referidas por Chesnais (2005) como “investidores institucionais”, como fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedade de seguros, fundos de hedge, etc.) compram ações de grupos empresariais com grande abrangência global, aproximando o valor acionário e a acumulação de capital produtivo, demonstrando a associação entre esses dois polos da economia<sup>23</sup>.

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros - divisas, obrigações e ações - mantendo-os fora da produção de bens e serviço. (Chesnais, 2005, p. 37)

Os fundos de pensão e os “mutual funds” constituem os investidores institucionais mais importantes. Os regimes de previdência por capitalização de vários países (como Estados Unidos, Austrália, Canadá) criaram fundos de pensão, que se tratam de “caixas de aposentadoria” acumuladas e valorizadas pelo mercado financeiro.

Os fundos de pensão acumulam contribuições calculadas sobre os salários e vencimentos, e seu objetivo declarado é assegurar aos assalariados, depois de aposentados, uma pensão regular e estável. Trata-se então de instituições que centralizam, no quadro de regimes privados de previdência de empresas, uma forma de poupança cujas rendas salariais (no sentido amplo) representam a fonte inicial. (CHESNAIS, 2005, p. 174)

<sup>21</sup> Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-libera-r-2-7-bi-para-fabrica-da-suzano-imp-,656250>> Acesso 19/09/2018.

<sup>22</sup> O termo “Mercados Bursáteis” se refere a ações e bolsa de valores.

<sup>23</sup> A aproximação entre a "finança" e a "indústria" já foi pensada há bastante tempo com teoria da "interpenetração", de Hilferding, que analisou a entrada de bancos no capital da indústria alemã no final do século XIX.

Segundo Sauviat (2004), as principais características que se espera de um fundo como esses são a liquidez<sup>24</sup>, a tolerância ao risco, diversificação e seu carteira de investimento e visão acerca dos riscos futuros.

Os “mutual funds”, por sua vez, só começaram a surgir a partir dos anos 80. Por meio de planos de previdência, inúmeras famílias passaram a aplicar seu capital no mercado financeiro a partir desses fundos. A função de um mutual fund é “administrar uma carteira coletiva de valores mobiliários, os quais subscrevem investidores individuais e institucionais (fundos de pensão, seguradoras etc.), que se tornam acionistas comprando cotas dos fundos” (Chesnais, 2008, p.115). O que os diferencia dos fundos de pensão é o fato de que esses fundos apenas administram ativos em nome de terceiros, não possuindo seus próprios ativos.

A partir dos anos 80 esses fundos passam a investir cada vez mais em países da América Latina e Ásia, uma vez que pretendem diversificar suas carteiras, ou seja, diversificar os riscos. Porém, é importante notar que tais investimentos em países susceptíveis a fatores externos podem causar uma sucessão de crises financeiras nessas localidades, causadas por retiradas brutais de capital.

Em diversas empresas, as famílias saem da posição de proprietários para dar espaço aos investidores institucionais, que se tornam os maiores acionistas de ativos industriais. Os assalariados foram fortemente prejudicados com o surgimento de tais proprietários acionistas, uma vez que seu vínculo com a empresa se restringe ao lucro. Nesse contexto, a exploração das diferenças dos preços em diferentes países não ocorre apenas com as matérias primas, mas também com a mão-de-obra, se beneficiando da falta de regulamentação do trabalho em alguns países. De acordo com Paulani (2009), a produção da riqueza real se dá a partir da lógica da valorização financeira, o que leva mudanças para diversos setores, como na relação de trabalho (aumento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, etc.); na gestão do processo de trabalho (Toyotismo) e também na organização do processo produtivo

Para a autora, o momento econômico que vivemos atualmente (com a predominância das finanças) iniciou-se em meados dos anos 1960. Depois de 20 anos muito prósperos, baseados em políticas de Bem-Estar Social (que teve origem no pensamento keynesiano), reconstrução da Europa e Ásia e industrialização da América Latina, o crescimento começa a

---

<sup>24</sup> “Possibilidade oferecida pelos mercados financeiros aos investidores financeiros, em período “normal”, fora da situação de crise financeira, de adquirir e de se desfazer de seus ativos de todos os tipos - bônus do Tesouro e outras formas de títulos da dívida pública, obrigações da empresa e ações” (Chesnais, 2005, p. 37)

desacelerar. Diversas multinacionais norte-americanas instaladas na Europa decidem não reinvestir seus lucros na produção, uma vez que sabiam que o mercado não conseguiria absorver seus produtos, mas também não o enviam de volta para os Estados Unidos por conta de uma dura legislação tributária. Dessa maneira, todos esses recursos (chamados de eurodólares) foram enviados para o *euromarket*, estabelecido na cidade de Londres.

No início da década de 70, com o Choque do Petróleo e insumos básicos, a economia mundial entra em recessão. Com isso, a possibilidade de lucros provenientes da produção fica ainda menor, o que leva uma maior quantidade de capital (e petrodólares) para o circuito londrino. A partir daí toda essa riqueza acumulada buscava formas de ser valorizada - o que norteou políticas neoliberais de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Os países Latino Americanos foram grandes absorvedores desse capital, já que deram continuidade aos seus projetos de desenvolvimento e industrialização.

A primeira crise do capitalismo financeiro se dá nesse contexto, com a quebra do México em 1982. Essa crise foi desencadeada pela mudança da política monetária norte-americana, com uma drástica elevação dos juros visando a valorização de sua moeda. A partir daí estabeleceram-se diversas crises, como quebras bancárias nos Estados Unidos nos anos 1980, crash de Wall Street em 1987, crise imobiliária de 1990 (PAULANI, 2009). Importante notar que mesmo durante os períodos de crise, o depósito de ativos financeiros não parou de crescer.

Para Santos, o período em que vivemos não pode ser resumido e analisado da mesma maneira que os outros ciclos sistêmicos de acumulação, já que ele é ao mesmo tempo um período e uma crise. Isso porque “as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos” (SANTOS, 2000, p.34). Para o autor, os dois pilares do capitalismo globalizado, o *dinheiro* e a informação, agem de maneira cruel em relação aos outros aspectos sociais, inteiramente subordinados a eles. Essas atividades hegemônicas influenciam a centralização desmedida da economia, que é legitimada pela própria política. A crise se tornou estrutural e a solução deve ser igualmente estrutural.

Porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, 2000, p. 36)

Correspondendo com Santos (2000) sobre a prevalência da economia, Harvey (2004) ressalta que o capital financeiro, que é apoiado pelo poder do Estado<sup>25</sup>, permite práticas brutais e desvalorizações forçadas, como forma de favorecer a chamada “acumulação por espoliação.” Para Chesnais (2005), o ciclo de acumulação apresentado indica que o nosso sistema capitalista tem a tendência natural de produzir crises de sobreacumulação, que muitas vezes são “resolvidas” por meio de processos de espoliação. A “acumulação por espoliação”, então, explicaria diversos fenômenos observados, como a financeirização, globalização e as políticas neoliberais.

Utilizando a teoria de Marx, interpretamos que a acumulação “primitiva” já ocorreu e que a acumulação atual continua a se reproduzir às custas da exploração do trabalho vivo. Ou seja, no sistema econômico em que vivemos não há dissociação entre a possibilidade de lucro e a exploração.

Segundo Harvey (2004), Marx aponta diversos processos que levaram a acumulação primitiva. Alguns deles são a expulsão forçada das populações camponesas de suas terras, transformação da força de trabalho em mercadoria, saque dos bens da Igreja Católica, supressão do direito aos bens comuns, arrecadação de impostos, dívida pública e também o sistema de crédito. O que legitima todas essas ações é o poder do estado, possuindo o monopólio da violência. Todos esses traços estão presentes na história do capitalismo, porém alguns perderam destaque enquanto outros ganharam – é o caso do sistema de crédito e o capital financeiro, que de acordo com Lênin, Luxemburgo e Hilferding, foram elementos muito importantes na “depreciação, na fraude e no roubo”. (HARVEY, 2004, p.108)

Existem diversas abordagens para esse tema e Luxemburgo (1968), em seu livro *Acumulação de Capital*, se debruçou sobre o assunto pautada em um viés social mais forte:

De um lado tem lugar nos locais de produção da mais-valia -na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como na acumulação o *direito* de propriedade converte-se e *apropriação* da propriedade alheia, a *troca* de mercadorias em *exploração*, a *igualdade* em *domínio* de classe. O outro aspecto da acumulação se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Este processo se desenvolve no cenário mundial. Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a

---

<sup>25</sup> “Antes que (o capital financeiro) desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias”. (Chesnais, 2005, p.36)

violência, o engano, a opressão e a rapina. Por isso dá trabalho descobrir as leis severas do processo econômico nesta confusão de atos políticos de violência, e nesta disputa de forças.(LUXEMBURGO, 1968)

Além desses, outros mecanismos de acumulação surgiram ao longo dos anos. Para Harvey (2004) a acumulação por espoliação atualmente age fazendo com que direitos de propriedade comum que foram ganhos através da luta de classes (como ao sistema de saúde ou seguro desemprego) voltem ao domínio privado, atitudes inspiradas na política neoliberal. O governo de Bush, que privatizou a seguridade social (ou seja, fez com que as pensões sofressem influência do mercado fictício) é uma clara demonstração desse projeto com cunho liberal. Outros exemplos são a privatização de instituições originalmente públicas (como universidades) e a onda de privatização da água. O autor denomina esse processo como “cercamento dos bens comuns”.

O brilho do método dialético de Marx está em mostrar que a liberalização mercantil -o credo dos liberais e neoliberais- não produzirá um estado de harmonia no qual todos estarão melhor, mas que produzirá maiores níveis de desigualdade social, como de fato aconteceu durante os últimos trinta anos de neoliberalismo, particularmente em países como a Grã-Bretanha e os EUA, que se ativeram mais estreitamente a esta linha política. Marx prediz que também produzirá crescente instabilidade, a qual culminará em crises crônicas de sobreacumulação do tipo da que agora estamos presenciando. (HARVEY, 2004, p.108)

O que Marx tenta nos alertar com essas observações é que a acumulação apoiada na violência e desapropriação não é uma etapa originária do sistema capitalista, mas sim algo persistente até hoje e inerente ao capitalismo. Sendo assim, Harvey (2004) utiliza o termo “acumulação por espoliação” para se tratar dos processos acumulativos que ocorrem atualmente. É importante ressaltar que essa acumulação acontece em todas as fases do capitalismo, mas se intensifica em fases de crise de sobreacumulação.

É notável que em todo o processo de acumulação, desde sua origem, a terra é um fator crucial. A partir de sua análise é possível demonstrar que o título da renda da terra tornou-se uma forma de capital fictício, o que distância a terra de sua finalidade inicial, base da reprodução humana e subsistência.

Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, dentre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área da grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos enxotados das terras etc. Além disso, a nova aristocracia das terras era a aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabara de romper a casca do ovo e da burguesia manufatureira que dependia então da proteção aduaneira (MARX, 2011, p. 837-838).

Harvey desenvolve que a terra não tem *valor*, uma vez que não foi produzida por trabalho humano, mas possui um *preço*. Isso ilustra o rentismo, característica que se destaca na fase capitalista que estamos vivendo. O que acontece é que, o proprietário da terra tem direito a uma “renda fundiária” apenas pelo fato de ser dono de um fragmento do globo.

A teoria da renda da terra resolve o problema de como a terra, o que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. Renda da terra, capitalizada como os juros sobre um capital imaginário, constitui o valor da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o título da renda da terra gerado por ele. O dinheiro disposto é equivalente a um investimento que produza juros. O comprador adquire um direito sobre receitas futuras previstas, um direito sobre os frutos do trabalho. Título de terra torna-se, em suma, uma forma de capital fictício. (HARVEY, 2006, p.367)

Oliveira (2007) discorre que a renda da terra é uma categoria específica na Economia política, uma vez que:

“(…) É um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência. Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia” (OLIVEIRA, 2007, p.43).

Todas as dinâmicas capitalistas ressaltadas até aqui não são novidades no capitalismo, pois já estiveram presentes em outras fases. O que chama a atenção, segundo Chesnais (2005), é o protagonismo do rentismo e da propriedade, que estão distanciados da produção, mas ao mesmo tempo estão no seu seio. O foco do capitalismo patrimonial é a transformação do dinheiro de “ativo líquido” em um capital que “produz”, reavendo a citação de Marx que “o voto piedoso do entesourador se encontra realizado no capital portador de juros, pois suas economias adquirem a propriedade de proporcionar rendimentos tão naturalmente como a pereira dá peras” (Chesnais, 2005, p. 50).

Se quiséssemos definir de modo sumário o regime de acumulação contemporâneo, que arrasta consigo seu modo específico de regulação, talvez pudéssemos dizer que se trata de um capitalismo dominado pela finança, onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção, um capitalismo, portanto, essencialmente rentista, onde o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. (PAULANI, 2016, p.533)

É importante ressaltar a importância do Estado dentro de toda a dinâmica econômica. A influência estatal pode ser observada a partir de sua legislação, das vantagens comparativas oferecidas a alguns setores, de seus empréstimos (a partir de BNDES), da ação policial, etc. Para Harvey (2004), a base de todo o poder estatal está no dinheiro, na capacidade produtiva e na força militar. São “os três pilares em que se apoia a hegemonia no âmbito do capitalismo. Mas também aqui estamos diante de configurações mutáveis e instáveis” (Harvey, 2004, p.43). Para o autor, não seria impossível o funcionamento do capitalismo sem o Estado, porém a atividade capitalista atua melhor com ele.

Quando tratamos da acumulação por espoliação o Estado apresenta um caráter ainda mais fundamental. Isso porque esses processos geralmente ocorrem de maneira violenta e socialmente conturbada (como os processos de privatização), e o Estado “com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (HARVEY, 2004, p. 121).

Assim, a partir do momento em que o controle territorial é um meio necessário a acumulação, o Estado consegue influenciar toda a dinâmica regional não só através do seu aparato administrativo (que tem o poder de investir ou não em infraestruturas), mas também a partir de seu poder de formular leis e impô-las. (Harvey, 2004)

É possível traçar um paralelo entre as lógicas de Harvey e Chesnais em relação ao capital financeiro. De acordo com Harvey, o capitalismo contemporâneo se sustenta na lógica de financeirização do processo de acumulação. Para Chesnais, o capital portador de juros ganhou tanta importância que atualmente comanda até mesmo o processo produtivo, apresentando um desenvolvimento inovador, que pode até mesmo mudar por completo a essência do capitalismo. Nesse ponto Harvey segue uma linha distinta de pensamento, já que acredita que o processo de financeirização apenas explicita uma característica intrínseca do capitalismo. Segundo o autor, os processos de espoliação são inerentes a todas as fases do capitalismo. O sistema possui uma instabilidade natural, que é agravada quando o capital financeiro está no domínio econômico. Para Harvey, a financeirização funciona como uma solução para as crises de sobreacumulação, porém ao invés de resolver o problema, ele apenas o mascara, permitindo que o colapso se espalhe cada vez mais.

### **3.2. O fenômeno de land grabbing e a corrida mundial por terras**

Nos últimos anos, a governança de terras está passando por uma grande reestruturação. Isso porque a terra, principalmente do Sul Global, está sendo vista como uma fonte de produção de energia alternativa (principalmente biocombustíveis), alimentos e depósitos minerais (novos e antigos). (BORRAS, et al. 2012). O fenômeno “land grabbing” descreve a atual expansão de transações de terras nacionais em escala global.

Diversos autores abordam o tema de diversos ângulos. McMichel (2012), por exemplo, foca no contexto de reestruturação do regime alimentar e para ele, a atual corrida por terras faz parte de uma resposta a uma crise antecipada tanto pelo aumento dos custos de produção (preços da energia) quanto pela reprodução social (preços dos alimentos). Já Harvey (2011), apresenta uma visão mais focada no mercado financeiro, uma vez que vê a apropriação de terras como uma forma de absorver o excesso de capital. Gunnoe (2014), por sua vez, acredita que há uma integração inédita entre o capital financeiro e a propriedade da terra, transformando a terra em um ativo do portfólio de investimentos de investidores institucionais.

No século XXI, principalmente a partir de 2007/2008, com a crise financeira e com a alta dos preços dos alimentos, a agricultura mundial começa a apresentar novos elementos e a funcionar de maneiras até então não tão populares. Foi nesse momento que o capital financeiro (principalmente na forma de fundos, corporações e indivíduos de alta renda) se une com a possibilidade de expansão da agricultura moderna, adquirindo terras em locais estratégicos como o Brasil, o que se intitulou “global land grabbing” (BORRAS, et al., 2012; COTULA, 2012; MCMICHAEL, 2012).

Segundo esses autores, podemos definir o fenômeno de Land Grabbing “pelo uso intensivo de capital para o controle (land control) de terras e recursos como forma de acumulação e resposta à conjugação das atuais crises (financeira, energética, alimentar, ecológica) do projeto de globalização neoliberal” (FREDERICO, 2016, p.7).

O Brasil, dentro dessa lógica, é um dos países mais afetados por esse processo, uma vez que apresenta dimensão continental, com grandes áreas agricultáveis aptas de serem incorporadas à produção agrícola moderna, à disponibilidade de tecnologia produtiva e ao baixo preço relativo das terras). Os principais focos são a produção de agrocombustíveis (cana-de-

açúcar), floresta plantadas (madeira, papel e celulose), grãos e fibras (soja, milho e algodão) e mercado de terras. (FREDERICO, 2016)

Land Grabbing é um assunto tratado pela mídia e por pesquisas de maneira polêmica. Isso porque alguns defendem que o capital investido é uma oportunidade de desenvolvimento para a população rural e a agricultura local. Porém, muitos dados nos mostram o oposto, uma vez que as transações na maioria das vezes são feitas por uma regulamentação hesitante e sem preocupações ambientais e sociais.

Para entendermos melhor o conceito de “Land Grabbing”, ainda pouco explorado na literatura brasileira, existem algumas perguntas que devem ser respondidas como: o que está acontecendo (que terra está mudando de mãos e onde), quem está envolvido em negócios de terras, como os acordos são promulgados (quais são os mecanismos legais, políticos e burocráticos que regem as transações), com que propósito (quais são as justificativas)? (BORRAS, et al. 2011)

Zoomers (2010) vai além dos mais tradicionais tipos de investimentos em terra (como aqueles voltados à pecuária, agronegócio e exportações) e dá uma perspectiva de fenômenos mais recentes. Esses fenômenos são influenciados por alguns elementos como globalização, liberação dos mercados de terra e o aumento de investimento estrangeiros e geram novos processos relacionados ao Land Grabbing.

O primeiro motivo para a aquisição de terras que Zoomers aponta é o investimento para a produção de alimentos. Segundo a autora, muitos casos de Land Grabbing resultam da demanda por alimentos mais baratos. Alguns fatores, como a pouca disponibilidade de água e de terras produtivas, além do uso de terras para a produção de biocombustíveis estão tornando o mercado de terras extremamente disputado, o que aumenta a pressão em seus preços. Sendo assim, alguns países preocupados com a segurança alimentar de sua população acabam buscando em terras estrangeiras a possibilidade de produzir seus próprios alimentos. Os principais países que fazem uso dessa estratégia são: China, Países do Golfo, Arábia Saudita, Japão, Malásia, Índia, Coreia do Sul, Líbia e Egito. Já os principais países que cedem suas terras são Uganda, Madagascar, Mali, Somália, Sudão), Filipinas, Indonésia, Laos, Tailândia, Vietnã, Camboja, Paquistão, Burma, Brasil, Argentina, Cazaquistão, Ucrânia, etc. (GRAIN 2008, Cotula et al. 2009, Taylor and Bending 2009).

O grande problema é que alguns dos países que disponibilizam suas terras (como Sudão, Camboja, Madagascar) na verdade sofrem de insegurança alimentar, ou seja, parte de suas populações estão em estado de fome.

A aquisição de terras em grande escala para a segurança alimentar por países mais ricos em países mais pobres é cada vez mais contestada, porque não é considerado ético exportar alimentos de países onde há fome. (Zoomers, 2010, p.434, tradução nossa)

Entre o início dos anos 1980 e o início dos anos 2000, o preço dos alimentos estava em constante declínio. Porém, essa perspectiva muda a partir de 2008, com a elevação desses preços. Entre 2003 e 2008 os preços do milho e do trigo dobraram (VON BRAUN, 2008). Existem diversas teorias sobre o que pode ter influenciado na alta desses preços, analisadas por Headey e Fan (2008), como más colheitas em consequência de condições climáticas na Austrália, aumento do consumo de carne na China e Índia e o aumento da demanda por biocombustíveis.

Entre esses fatores o “boom” dos biocombustíveis é o que chama mais atenção, principalmente por ter desviado safras norte americanas de milho e por meio das restrições à exportação de culturas (como o arroz) uma vez que os preços começaram a subir, que elevaram ainda mais os preços, afetando o suprimento global. Segundo dados de 2018, do Land Matrix, a maior parte dos investimentos em agricultura está destinado para a produção de alimentos, seguido dos biocombustíveis.

Essa tendência de aumento nos preços provavelmente continuará a longo prazo. Isso porque até 2050 o mundo possivelmente abrigará cerca de nove bilhões de pessoas. Espera-se, assim, que demanda por alimentos também aumente mais que o proporcional, provocado pelo aumento da renda e da mudança na dieta da população urbana (COTULA, 2012). Estimativas apontam que, para um aumento de 40% na população mundial, a produção de alimentos precisaria aumentar em 70% (DEININGER et al. 2011). O preço do petróleo também afetará diretamente os preços dos alimentos (através do custo de transporte e fertilizantes, por exemplo) e indiretamente (através de incentivos para a produção de biocombustíveis) (FAO et al. 2011).

Esses motivos tornam a agricultura uma opção de investimento cada vez mais atraente. De acordo com o jornal *The Economist* (2009), isso inclui a aquisição de ações em diversas esferas da produção agrícola, como empresas que detêm terras, produzem fertilizantes, prestam serviços de gerenciamento ou que se envolvem em atividades agrícolas a montante<sup>26</sup> ou a

---

<sup>26</sup> Fornecimento de insumos, sementes e maquinaria. (Cotula, 2012)

jusante<sup>27</sup>. Além do aumento do preço dos alimentos e da demanda por biocombustíveis existem outros fatores que contribuíram para o interesse na compra de terras, como a produção de commodities (borracha, algodão, florestas plantadas e mercado de carbono).

Outro motivo por trás do fenômeno de Land Grabbing, por Zoomers (2010), é a expectativa da valorização das terras. Em um período de grande fragilidade e crise, a terra está sendo vista como mais um ativo financeiro e muitas vezes é analisada como uma possibilidade de diversificação do portfólio de grandes investidores. Isso leva a empresas privadas estrangeiras ganharem cada vez mais o controle de terras agrícolas, o que, em muitos casos, ameaça a agricultura de pequena escala e os meios de subsistência rurais. (COTULA ET AL. 2009).

A mercantilização da natureza ocorre desde o início do capitalismo, por meio da expropriação de parcelas da sociedade de suas próprias terras, apropriações de terras Americanas e Africanas durante o período da colonização, controle da produção agrícola por grandes oligopólios, expropriação da terra agrícola causada pelas políticas neoliberais em diversos países subdesenvolvidos, etc. (MAGDOFF, 2013). Porém, esse novo estágio apresenta um novo agente nessa dinâmica: a financeirização da economia. Vivemos um período em que o capital financeiro (ARRIGHI, 1996; CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2004), através de investidores institucionais está transferindo seu capital em diversos setores da cadeia agrícola.

Os investidores institucionais controlam desde empresas produtoras de sementes e insumos, agroindústrias de processamento alimentar, empresas de comercialização agrícola (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2014), até redes varejistas (BURCH; LAWRENCE, 2013), e ainda possuem grande influência na variação dos preços dos produtos agrícolas cotados nas principais bolsas de valores (CLAPP, 2014). Por seu turno, as tradicionais empresas localizadas em cada uma das etapas produtivas anteriormente mencionadas também estão cada vez mais envolvidas no mercado financeiro, com a obtenção crescente de suas receitas em atividades meramente financeiras e especulativas (MURPHY; BURCH; CLAPP; 2012; ISAKSON, 2014). Este duplo movimento, de inserção dos investidores institucionais no provisionamento de alimentos e de atuação das empresas agrícolas e varejistas no mercado financeiro, tem tornado opaca, segundo Isakson (2014), a linha que separa a finança e a produção agroalimentar. (FREDERICO, 2016, p.31)

Diversos autores, como Clapp (2014), Gunnoe (2014) e Ouma (2014), tratam a terra como um ativo financeiro. Isso porque ela cumpre diversos requisitos como padronização, potencial de lucro e liquidez (assim como um ativo) e capacidade de se apreciar ao longo dos anos, além de funcionar como um hedge contra a inflação, como forma de diversificação do portfólio de investimentos.

---

<sup>27</sup> Processamento e distribuição. (Cotula, 2012)

Atualmente, os fundos de pensão<sup>28</sup> são os maiores atores do setor financeiro e recentemente tem voltado a sua atenção para o mercado de terras, causando um grande impacto. Esses fundos detêm cerca de US \$ 23 trilhões em ativos, dos quais pelo menos US\$10 bilhões tinha supostamente já ido para aquisições de terras agrícolas até 2013 (GRAIN, 2016). De acordo com Fairbairn (2014), alguns estudiosos sugeriram recentemente que a atual onda de financeirização está próxima de seguir seu curso. Arrighi (2008) argumenta que a crise de 1973 foi a "crise de sinal" que desencadeou a fase de expansão financeira, enquanto a crise de 2008 foi a "crise terminal", que indicou que essa onda de financeirização não poderia mais se sustentar.

Porém, essa dinâmica de compra e venda de terras parece ser mais antiga do que acreditamos e já foi analisada por Massey e Catalano (1978) durante a década de 1970 na Inglaterra. Uma pesquisa sobre os mercados agrícolas britânicos apontou que investidores financeiros estavam comprando terras e arrendando-as, motivados pela renda e pela valorização do local. Nesse contexto, a terra torna-se puro ativo financeiro, contrastando com o comportamento de produtores agrícolas, que valorizam a terra pelo valor de seu uso. Nesse sentido, Whatmore (1986) alega que esses investidores favorecem a liquidez do mercado de terras, uma vez que a tratam como capital fictício, permanecendo com esse ativo ou vendendo-o por conta de decisões e mudanças de cunho financeiros.

A terra se torna uma forma de capital fictício, e o mercado de terras funciona simplesmente como um ramo particular - embora com algumas características especiais - da circulação de capital que rende juros. (Harvey, 1982, p. 347)

Com o “boom” na compra de terras a partir de 2007, os investidores se dividiram em duas estratégias, chamadas por Fairbairn (2014) de “arrendamento próprio” e “operar por conta própria”. Na primeira delas, o arrendamento é feito por um gestor e ativos externo, que recebe parte dos lucros.

Essa estratégia se encaixa na visão de Harvey do tratamento da terra como um ativo financeiro puro. É atraente para os investidores que vêem a terra como uma fonte relativamente estável de retorno estável, diversificação de carteira e hedge de inflação, incluindo muitos investidores institucionais.(FAIRBAIRN, 2016, p. 783, tradução nossa)

Já na segunda abordagem, o investidor não só se envolve financeiramente na compra da terra, mas também na produção agrícola. Porém, esse tipo de investimento se torna mais

---

<sup>28</sup> As pensões pessoais são geralmente administradas por empresas privadas ou públicas, com o intuito de cuidar e expandir as economias, de maneira com que elas possam ser pagas aos trabalhadores em cheques mensais após a aposentadoria

arriscado na medida que depende da produção agrícola, fazendo com que os lucros se tornem particularmente altos.

Depois de 2007, os investimentos em terras agrícolas crescem motivados por mais um fator: a desconfiança dos investidores nos mercados financeiros. Fairbairn (2014), no desenvolvimento de sua pesquisa, entrevistou investidores em terras e segundo um deles:

Eu não quero ter mais operações de derivativos e não tenho a menor ideia do que estão fazendo no final da linha. Eu posso ver e entender a produção de soja, uma usina de açúcar. Posso ver, posso testar, tocar e posso entender todos os números, por isso quero colocar pelo menos parte do dinheiro nesse tipo de investimento. (p.784, tradução nossa).

De acordo com Gunnoe e Gellert (2010) as mudanças que estão ocorrendo em terras agrícolas se espelharam em uma dinâmica parecida com as terras voltadas para a silvicultura. No Estados Unidos inicialmente foram criados os TIMOs (Timberland Investment Management Organisation), investidores institucionais voltados para a gestão de florestas plantadas<sup>29</sup>. Da mesma maneira surgiram as FIMOs<sup>30</sup> (Farmland Investment Management Organizations), dedicadas a terras agrícolas.

Assim como os TIMOs, essas empresas de gerenciamento montam um portfólio de terrenos sob medida para atender à tese de investimento do cliente e ao apetite por risco em troca de uma taxa de administração. Eles geralmente têm um investimento mínimo de US\$ 50 milhões e, portanto, são acessíveis apenas a instituições e indivíduos extremamente ricos. Eles também tendem a adotar uma visão relativamente de longo prazo dos ativos agrícolas nos quais a terra é mantida por anos ou décadas como fonte de renda e reserva de valor. (FAIRBAIRN, 2016, p.787, tradução nossa)

Fairbairn (2016) aponta o surgimento de dois tipos de FIMOs que estão mudando o cenário de investimento de terras. O primeiro tem sua origem no setor financeiro e está associado a um fundo típico de private equity. Esses fundos podem adquirir terras ou simplesmente investir diretamente em uma carteira com ações no agronegócio. O que os caracterizam são a sua operação por um período que varia entre 7 a 10 anos e suas taxas de administração e juros, que costumam ser mais altas do que os FIMOs tradicionais, porém, esses fundos são mais acessíveis para outros investidores, uma vez que a partir de US\$200.000 o investidor está apto a entrar no fundo, proporcionando uma variação na carteira de investimentos à investidores menores.

---

<sup>29</sup> As empresas madeireiras dos Estados Unidos, enfrentando uma pressão crescente do mercado, começaram a ver suas terras como peso morto em seus balanços patrimoniais, e a propriedade foi gradualmente transferida para investidores institucionais. (Fairbairn, 2014)

<sup>30</sup> Nos Estados Unidos, 3 influentes FIMOs existem desde a década de 1980: Hancock Agricultural Investment Group (HAIG), Prudential Agricultural Investments and UBS Agrinvest. (Fairbairn, 2014)

Outro tipo de FIMO que surgiu são aqueles grandes operadores agrícolas, que agora abrem negócios separados com o foco na gestão de ativos. Para ilustrar esse caso temos o exemplo da empresa SLC Agrícola, de capital aberto. Essa empresa, produtora de grãos (como soja e milho) e algodão, criou outra empresa para propriedade agrícola, a SLC LandCo, que contou com US\$ 24 milhões da Valliance, empresa britânica gestora de ativos. Esses fundos serão utilizados na compra de terras agrícolas com foco na rápida valorização. (SLC Agrícola 2012). Para a autora, a criação deste fundo focado na terra, além das operações normais da SLC, sinaliza o apelo atual dos ganhos de capital da valorização da terra.

Os FIMOs podem nos mostrar como que o uso da terra como um ativo financeiro não está restrito a investidores profissionais, uma vez que “financiers are using land as a productive asset, while operators are using it as a financial asset.” (FAIRBAIRN, 2016, p.791). Nesse momento, tanto as qualidades financeiras da terra, como as produtivas, estão sendo valorizadas, o que pode nos mostrar uma tendência a um novo tipo de financeirização em um momento de crescente escassez de recursos.

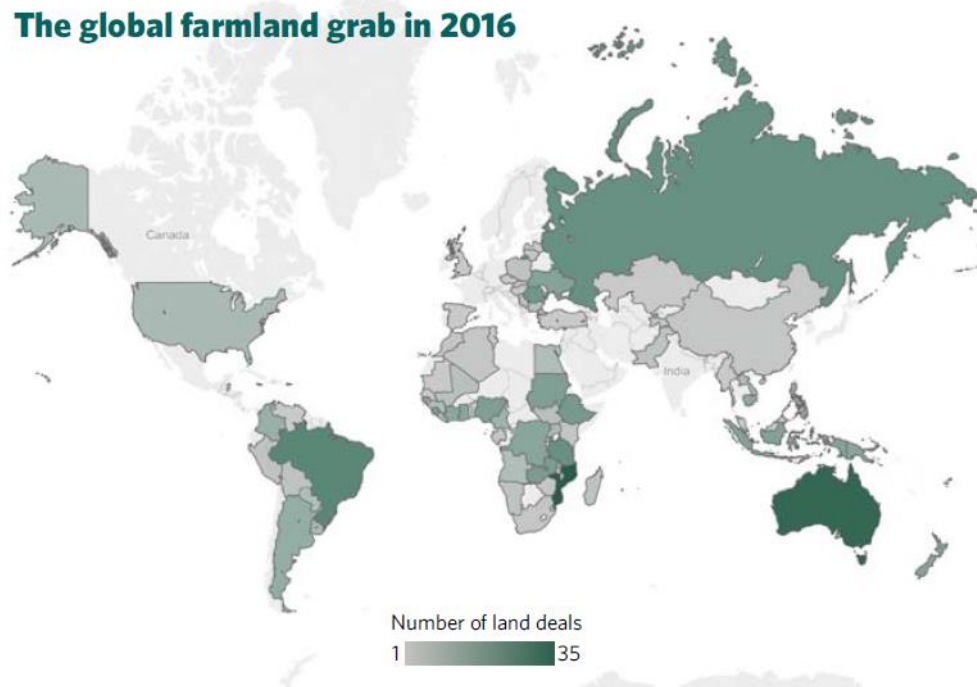
Milton Santos (2000), discutindo o tema, chega ao termo “agricultura científica globalizada”, defendendo que a produção agrícola atual possui uma “referência planetária”, isso é, é regida por leis econômicas em escala mundial. Somando isso ao aspecto financeiro e especulativo contemporâneo, percebemos que o fenômeno de land grabbing está se difundindo cada vez mais, na busca incessante de rentabilidades que atendam as expectativas dos investidores.

Assim, a crescente tendência de tratar a terra como um ativo financeiro amplia as contradições da dinâmica agrária. A constante busca pelo aumento da produtividade e da escala produtiva, ao mesmo tempo em que procuram se enraizar o mínimo possível nos lugares, levam a importantes repercussões sobre a especialização territorial produtiva, a concentração da terra, a exploração dos recursos (água, vegetação, solos, etc.), a redução relativa do número de trabalhadores rurais (aumento da composição orgânica do capital) e a expropriação de outras formas de trabalho e produção. (FREDERICO, 2016, p. 23)

Como defende Harvey (2011), para os investidores, a terra é entendida como um capital fictício, isto é, equivale a um investimento que rende juros. Para o autor, na perspectiva do capitalista, “o que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzida por ela” (p.532). A crescente intensificação em capital e trabalho sobre a terra assegura a elevação de rendas futuras, constituindo-se como um atrativo para o capital financeiro.

A maioria dos países procurados pelos investidores para esse propósito são Argentina, Brasil, Laos, Malásia, Indonésia, Madagascar, Mali e Tanzânia, além de diversos outros do

continente africano (Sulle and Nelson 2009) e as principais produções são as de mamona, soja, cana-de-açúcar e óleo de palma.



*Figura 3 Land Grabbing em 2016 (Fonte: GRAINS, 2016)*

Em menor quantidade, mas se tornando cada vez mais expressivo, também existem exemplos de companhia estrangeiras investindo em terras para reflorestamento, em projetos de compensação de carbono, seguindo o “Clean Development Mechanism”. Muitos países aceitam todas as propostas envolvendo suas terras pois precisam de investimentos exteriores e acreditam que esse seja o caminho para a modernização de sua agricultura, porém, o que de fato acontece é que esse remanejamento de suas terras acaba por excluir e expulsar comunidades locais de seus próprios terrenos.

Em todo o mundo, há uma consciência crescente de que nosso mundo precisa ser salvo. Os governos ratificaram pactos, protocolos e acordos internacionais para combater a mudança climática e salvar as florestas tropicais; as empresas estão cada vez mais tornando as cadeias de valor mais sustentáveis e, mais do que nunca, os consumidores compram produtos ecologicamente corretos. Como consequência, mais e mais terras estão sendo compradas,

vendidas e até apropriadas para, por exemplo, conservar florestas naturais e biodiversidade, impulsionar o ecoturismo e produzir biocombustíveis.

Sendo assim, diversas instituições privadas se interessam pela compra de terras em regiões teoricamente “vazias” para a conservação ou ecoturismo. Essas aquisições de terras têm, portanto, agendas ambientais, mas, além disso, a plantação de mamona, dendê, o sequestro de carbono, o plantio florestal certificado ou a instalação de ecoturismo são atividades cada vez mais lucrativas para pequenas e grandes empresas - muitas vezes originárias do norte global.

O fenômeno de Land Grabbing também pode, segundo Zoomers, ocorrer em ambientes urbanos, causando mudanças radicais.

Embora a propriedade de grandes áreas de terra por estrangeiros não seja um fenômeno novo<sup>31</sup>, sua escala e intensidade são. O contexto mudou drasticamente e a questão precisa de uma atualização conceitual: a redistribuição da terra não é mais uma questão local de justiça social (terra para quem trabalha) ou eficiência (terra para o produtor mais eficiente). A competição por terra agora ocorre menos exclusivamente em um contexto agrícola-rural: as compras de terras são também destinadas à conservação da natureza (no caso de áreas "vazias") ou a extensões urbanas (na periferia rural-urbana). Além disso, questões sobre a terra são questões cada vez mais complexas de reivindicações concorrentes entre vários grupos de atores locais e de longa distância; Além dos governos nacionais e locais, pessoas privadas, organizações não-governamentais (ONGs), instituições financeiras e o setor imobiliário também estão envolvidos na questão. (ZOOMERS 2010, p.441, tradução nossa.)

Para a autora, a compra de terras neste momento envolve questões muito maiores que apenas as agrárias. A terra é um elemento chave para diversos setores da economia, como turismo, expansão urbana, conservação da natureza, etc. Os países mais afetados com o comércio mundial de terras são essencialmente aqueles presentes no Sul Global, como África e América Latina, e a população carente é a mais afetada, se vendo constantemente sem apoio governamental.

Zoomers (2016) defende que códigos de conduta deveriam ser estabelecidos, uma vez que a maioria dos países não possuem ferramentas necessárias para administrar a compra de suas terras de maneira a minimizar (ou até mesmo acabar) com os efeitos negativos (como a expulsão de populações locais, a corrupção, a insegurança alimentar, os danos ambientais locais e globais, a instabilidade política, etc.).

Algumas atitudes que poderiam ser tomadas são a transparência nas negociações, o respeito pelas leis de terra, respeito com a natureza e com a legislação ambiental, preocupação

---

<sup>31</sup> Nos séculos XIX e XX, muitos investimentos agrícolas em países em desenvolvimento, liderados por empresas sediadas na Europa, Estados Unidos e Japão, envolveram o estabelecimento de plantations. (Cotula, 2012)

com a comunidade local, que deveria ganhar e não se prejudicar com investimentos estrangeiros, etc, (VON BRAUN et al. 2009).

O desafio é garantir que os investimentos feitos por atores estrangeiros respeitem os direitos dos usuários da terra existentes e aumentem a produtividade e o bem-estar, de acordo com as estratégias existentes para o desenvolvimento econômico. (Zoomers 2010, p.443, tradução nossa)

Segundo dados do Land Matrix (2018)<sup>32</sup>, os países que recebem maiores investimentos são República Democrática do Congo, Papua-Nova Guiné, Indonésia, Brasil e Ucrânia, nessa ordem. Em contrapartida, os países que mais investem são Estados Unidos, Malásia, Cingapura, China e Brasil.

Uma vez que o aumento no volume e intensidade dos investimentos em larga escala em terras agrícolas ficou conhecido como a "corrida mundial por terras" ou "land grabbing", as definições da chamada apropriação de terras têm sido muito contestadas (Holmes, 2014). Geralmente, o termo refere-se à compra ou arrendamento de grandes extensões de terras no exterior (particularmente no Sul global) por empresas domésticas e transnacionais, governos e indivíduos; impulsionada pela mudança nos preços das commodities, essas transações dizem respeito principalmente à produção de alimentos e biocombustíveis (Gudynas, 2008). Essas aquisições de terras em larga escala produzem relações de poder assimétricas entre aqueles que ganham controle sobre o uso da terra e o valor da terra, e outras partes envolvidas. De fato, a transferência de propriedade e recursos - onde o controle local é passado para "estranhos" mais poderosos - é uma característica importante na definição de apropriações de terras. (STEEL, 2017, p.3, tradução nossa).

McMichael (2012) fornece um quadro teórico útil ao situar a apropriação de terras no contexto da reestruturação global do regime alimentar. A atual corrida pela terra, ele argumenta, sinaliza o aprofundamento das contradições do regime alimentar corporativo. Faz parte da resposta a uma crise precipitada tanto pelo aumento dos custos de produção (preços da energia) quanto pela reprodução social (preços dos alimentos). As finanças desempenham um papel capacitador nessa missão de salvamento, abrindo novas fronteiras para o investimento. Harvey (2010) vê a apropriação de terras como uma forma de absorver o excesso de capital, quando as oportunidades de investimento em casa são limitadas, novas partes da economia global são levadas ao abraço do capitalismo, proporcionando uma "solução espacial" para a crise.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/web-transnational-deals/>>

### **3.3. *Land Grabbing no monocultivo de Florestas***

A terra, por muito tempo considerada como um bem de importância crucial para a subsistência das pessoas, hoje pode ser vista como um bem global necessário para resolver as crises globais de alimentos, energia e clima. Além disso, a terra também é requisitada pela conservação da natureza, mineração e expansão urbana. (DELL'ANGELO, et al, 2017). Nesse sentido, a terra se tornou um setor atrativo para grandes investidores, que veem nela um ativo financeiro muito seguro e rentável, até mesmo pela tendência a elevação dos preços da commodities.

O uso dessas grandes extensões de terras adquiridas por investidores (o que é explicado pelo fenômeno denominado Land Grabbing) geralmente volta-se para a produção de commodities como soja, café, algodão, cana-de-açúcar, entre outras. Porém, observamos uma forte tendência mundial no uso de terras para a produção de Florestas Plantadas.

Esse crescimento no setor florestal não acontece por acaso. Cada vez mais as pautas ambientais se destacam e acordos como the UNFCCC, the Paris Agreement, the Ramsar convention, são firmados, com projetos de conservação ambiental e preservação de florestas tropicais. Hoje em dia o mercado de créditos de carbono já faz parte da dinâmica capitalista e se mostra um potencial gerador de lucros, ou seja, árvores podem se converter em capital.

Não só esses são os motivos para o desenvolvimento das plantações de florestas. Outro forte apelo é o mercado de papel e celulose, em crescimento nas últimas décadas. No caso da Brookfield Brasil, por exemplo, 83%<sup>33</sup> de suas plantações de árvores são voltadas para esse setor.

Como as questões ambientais e preocupações climáticas estão ganhando maior destaque, indústrias perceberam uma maneira de tornar seus investimentos mais agradáveis e simpáticos para a sociedade e, principalmente, para investidores: focar na suposta sustentabilidade envolvendo as monoculturas florestais.

---

<sup>33</sup> Brookfield Brasil. Relatório Anual, 2016. Disponível em: [https://www.brookfield.com/~media/BAM/PDFs/Brookfield%20Brasil/RA\\_2016\\_Brookfield.pdf?la=pt-BR](https://www.brookfield.com/~media/BAM/PDFs/Brookfield%20Brasil/RA_2016_Brookfield.pdf?la=pt-BR)

Nesse sentido, observando relatórios concedidos por empresas de papel e celulose a respeito de suas florestas plantadas, percebemos uma tendência a romantização dos dados, recorrendo para uma justificativa ambiental.

Analisando esses documentos de empresas como Stora Enso e Veracel<sup>34</sup> é possível encontrar alguns argumentos como:

Florestas e plantações são uma parte cada vez mais importante de uma agenda mais ampla de desenvolvimento sustentável global, particularmente em relação ao combate ao aquecimento global. Como um recurso natural renovável, a madeira representa uma alternativa favorável aos materiais fósseis. Árvores absorvem dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera, e junto com produtos à base de madeira atuam como armazenamento de carbono. (STORA ENSO, 2017, tradução nossa)<sup>35</sup>

Até mesmo empresas estatais, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), dissertam sobre as vantagens comparativas das plantações de florestas, como o sequestro de carbono; a maior infiltração da água de chuva no solo, evitando ou reduzindo as enxurradas e o transporte de sedimentos para os cursos d'água<sup>36</sup>; e a restauração de ecossistemas.

Porém o que se observa na prática diverge dessas referências. Além de mascararem reais dados sobre seu desempenho ambiental, o que podemos chamar de “greenwashing”, algumas questões sociais também são apresentadas de maneira que não correspondem à prática, como por exemplo a geração de empregos e renda.

No afã de divulgar mensagens positivas, os dados nem sempre correspondem à realidade ou são manipulados para darem uma impressão de realidade. Vejamos, como exemplo, a seguinte frase da Aracruz Celulose, num projeto em inglês, que circulou na Internet em busca de financiamento: “Em média, cada hectare de uma plantação de eucalipto gera quatro empregos diretos, uma indicação da importância econômica e social destas plantações”. Esta afirmação significa que, no caso da Aracruz, com 247 000 hectares de eucalipto, a empresa estaria gerando 988000 empregos diretos somente nas plantações de eucalipto! Mas, na realidade, a Aracruz gera, diretamente, apenas 2031 empregos (BVQI, 2004). Empresas como a Aracruz Celulose, além da sua própria publicidade, têm muitos parceiros que contribuem para passar a ideia de grande

---

<sup>34</sup> As empresas foram selecionadas de maneira a evidenciar contradições, uma vez que ambas já apresentaram conflitos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (Veracel em 2004 e Stora Enso em 2008).

<sup>35</sup> “Forests and plantations are an increasingly important part of a wider global sustainable development agenda, particularly in relation to combatting global warming. As a renewable natural resource, wood represents a favourable alternative to fossil-based materials. Trees absorb carbon dioxide (CO<sub>2</sub>) from the atmosphere, and together with wood-based products act as carbon storage”.

<sup>36</sup> O que na verdade demonstra que essa cultura necessita maior quantidade de água se comparado com outras, levando ao rebaixamento do nível freático em meio metro por ano. Para exemplificar, existem estudos ligando plantações de eucalipto em Minas Gerais com uma crise hídrica no Estado. <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna\\_gerais,919749/estudo-liga-monocultura-de-eucalipto-a-falta-d-agua-no-semiarido-em-mg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna_gerais,919749/estudo-liga-monocultura-de-eucalipto-a-falta-d-agua-no-semiarido-em-mg.shtml)>

geradora de empregos e renda. Assim como existe o “greenwashing” das empresas para criar uma imagem verde, há também o “jobwashing”.(DE’NADAI, et al., 2005, p.11)

Segundo De’Nadai, existe uma estrutura que sustenta essa rede de informações, composta por alguns elementos, como: Publicidade, Mídia, Governo Federal/ Estadual/Municipal, Parlamentares, Representantes da Silvicultura, Secretarias de Agricultura e Escolas.

Os relatórios apresentados pelas empresas do setor também dissertam sobre diversas medidas compensatórias aplicadas nas regiões onde são ativas, como:

As comunidades que vivem perto de nossas fábricas e operações florestais formam uma das principais preocupações da Stora Enso. Nosso objetivo é contribuir para a vitalidade e resiliência dessas comunidades. (STORA ENSO, 2017, tradução nossa<sup>37</sup>)

Além de todos esses fatores, a propaganda empresarial costuma declarar que suas plantações ocupam áreas degradadas, não utilizadas e marginalizadas, porém a realidade é outra, uma vez que tais empresas se interessam por áreas férteis, planas e com bons sistemas de irrigação. Mas, essas terras, como podemos imaginar, quase sempre já estão sendo utilizadas por comunidades locais. (OVERBEEK, 2012)

Alguns exemplos de iniciativas sociais citadas pela Veracel para apoiar essas comunidades locais são: o patrocínio de projetos de reforma e ampliação de uma unidade de processamento de pescados e mariscos em Belmonte (sede) e a construção de uma fábrica de gelo no distrito de Santo Antônio, no mesmo município; apoio aos tradicionais Jogos Indígenas; doação de kits escolares com itens básicos para cada aluno indígena matriculado na rede pública de ensino presente nos dez municípios de atuação da empresa; apoio à implantação do sistema de captação de água para irrigação, beneficiando 110 famílias no município de Santa Cruz Cabrália; entre outros.

Porém, será que todas essas medidas compensatórias são suficientes? Analisando o histórico de conflitos envolvendo populações rurais (como camponeses, indígenas e quilombolas) e grandes investidores de florestas plantadas diríamos que não.

Podemos encontrar históricos de conflitos em diversas localidades, como Brasil, China, Moçambique, Uganda, Camboja, Chile... No Brasil um dos conflitos mais impactantes ocorreu

---

<sup>37</sup> “Communities living near our mills and forestry operations form one of Stora Enso’s most important stakeholder groups. We aim to contribute to the vitality and resilience of these communities”

no dia 08 de março de 2006, em um laboratório, da empresa de celulose Aracruz, quando essa estudava ampliar sua área de cultivo em Guaíba, cidade situada no Rio Grande do Sul.

O protesto contou com cerca de 2000 integrantes da Via Campesina, que destruíram dezenas de mudas de eucalipto prontas para o plantio. A ação durou menos de 20 minutos, causando um prejuízo à empresa - maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto - de cerca de 400 mil dólares, além da perda de materiais genéticos que levaram cerca de 15 anos para serem produzidos.

Após a passagem pelo viveiro de mudas da Aracruz, a manifestação prosseguiu pelas ruas de Porto Alegre, cidade que estava sediando a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovida pelo Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Na chegada das manifestantes houve confusão com a polícia, contudo, no fim, foi permitido que 50 delas entrassem no evento. Esse conflito também ganhou destaque por se tratar de um movimento composto apenas por mulheres, realizado no dia da mulher.

A incidência de problemas provenientes das monoculturas florestais é tão alta no Brasil que em 1999 foi criada uma rede de proteção contra as plantações de eucalipto, denominada Rede Alerta contra o Deserto Verde<sup>38</sup>, composta por comunidades impactadas por esse setor, como camponeses, indígenas, quilombolas e movimentos sociais. Essa rede fomentou mobilizações contra grandes plantações industriais de árvores, se envolvendo especialmente em lutas por terras das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As principais reivindicações do movimento são reforma agrária, devolução de terras às comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, incentivo produção de alimentos em detrimento da produção de eucalipto e a recuperação da Mata Atlântica e dos recursos hídricos. (DE'NADAI, et al., 2005). Em uma carta elaborada em junho de 2003 pela Rede, alerta-se sobre a real natureza desses processos:

Volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares

---

<sup>38</sup> O termo "Deserto Verde" é utilizado para se referir a plantações de árvores, uma vez que essa cultura tende a utilizar muita água, desequilibrando o balanço hídrico natural da região.

de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. (REDE DE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2003)<sup>39</sup>

Outra região que apresenta inúmeros conflitos envolvendo o uso da terra para a plantação de árvores é Moçambique. A constituição moçambicana de 2004 alega que a terra é propriedade do estado, ou seja, não pode ser vendida. O estado que é responsável por reconhecer a posse da terra por um sistema regido pela Lei de Terras de 1997, reconhecida internacionalmente por apresentar um caráter progressista e afirmar que as comunidades rurais locais devem participar da gestão dos recursos naturais, resolução de conflitos e no processo de titulação e na identificação dos limites das terras ocupadas por eles.

Nos últimos anos observa-se que com o avanço dos investimentos de grande escala no país a Lei de Terras está passando por fortes pressões por reformas, já que teoricamente não vai de acordo com as políticas de desenvolvimento econômico do país. Moçambique é um país majoritariamente agrícola, com 80% de sua população vivendo em áreas rurais e 56,9% abaixo da linha da pobreza. Essas famílias dependem da terra e da agricultura para seu sustento.

Desde 2000 o investimento estrangeiro em Moçambique vem aumentando. Como consequência, em 2006 criou-se o Centro de Promoção Agrícola (CEPAGRI) para promover os investimentos agrícolas em larga escala. Algum de seus objetivos eram estimular uma transformação estrutural da agricultura no país, com a finalidade de aumentar sua produtividade e sua competitividade no mercado internacional.

Segundo o Banco Mundial, entre 2004 e 2009, 2,7 milhões de hectares de terra foram transferidos para Moçambique. Cinquenta e três por cento desta área (cerca de 1,4 milhões de hectares) foram transferidos para investidores domésticos, enquanto os investidores estrangeiros adquiriram os restantes 47 por cento, cerca de 1,3 milhões de hectares. 48 Com base em uma compilação de diferentes fontes, o Instituto Oakland indica que 1 milhão de hectares foram destinados a investidores estrangeiros, 73% dos quais são para o setor florestal e 13% para agrocombustíveis e açúcar.” (FIAN, 2012)

O governo moçambicano, desde 2006, está incentivando ativamente o investimento privado em grande escala nas plantações de árvores, uma vez que o estabelecimento dessas plantações requer alto investimento de capital. Em 2010, o Ministério da Agricultura elaborou uma Estratégia Nacional de Reflorestamento, que foi justificada pelo aumento da demanda global por produtos de madeira (como papel), posição geográfica estratégica (uma vez que grande parte dessa demanda vem de países asiáticos), excelentes condições climáticas e pedológicas para a plantação de árvores e o sequestro de carbono.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-a-rede-alerta-contr-o-deserto-verde-exige-mudanca-de-modelo-florestal/>

Uma das províncias mais afetadas por esse documento foi a de Niassa, onde a empresa Chikweti se instalou. Essa empresa é financiada por um fundo de investimento Sueco, denominado Global Solidarity Forest Fund (GSFF), com grande participação de capital holandês (54,5% dos seus investimentos vem do fundo de pensão holandês Stichting Pensioenfonds ABP). Chikweti Forests of Niassa se instalou em Niassa em 2005 e é o maior e mais antigo investimento do GSFF.

Para facilitar os investimentos do setor privado, em 2005 o governo moçambicano junto com o governo sueco cria a Fundação Malonda, com o objetivo da redução da pobreza em Moçambique, através de estratégias que incluam o investimento privado no processo de desenvolvimento econômico e humano sustentável no país.

Desde o início desses investimentos foi possível observar inúmeros problemas, envolvendo tanto questões ambientais como sociais. Na comunidade de Maniamba, a população local se queixou da perda de acesso a terras férteis, usadas para a produção de alimento, uma vez que Chikweti havia assegurado que só usaria áreas marginais. A disponibilidade de água também foi afetada negativamente, fazendo com que os moradores passassem a percorrer longas distâncias para chegar aos rios. Além disso, algumas comunidades fizeram acordos com a empresa e cederam áreas de suas terras à empresa, porém o que ocorreu foi que cerca de 32.000 hectares foram ocupados ilegalmente pela empresa. (SEUFERT, 2012)

Esses agricultores se veem obrigados a cultivar em campos agora muito afastados de suas casas ou trabalharem para a empresa, o que também causa muito desconforto e problemas. O que se observa em plantações de árvores industriais é uma tendência a criação de um grande número de empregos em sua fase inicial, de preparo e plantio da terra. Contudo, após alguns anos essa quantidade de empregos ofertados cai drasticamente, desempregando muitos trabalhadores.

Todos esses motivos geraram alguns conflitos, como em abril de 2011, quando camponeses de Licole e Lipende arrancaram e cortaram cerca de 60.000 pinheiros em uma área de 12 hectares, e em junho de 2011, quando incendiaram alguns edifícios da empresa por conta de sua ocupação ilegal de áreas não destinadas a expansão da floresta (WRM, 2016)

Todas essas queixas foram levadas até o primeiro Ministro moçambicano, o então Aires Ali, em uma visita a Niassa em 2010. Constatou-se que a Chikweti Forests of Niassa estava utilizando ilegalmente de 32.000 hectares, plantando árvores muito perto das fazendas pertencentes a comunidade e cortando árvores nativas sem licença ambiental.

Todas observações levaram a elaboração de um relatório, com recomendações para a empresa como: transferência da plantação para outras áreas, remoção das árvores plantadas próximas a habitações, zoneamento da área de toda a província para detectar irregularidades, etc. Entretanto não existe nenhuma informação constatando se essas recomendações foram ou não adotadas.

Por parte da empresa, Chikweti negou todas as alegações, afirmando que todas as terras foram adquiridas legalmente e que todos os impactos estavam sendo expostos de maneira exagerada. O fundo holandês ABP admitiu que os projetos não cumpriam com seus requisitos, porém anunciou que não retiraria seus investimentos no GSFF, visto que teriam mais controle no comportamento do fundo se permanecesse como acionista.

Todo esse contexto gera altos níveis de insegurança alimentar em Moçambique, uma vez que 80% de sua população depende da agricultura de subsistência. A plantação de florestas industriais coloca em risco essa população rural, uma vez que essa passará a depender do mercado para a obtenção de comida. No entanto, é impossível prever como obterão renda suficiente para comprar comida, já que o emprego criado pela atividade florestal é escasso, precário e insuficiente.

Destaca-se que todos esses conflitos ocorrem principalmente em locais do sul global marcados pelo subdesenvolvimento, como Ásia, América do Sul e África. Isso porque esses lugares possuem governos que geralmente priorizam grandes investimentos em detrimento dos pequenos agricultores, indígenas e quilombolas. Esses países costumam apresentar algumas características em comum entre si, como uma grande concentração fundiária, baixo preço das terras, incentivos fiscais e uma legislação bastante flexível aos interesses do capital.

As plantações industriais de árvores podem se apropriar de dois tipos de terras: aquelas pertencentes ao Estado e aquelas privadas. Segundo Gerber (2011), cerca de 4/5 dos conflitos ocorrem em plantações estabelecidas em terras estatais. Nesses casos as empresas obtêm concessões ou arrendam essas terras por um custo muito baixo durante décadas.

A população camponesa que costuma ocupar essas regiões é dependente de um pedaço de terra para suprir suas necessidades. Praticam agricultura de subsistência e recebem da terra o seu sustento diário. Porém, muitas vezes são expulsos de maneira brutal e com pouca ou nenhuma compensação, sendo deixados sem muitas alternativas além da migração para áreas urbanas em busca de trabalho e teto. Além da propriedade da terra ser um dos principais motivos de conflitos, o desmatamento foi relatado em metade dos enfrentamentos, se tornando a maior causa ambiental.

Quando ocorrem em propriedades privadas a dinâmica se torna um pouco diferente. Existem diferentes motivações para a venda de terras. Grandes fazendeiros por vezes expulsam pequenos agricultores que arrendam suas terras e as vendem para setores da silvicultura (substituindo pessoas por árvores). Já pequenos e médios produtores que possuem suas próprias terras acabam sendo pressionados e caem em táticas coercitivas usadas pela indústria interessada. Essas táticas variam desde pulverização da área com inseticidas, podendo causar problemas de saúde nos habitantes locais, até o isolamento das áreas, impedindo a passagem, deixando-os “ilhados”. As consequências nesses casos são as mesmas que ocorrem nas terras estatais: centenas de camponeses, indígenas e quilombolas se tornam desempregados e sem-terra, o que os força a migrar para os centros urbanos mais próximos.

Esses projetos, além de expulsarem camponeses de suas próprias casas acabam tornando o mercado de terras no local muito inflacionado, aumentando os preços e dificultando a compra de terras pela comunidade afetada e até mesmo por programas do governo voltados para a reforma agrária.

Outro caso que ilustra essa dinâmica ocorreu em 2016 com a tribo indígena Pataxós, da aldeia de Nova Esperança, no município de Itamarajú, extremo sul da Bahia. A indústria Veracel Celulose (joint-venture da Stora Enso e da Fibria) pretendia expandir sua área de plantação de eucaliptos para terras delimitadas para uso indígena, entrando na justiça para tentar expulsar a aldeia da área. O processo, depois de passar pelo primeiro juiz, que decidiu manter a comunidade na área, caiu nas mãos de um segundo, que decidiu expulsar as 160 pessoas da aldeia Pataxós, mesmo se tratando de uma área já delimitada pelo Estado brasileiro.

Apesar do conflito se iniciar apenas em 2016, desde 2013 a comunidade já sente os impactos das plantações de eucalipto da Veracel, como uma escassez de água, aplicações de agrotóxicos realizadas por aviões, causando diversos problemas respiratórios e isolamento da área, que se tornou cercada pela monocultura florestal.

De acordo com Gerber (2011), a maioria dos conflitos envolvendo monocultura de árvores ocorrem no continente Asiático (62%), seguido da América Latina (22%). As principais estratégias de luta são a derrubada das árvores, manifestações e danificações de materiais da empresa como carros e construções, ações judiciais e confrontos diretos com autoridades.

As principais motivações para esses conflitos são a perda da propriedade da terra (deixando inúmeros camponeses sem amparo), o desmatamento da área, a falta de água e poluição. Percebemos que nem todos os conflitos possuem pretextos sociais, muitos deles

apresentam razões ambientais, uma vez que camponeses manifestam um forte vínculo emocional e afetivo com a terra. De maneira geral, todos os protestos visam objetivos em comum, como reforma agrária, soberania alimentar, desenvolvimento rural agroecológico e uma mudança no ritmo de investimento industrial (GERBER, 2011)

De uma perspectiva teórica, tais conflitos são reações contra o processo que Harvey (2006) chamou de "acumulação por expropriação", de acordo com ele a forma atual dominante de acumulação capitalista. (KRÖGER, 2010, p. 141, tradução nossa<sup>40</sup>)

É importante ressaltar que no momento atual a terra se tornou um artigo financeiro, transformando-se em um elemento estratégico para a economia uma vez que é um bem finito e que os preços das commodities agrícolas estão em alta.

No próprio caso da empresa Brookfield, seu portfólio no Brasil é bastante diversificado, com investimento em áreas como Infraestrutura, Imobiliário Comercial, Energia renovável, Recursos Sustentáveis (abrangendo agricultura e silvicultura) e Private Equity. Isso evidencia o fato que a compra e venda de terras está sendo realizada com pouca cautela e preocupação - tanto social, quanto ambiental- causando diversos impactos negativos.

---

<sup>40</sup> "From a theoretical perspective, such conflicts are reactions against the process that Harvey (2006) has called "accumulation by dispossession", according to him today's dominant form of capitalist accumulation."

## **4. A empresa canadense Brookfield e seus fundos de investimento**

### **4.1. As estratégias da empresa Brookfield em seus fundos pro agronegócio**

A empresa Brookfield Asset Management, segundo o seu próprio Relatório Anual de 2017<sup>41</sup>, pode ser considerada uma das maiores empresas financeiras do mundo, com foco na gestão de ativos reais, especialmente, imobiliários, infraestrutura, energia e private equity. Possui cerca de US\$285 bilhões de ativos sob gestão (sendo que US\$42 bilhões estão situados na América do Sul), em mais de 30 países, com cerca de 80.000 empregados em geral, sendo 750 deles investidores profissionais.

No território brasileiro, a empresa está presente desde o final do século XIX<sup>42</sup>. Atualmente, além de investimentos em infraestruturas, como rodovias, ferrovias, portos e terminais intermodais, a empresa também possui investimentos no setor de geração de energia hidrelétrica, eólica e biomassa, em prédios comerciais e shopping centers, em private equity, além do mercado de terras, produção agropecuária e florestal.

Em 2010 a Brookfield Asset Management criou um fundo dedicado ao agronegócio brasileiro denominado Brookfield Brazil AgriLand Fund (BBAF), além de fundos florestais denominados de Brookfield Brazil Timber Fund I e II. Entre 2008 e 2014, o BBAF reuniu cerca de US\$ 330 milhões, se tornando o segundo maior fundo em volume de capital dedicado exclusivamente ao agronegócio brasileiro. Cerca de 1/3 de todo o capital investido nesse fundo foi concedido pela própria Brookfield, estratégia para mostrar como confia em seus fundos e nos seus rendimentos futuros. O restante do capital derivou de diversos fundos de pensão públicos e privados de diferentes nacionalidades, companhias de seguro e endowment funds.

A principal estratégia de seus fundos voltados para a agricultura é adquirir terras em variados locais como forma de prevenir riscos climáticos e econômicos. A empresa atua de duas principais formas: adquirindo terras de pastagens e convertendo-as em áreas altamente produtivas, principalmente a partir da produção de soja ou cana-de-açúcar; ou adquirindo terras já produtivas, porém baratas. Nesse caso, a valorização da terra seria feita através de obras de

---

<sup>41</sup> Brookfield Brasil, Relatório Anual, 2017. Disponível em: <http://www.brookfieldbrasira.com.br/>

<sup>42</sup> A empresa foi uma das responsáveis pela criação do sistema de iluminação pública e de transporte coletivo (bondes elétricos), com a fundação das empresas São Paulo Tramway, Light and Power Company, em 1899, e da Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, em 1905.

infraestrutura no local, como rede de transporte ou pela formação de *clusters* (aglomerados) de fazendas. (FREDERICO, 2016)

Mais de 115 anos depois que iniciou sua atuação no Brasil, a empresa Brookfield é uma gestora de investimentos que decidiu ampliar seu portfólio e passou a investir em diversos setores do país. Segundo seu relatório do ano de 2017, a empresa possuía R\$10,5 bilhões de ativos sob gestão em Energia Renovável; R\$10,0 bilhões em Investimentos Imobiliários; R\$9,0 bilhões em Infraestrutura; R\$7,4 bilhões em Private Equity e R\$5,8 bilhões Recursos Sustentáveis.

Nos últimos anos, por exemplo, a empresa investiu em setores de telefonia (Oi)<sup>43</sup>, em linhas de transmissão de energia<sup>44</sup>, gasodutos<sup>45</sup>, locação de frotas de veículos<sup>46</sup>, construção civil<sup>47</sup>, saneamento básico<sup>48</sup>, entre muitos outros. Os investimentos no Brasil representam cerca de 15% de seu portfólio de US\$ 286 bilhões e representam seu maior mercado depois dos Estados Unidos<sup>49</sup>.

Desde 2013, a Brookfield Asset Management, adquiriu diversos investimentos em setores como energia, infraestrutura e ativos imobiliários, gastando cerca de US\$ 10 bilhões em transações muitas vezes arriscadas política e economicamente. Segundo dados fornecidos pelo site Reuters<sup>50</sup>, foi possível apurar quais os principais focos de investimento da empresa:

---

<sup>43</sup>Disponível em <<https://www.bloomberg.com.br/blog/renova-perto-de-vender-fatia-terraform-para-brookfield-fontes/>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>44</sup>Disponível em <<https://www.bloomberg.com.br/blog/isolux-perto-de-vender-linhas-de-energia-no-brasil-brookfield/>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>45</sup>Disponível em <<https://www.bloomberg.com.br/blog/fim-monopolio-da-petrobras-no-gas-natural-atrai-investidores/>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>46</sup>Disponível em <<https://www.valor.com.br/empresas/5795879/brookfield-leva-55-da-ouro-verde-por-r-660-milhoes>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>47</sup>Disponível em <<https://www.valor.com.br/empresas/5589173/brookfield-assumiu-construcao-da-estacao-joao-dias-da-cptm-diz-ceo>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>48</sup>Disponível em <<https://www.valor.com.br/empresas/5377595/brk-ambiental-vai-investir-r-7-bi>> Acesso: 12/08/2018>

<sup>49</sup> Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-brookfield-brazil/how-canadas-brookfield-snatched-bargain-assets-amid-brazil-panic-idUSKCN1IM0EV>> Acesso: 30/08/2018>

<sup>50</sup>Disponível em <<https://uk.reuters.com/article/brookfield-brazil/factbox-10-billion-worth-of-brookfield-deals-in-brazil-idUKL2N1QD1ML>> Acesso: 30/08/2018

Tabela 1 Principais investimentos da Brookfield no Brasil

<b>Ano</b>	<b>Setor</b>	<b>Alvo</b>	<b>Preço</b>	<b>Vendedor</b>	<b>Vantagem</b>
2017	Energia	Gasoduto NTS	\$5.2 bln	Petrobras	Análise de projetos de gasodutos mostram valores subindo
2017	Infraestrutura	Odebrecht Ambiental	\$1 bln	Odebrecht	Serviços de água e esgoto superando o crescimento do PIB
2017	Real Estate	Participações em cinco prédios de escritórios no Rio, São Paulo	\$350 mln	BC Fund (Banco BTG Pactual)	
2015/2016	Energia	Sete projetos de linhas de transmissão realizados pela Quantum	9 bln reais	Leilão Público/ Grupo ACS	Taxas de linha de transmissão caíram em leilões posteriores
2015	Real Estate	Sete edifícios de escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro	2.1 bln reais	BTG Pactual, BR Properties	A queda das taxas de juros deverá impulsionar os preços do imobiliário

2015	Energia	Duas pequenas usinas hidrelétricas	400 mln reais	EDP Brasil	
2014	Real State	Escritórios do Itaú em São Paulo	750 mln reais	Tishman Speyer	Lucro do Itaú subiu durante a crise econômica
2014	Energia	Usinas eólicas e de biomassa	1.4 bln reais	Energisa	
2013	Infraestrutura	26,5% de participação na operadora portuária VLI	2 bln reais	Vale	Lucros triplicaram nas exportações recorde de grãos

No momento presente, a empresa está entrando em polêmicas por conta de investimentos em setores turbulentos. Isso inclui a compra de ativos em empresas investigadas na operação “Lava Jato”, como a Petrobrás. Além da Petrobras, também existem outros casos questionáveis, como uma unidade de construção civil que está sendo acusada de pagar propinas a inspetores em São Paulo durante o período de 2010 e 2012. Em outro caso, a Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA em 2012 abriu uma investigação acusando a Brookfield Brasil de subornar funcionários para obter permissões para a construção de um shopping. A SEC parou de investigar o caso em 2015 e a Brookfield negou irregularidades. O envolvimento com a Odebrecht SA também é controverso, uma vez que essa empresa estava no centro de diversas investigações da “Lava Jato”. Em 2017, a Brookfield pagou US \$ 1 bilhão por uma participação de 70% em um serviço de esgoto e água pertencente à Odebrecht.

Nesse momento, vários setores de ativos reais - com a possível exceção de infraestrutura - estão tendo dificuldades para levantar capital. Por esse aspecto, o investimento em setores

madeireiros também pode ser considerado arriscado, já que muitos desses fundos estão chegando ao fim.

Segundo Barry Blattman (vice-presidente e sócio-gerente sênior da Brookfield Asset), os executivos da Brookfield estão encontrando melhores oportunidades de investimento nos mercados emergentes, como Brasil e Índia por conta da menor concorrência e qualidade dos ativos: "É um ótimo jogo baseado na terra em commodities (...) Em última análise, essa terra se transforma em urbanização ao longo do tempo à medida que o núcleo urbano se expande".<sup>51</sup>

Em 2011, a Brookfield anunciou seu primeiro fundo exclusivamente voltado para a agricultura, chamado de Brookfield Brazil Agriland Fund I. O foco do fundo é investir em possibilidades de rendimento agrícola em uma região já reconhecida por sua imensa força no agronegócio. O fundo arrecadou cerca de US\$330 milhões, e entre seus investidores estão planos de pensão públicos e privados, companhias de seguros e endowment funds. Sabe-se que o fundo reuniu capital de 19 investidores, sendo que San Diego County Employees' Retirement Association se comprometeu com US\$75 milhões para o fundo. A própria Brookfield empregou US\$100 milhões para seu fundo, de maneira a passar confiança e credibilidade para os investidores.<sup>52</sup>

A Associação de Aposentadoria de Empregados do Condado de San Diego é um fundo de pensão público que possui US \$ 3,2 bilhões em ativos sob gestão. O fundo envolve as seguintes estratégias de investimento: aquisições e finanças corporativas, energia, petróleo e gás, private equity, real state, madeira/terras agrícolas e capital de risco. Sua sede está baseada em San Diego, Califórnia. (BLOOMBERG)

Em seu documento de apresentação e introdução ao fundo de 2010, Brookfield discorre sobre diversas vantagens de se investir no Brasil e em seu fundo voltado para a agricultura, o que nos ajuda a entender a psicoesfera (SANTOS, 1996) por trás da atração de investidores. Primeiramente, o Brasil, comparado com outros países (principalmente latino-americanos), se destaca pelo sua forte economia e setor financeiro em crescimento, além de flexibilidade econômica e política para administrar crises (redução das taxas de juros, linhas de crédito especiais para investimentos agrícolas e de infra-estrutura). Além disso, o Brasil,

---

<sup>51</sup> Disponível em <<http://www.pionline.com/article/20170724/ONLINE/170729971>> Acesso: 31/08/2018

<sup>52</sup> Disponível em <https://www.agriinvestor.com/final-close-brookfields-brazil-agriland-fund/> Acesso: 29/08/2018

diferentemente de países como Argentina e Venezuela, possuía uma taxa de risco (EMBI<sup>53</sup>) menor do que a maioria de países emergentes.

Motivos para o investimento no setor de terras agrícolas é o que também não falta, segundo o relatório da Brookfield. Fortes teorias macroeconômicas sugerem um aumento na demanda por commodities, impulsionado pelo crescimento populacional, melhorando as dietas no mundo em desenvolvimento e a crescente demanda por biocombustíveis. O Brasil é a maior economia da América Latina e o PIB do setor agropecuário é maior do que o PIB total da Argentina e do Chile, sendo que com uma proporção relativamente baixa das exportações sobre o PIB, a economia brasileira depende mais do mercado interno.

Por fazer parte dos BRICs, o Brasil também se destaca, criando uma atmosfera propícia para investimentos. O documento traz comparações com os outros países do grupo (Rússia, Índia e China), analisando fatores como democracia, inflação, consumo de etanol, idade da população, etc. chegando a conclusão que entre esses países, o Brasil é o que apresenta os melhores índices.

Além do mais, o Brasil é o produtor de menor custo de muitos produtos agrícolas, está entre os cinco principais produtores e exportadores da maioria dos produtos agrícolas, possui temperaturas quentes e estáveis que permitem 2-3 colheitas por ano, distribuição eficiente de etanol, impulsionada pelo aumento das vendas de carros Flex em todo o Brasil e o retorno estimado é de 20% na região do Cerrado do Brasil contra retornos de 12% -15% em áreas desenvolvidas.

Tabela 2 - Vantagens Comparativas para o Investimento no Brasil

<b>Características Gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sistema Financeiro Estável</li> <li>➤ Democracia Estável</li> <li>➤ Economia de livre mercado</li> </ul>
<b>Agricultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Líder global em produção e exportação agrícola</li> <li>➤ Produtor de baixo custo</li> <li>➤ Capacidade de expandir a produção para atender à crescente demanda global</li> </ul>

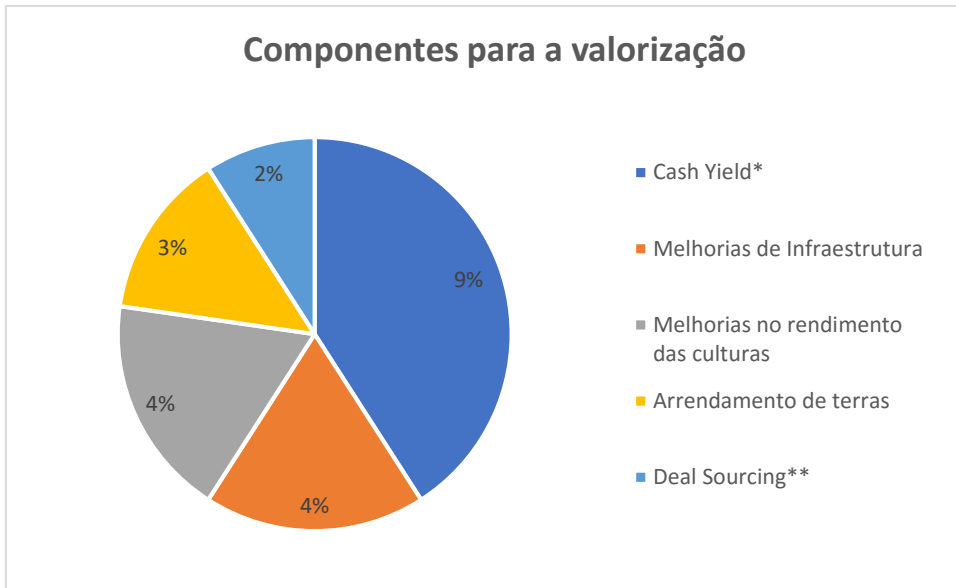
<sup>53</sup> Emerging Markets Bond Index Plus

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Distribuição eficiente de etanol</li> </ul>
<b>Setor Madeireiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Produtividade superior</li> <li>➤ Produtor de baixo custo</li> <li>➤ Abundância de terra de alta qualidade disponível</li> </ul>
<b>Metais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Produção de baixo custo</li> <li>➤ Grande demanda interna</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maior quantidade de recursos de água doce no mundo</li> <li>➤ Abundancia de terra arável</li> <li>➤ Rico em commodities</li> <li>➤ Custo de trabalho relativamente baixo</li> </ul>

Outro ponto de destaque na apresentação do fundo é o compromisso ambiental e social que a empresa alega ter:

A Brookfield possui aproximadamente 45.000 hectares de área de conservação, que preserva e protege habitats naturais (...) oferece um espectro completo de benefícios para a saúde, proteções de segurança e oportunidades econômicas, acima do que é exigido pela legislação trabalhista brasileira; Patrocínio de vários programas comunitários que buscam influenciar positivamente as comunidades sociais nas quais investimos; Todas as propriedades são auditadas para conformidade ambiental por uma organização terceirizada internacionalmente reconhecida. (BROOKFIELD, 2017)

A Brookfield se diz capaz de valorizar cada aquisição através de uma variedade de métodos. A meta bruta de 20% a 25% de retorno (IRR), segundo a empresa, seria alcançada por uma pluralidade de componentes, apresentados abaixo:



*Figura 4\* Medida financeira que compara o dinheiro em caixa que uma empresa pode fazer com a sua capitalização de mercado.*

*\*\* Processo pelo qual as empresas identificam oportunidades de investimento. O termo pode ser aplicado a capital de risco ou private equity*

Para a empresa, existem duas principais oportunidades de aquisição de terras no Brasil: as propriedades não-convertidas e as propriedades convertidas. As primeiras se tratam de pastagens que são transformadas em HBU (Highest and Best Use), incluindo plantações de soja, milho e cana-de-açúcar. As segundas podem se referir a terrenos agrícolas baratos, mas altamente produtivos, em regiões subdesenvolvidas que se beneficiarão do desenvolvimento de infraestrutura e da formação de conglomerados ou de terras agrícolas de produtores que enfrentam dificuldades financeiras devido à crise de crédito e produtores que estão vendendo “non-core assets”, a fim de se concentrar na expansão dos negócios principais.

Um fator que chama atenção no documento são frases como “O tamanho do setor do agronegócio dá aos produtores poder de lobby” (p.23, tradução nossa) e “O setor do agronegócio brasileiro representa 25% do PIB do país, criando um poderoso lobby e eleitorado” (p.30, tradução nossa), deixando claro o quanto essas transações dependem do governo local, que geralmente é corrompido pela grande quantia de dinheiro que circunda todas essas operações.

Em 2015 a Brookfield fechou seu segundo fundo destinado à agricultura, chamado de Brookfield Brazil Agriculture Fund II (BBAF, em cerca de US\$500 milhões<sup>54</sup>. O fundo terá 10 anos de duração e seu foco será investimentos em terras agrícolas no Brasil (além de funcionar como veículo para a transformação de fazendas de gado brasileiras para fazendas de soja e cana-de-açúcar) assim como o seu antecessor, Fund I. Um dos maiores investidores do fundo é New Mexico State Investment Council (NMSIC), com cerca de US\$75 milhões aplicados<sup>55</sup>.

De acordo com declarações do próprio NMSIC, o desejo de investir nesse fundo vem da possibilidade de diversificação de sua carteira de investimentos, além da taxa de retorno que gira em torno de 20%. Atualmente 9% dos fundos do NMSIC estão investidos em terras agrícolas, sendo que os primeiros investimentos desse ramo foram feitos em parceria com a TIAA-CREF, em setores voltados para a produção de madeira.

O New Mexico State Investment Council (NMSIC) é um fundo de dotações com US \$ 15 bilhões em ativos sob gestão. O fundo envolve as seguintes estratégias alternativas de investimento: aquisições, financiamento corporativo, private equity e capital de risco. Ele comprometerá de US \$ 5 milhões a US \$ 30 milhões por parceria. Foi fundado em 1988 e está baseado em Santa Fé, Novo México. (Bloomberg)

Outro investidor do Agriland Fund II é o Oregon Investment Council (que gerencia cerca de US\$69,7 bilhões do Oregon Public Employees Retirement Fund (OPERF)<sup>56</sup>) que investiu US\$100 milhões, de acordo com suas atas. O OPERF é o fundo de aposentadoria e invalidez dos funcionários públicos no estado norte-americano de Oregon, surgiu em 1946 e é uma agência do governo.

Após a observação de todos esses dados fica evidente a influência de fundos estrangeiros na dinâmica territorial brasileira, assunto que será tratado em breve.

---

<sup>54</sup><https://www.palico.com/funds/brookfield-brazil-agriculture-fund-ii/826a306cfcfe419e824664c5ca2c973c>

<sup>55</sup> <https://agfundernews.com/the-state-of-new-mexico-announces-75m-investment-in-brazilian-agriculture.html/>

<sup>56</sup> <http://www.globalaginvesting.com/oregon-invests-100-million-with-brookfield-brazil-agriculture-fund-ii/>

#### **4.2. Os investimentos nos fundos voltados para a silvicultura (Brazil Timber Fund I e II)**

A falta de informações públicas acerca dos contratos firmados pela Brookfield Brazil, especialmente acerca de seus fundos voltados para a silvicultura, como o Brazil Timber Fund I e Brazil Timber Fund II, dificultou as investigações a respeito de seus investimentos. Em nossas pesquisas, conseguimos acessar alguns documentos públicos disponíveis, que chegaram ao nome de 4 fazendas, são elas: **Imbuia Participações S.A; Pinus Participações S.A; Niobe Florestal S.A; Brascan; Cabeceira Agroindustrial LTDA. e Frigg Florestal S.A.** A partir desses nomes foi possível chegar a alguns dados, como diretor, estado, etc, porém informações como a localização exata, tamanho da propriedade e como essas terras foram adquiridas continuam indisponíveis.

De acordo com seu relatório anual de 2017<sup>57</sup>, o conjunto de florestas da Brookfield no Brasil soma 290 mil hectares de terras, o correspondente a R\$ 3 bilhões em ativos sob gestão. Um equilíbrio entre as espécies, com 44% de pinus e 56% de eucaliptos. As plantações do fundo, para atender a demanda das indústrias de celulose, gases industriais, construção civil, metais silícios e siderurgia, investem em áreas pertencentes a sete estados brasileiros: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul.

Em 2017 a indústria de celulose, por conta de uma recuperação no setor florestal, de uma estabilidade cambial e pelo aumento de cerca de 18%, nos preços internos de celulose e no preço médio de exportação, continuou sua expansão. As vendas da Brookfield atingiram 2,9 milhões de metros cúbicos de toras, volume 16% acima do comercializado em 2016, sendo 95% de florestas de eucalipto e 5% de florestas maduras de pinus, com receita líquida atingindo R\$ 183 milhões. Segundo os dados Brasileiros da Brookfield acerca de suas florestas, o setor de celulose também é o destino final da maior parte de sua produção (83%), seguido dos gases industriais (5%), construção civil (3%), moveleira e siderúrgica (3%).

A empresa se diz ainda focada em segmentos voltados à exportação, especialmente nos quais o Brasil possui vantagem competitiva, como o setor de celulose, com participação de 81% de suas receitas (seguido pelos mercados de siderurgia, com 8%, e gases industriais, com 5%). Os demais setores como construção civil, metais silícios, embalagens, entre outros, somam 6% do total de vendas. Além disso, para longo prazo, a Brookfield pretende investir na busca por

---

<sup>57</sup> Brookfield Brasil, Relatório Anual, 2017. Disponível em: <http://www.brookfieldbrasilra.com.br/>

projetos alternativos para o uso de madeira, como uso de biomassa florestal para a geração térmica de energia elétrica.

Segundo dados da Consufor (2009), a Brookfield está entre as TIMOs internacionais de maior atuação no Brasil<sup>58</sup>. Cerca de 18% da área plantada por TIMO no território brasileiro pertence a esse fundo, apenas atrás do GFP, com 64%. Levando em consideração a área total pertencente a cada TIMO, o valor aumenta para 20%, novamente perdendo apenas para a GFP, com 51%.

*Tabela 3 Principais TIMOS e suas propriedades no Brasil*

<b>Timo</b>	<b>Total*</b>	<b>Plantada</b>	<b>Plantável</b>
GFP	182,1	113,1	113,1
<b>Brookfield</b>	<b>71</b>	<b>31,7</b>	<b>31,7</b>
RMK	43	-	21,5
RMS	24,1	13,1	13,1
HTRG	18,1	18,1	18,1
The Forest Company	12	0,5	6
Phaunos	17	-	8,5
<b>Total</b>	<b>367,3</b>	<b>176,5</b>	<b>212</b>

\*Área (1000 ha). Dados (Consufor 2009)

Já o segundo fundo voltado para a silvicultura (Brazil Timber Fund II) foi fundado em 2013 e fechou com cerca de \$270m investidos, excedendo o valor mínimo inicial (\$200m). O objetivo desse fundo, assim como o do primeiro, é gerar renda e valorização do capital através de investimentos em ações relacionadas a madeira no Brasil. Até a criação desse fundo a Brookfield já possuía \$6 bilhões investidos em recursos sustentáveis, como madeira e

<sup>58</sup> Outros exemplos são: Global Forest Partners, Hancock Timber Resource Group, Resource Management Services, RMK Tiberland Group, Harvard Management Company, Corus e Four Winds.

agricultura, e já possuía cerca de 1,3 milhões de hectares de florestas plantadas nas Américas. Os principais investidores foram Ohio Police and Fire Pension Fund (OP&F), que investiu \$25m, e New Mexico Educational Retirement Board (NMERB), que investiu \$50m.<sup>59</sup>

O investidor OP&F também investiu cerca de \$50m no Brookfield Timberlands Fund V, outro fundo voltado para o setor de florestas plantadas, porém com uma maior amplitude geográfica, não se restringindo ao Brasil. Esse fundo tem seu foco nos EUA, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Uruguai e Chile, com uma concentração particular nos EUA, no Brasil e, em menor escala, na Austrália. Esse fundo fechou com US\$1 bilhão, sendo que a própria Brookfield aplicou US\$250 milhões. Atualmente, a Brookfield é uma das maiores gestoras de ativos florestais, com mais de 30 anos de experiência.<sup>60</sup>

A Ohio Police & Fire Pension Fund (OP&F) é um consultor de investimentos de Ohio. O fundo oferece pensões e benefícios de saúde para policiais e bombeiros no estado de Ohio. Como um limited partner, o Ohio Police & Fire Pension Fund é um fundo de pensão público que envolve as seguintes estratégias de investimento: aquisições/finanças corporativas, private equity internacional, imóveis e capital de risco. Foi fundada em 1982 e sua sede situa-se em Columbus, Ohio.

Já o New Mexico Educational Retirement Board (NMERB) é um gestor de investimentos privado fundado em 1945, baseado em Santa Fé, New Mexico. Fornece seus serviços a membros ativos, inativos e aposentados de distritos escolares, ensino superior e entidades educacionais, incluindo escolas públicas do Novo México e outras instituições e agências educacionais do estado. A empresa administra fundos de pensão e aposentadoria para seus clientes e investe nos mercados de ações públicas e de renda fixa em todo o mundo, já tendo investido anteriormente na TIAA-CREF. A empresa também investe nos mercados de investimentos alternativos, normalmente limitando esses investimentos a private equity e retornos absolutos. Também investe em REITs<sup>61</sup> enquanto faz seus investimentos.

Analisando o site Consulta Sócio e documentos emitidos pela Brookfield chegamos ao nome de algumas empresas e suas fazendas, como:

---

<sup>59</sup> Dados obtidos em: < <https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-05-28/brookfield-said-to-raise-300-million-for-brazil-farmland-fund>> Acesso: 31/08/2018

<sup>60</sup> Dados obtidos em: <<https://bam.brookfield.com/en/press-releases/2013/08-20-2013>>

<sup>61</sup> Real estate investment trust, ou seja, um fundo de investimento imobiliário, que possui, opera e financia bens imobiliários rentáveis.

<i>Empresa</i>	<i>Cidade de Atuação</i>
<i>Egir Florestal</i>	Lagoa Grande MG – Fazenda Pontal; João Pinheiro MG – Fazenda Manga, Paracatu MG – Fazenda Santo Aurélio e João Pinheiro MG – Fazenda Pinheiro
<i>Brascan Empreendimentos Florestais S.A</i>	Olhos D’água MG – Fazenda Santa Rita e São João da Lagoa MG- Fazenda Três irmãos
<i>Cabeceira Agroindustrial LTDA e Niobe Florestal</i>	Ribas do Rio Pardo MG
<i>Frigg Florestal</i>	Ribas do Rio Pardo MG – Fazenda Pântano

Fonte: Consulta Sócio

Além dessas, existem algumas empresas onde a silvicultura não é o foco, mas também está presente, como: Guaiba Agronegócio LTDA., Caiapo Agronegocio LTDA., Pingo Agronegócio LTDA., Angelim Agronegócio LTDA., Guabiju Agronegócio LTDA., Indaia Agronegócio LTDA. (Lagoa da Confusão TO -Fazenda Colorado), Muriri Agronegócio LTDA. (Campos Lindos TO - Fazenda Horizontina Norte), Macaula (Tasso Fragoso MA -Fazenda Horizontina Leste) e Vidar Comercial (Montes Claros MG).

Fica evidente a influência da silvicultura na cidade quando comparamos dados de 2006 e 2017 acerca da área ocupada por florestas plantadas nesses municípios:

*Figura 5 Utilização das Terras- Florestas Plantadas*

<i>CIDADE</i>	<i>2017 (hectares)</i>	<i>2006 (hectares)</i>
Lagoa Grande MG	5.104,00	4.158
Joao Pinheiro MG	112.190,18	27.143
Ribas do Rio Pardo MS	178.844,84	31.367
Olhos D'agua MG	36.220,76	3.182
São João da Lagoa MG	5.167,76	147
Paracatu MG	10.825,51	6,898

Fonte: IBGE (2018)

Grupo *Egir*, financiado pelo Brookfield Brazil Timber Fund, foi fundado em outubro de 2011, com o objetivo de adquirir, administrar e desenvolver florestas de potencial madeireiro. A estratégia do grupo combina recursos financeiros com o conhecimento operacional sobre bases florestais. As unidades florestais do grupo situam-se nas Fazendas Pontal (Lagoa Grande), Manga (João Pinheiro), Santo Aurélio (Paracatu) e Segredo (João Pinheiro), no estado de Minas Gerais. As propriedades têm área total 15.725,28 mil hectares. A produção se destina principalmente para o mercado de carvão e venda de madeira.

*Tabela 4 Distribuição de área (ha) nas Fazendas Pontal, Segredo e Santo*

Fazenda	Área total	Área de		
		efetivo Plantio	Área destinada a conservação	Outros
Pontal	4845,48 ha	3839,16 ha	789,60 há	217,02 ha
Segredo	4756,18 ha	2984,22 há	1649,52 ha	122,44 há
Santo Aurélio	4.040,12	2.871,73	1022,73	140,14
Total	13.642,39	9.589,19	3.484,47	563,22

Já a *Frigg Florestal S.A* foi criada em 2010, com os mesmos objetivos que a Egir. A unidade florestal dessa empresa situa-se na fazenda Pantano, em Ribas do Rio Pardo (MS) atividade florestal exercida é a silvicultura e colheita de florestas de Pinus e Eucaliptos. Os produtos comercializados são madeira em pé, lenha e madeira cortada. A propriedade possui área de 18.997,9573 hectares. Em 2011 foram iniciados os programas de plantio com eucaliptos. Em 2014 foram inventariados 2000 ha, sinalizando produtividades de 44 m<sup>3</sup>/há/ano, na idade de corte.

Um fator muito importante para a atração de investimentos é a “preocupação social” que determinada empresa apresenta. A Frigg florestal, por exemplo, realiza diversas ações para beneficiar a população e os empreendimentos locais. A maioria desses projetos iniciou-se em 2013 e como exemplos podemos citar a Educação Infantil (uma escola é mantida dentro da fazenda com o apoio da prefeitura de Ribas do Rio Pardo, beneficiando cerca de 24 alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental); Assistência Médica e Odontológica (a Frigg mensalmente disponibiliza assistência médica e odontológica para os funcionários e moradores da região.); Educação Ambiental Projeto Datas Ecológicas (projeto de educação e conscientização ambiental aos colaboradores e comunidades vizinhas); fornecimento de refeições (Sabor do Campo Refeições); emplacamento dos veículos em Ribas do Rio Pardo; manutenção na estrada municipal de acesso à fazenda, etc.

Para o núcleo de estudos e pesquisa da UFMS esse processo pode ser chamado de "privatização da reforma agrária", uma vez que esses projetos cumprem o papel que políticas públicas deveriam estar cumprindo. Além de que isso se torna uma forma de controle da população local, que com medo de perder seus benefícios acaba sem voz. Dessa maneira, esses projetos sociais podem ser interpretados como uma maneira de: a) diminuir a resistência da população local e b) conseguir certificação florestal. (WRM, 2018)<sup>62</sup>

*Tabela 5 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais da Frigg Florestal*

<i>Área Bruta</i>	18.978 ha
<i>Área de manejo florestal</i>	13.309 ha
<i>Área de reserva legal</i>	4506 ha
<i>Área de preservação*</i>	4983 ha
<i>Área inaproveitável</i>	686 ha

\*reserva legal + APP's + vegetação remanescente

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-o-cerrado-e-a-cidade-de-tres-lagoas-sob-o-controle-das-papeleiras/>> Acesso: 18/10/2018

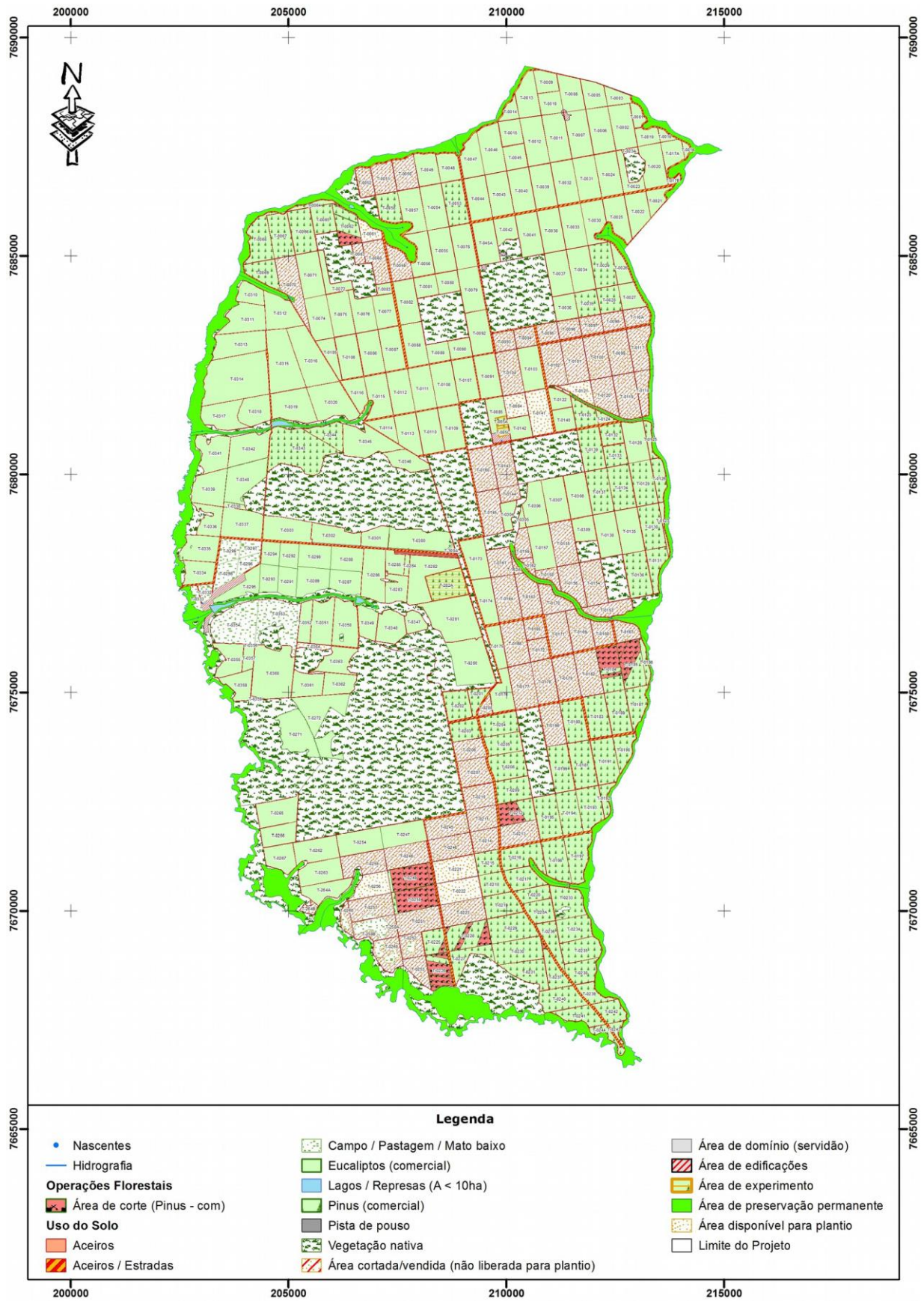


Figura 6 Fazenda Pantano (Ribas do Rio Pardo-MS)

O estado de Minas Gerais é um dos grandes alvos do Brazil Timber Fund, que apresenta fazendas em cidades como Lagoa Grande, João Pinheiro, Paracatu, Olhos D'água, São João da Lagoa, etc. A produção de eucaliptos nessa região vem de longa data e iniciou-se a mais de 40 anos, com o foco na geração de energia para a produção de ferro e aço no estado. As empresas plantaram juntas mais de um milhão de hectares contínuos, o que é uma das maiores plantações da cultura do mundo. (OVERBEEK, 2010)

Essas plantações se instalaram principalmente em áreas de chapadas, antes utilizadas pela comunidade local para a criação de gado e coleta de frutas e planta medicinais. Por conta disso, a população ficou presa nos vales, enquanto suas nascentes secavam.

Eles foram privados de sua liberdade de ir e vir sobre seu próprio território e estão sendo criminalizados toda vez que tentam coletar lenha nas 'chapadas'. A grande promessa das empresas era o emprego. Mas na localidade de Rio Pardo de Minas, os mais de 90 mil hectares de eucalipto geraram menos empregos do que a produção artesanal de 'caña' (bebida alcoólica produzida a partir da cana-de-açúcar), que forneceu 1.150 empregos e cobriu apenas 2.500 hectares. (OVERBEEK, 2010)

No município de Paracatu (MG), onde se localiza a fazenda Santo Aurélio existem algumas adversidades que envolvem a monocultura de eucaliptos. Uma delas diz respeito a gestão dos recursos hídricos da região. Isso porque, ao longo do Rio Santa Isabel, que capta água destinada a mais de 70% da população da cidade, existem diversas pastagens e cultivos de monocultura (entre elas o eucalipto), próximas às margens do rio. A consequência é a falta de água para pequenos produtores, dessedentação animal e consumo próprio.<sup>63</sup>

Além disso, o município é moradia de diversas comunidades quilombolas, que estão perdendo a propriedade de suas terras:

Enquanto isso, as comunidades remanescentes de quilombos resistem aos ataques de grileiros, mineradoras e *madeireiras*, nem sempre obtendo os resultados esperados, já que elas não detêm armas de luta eficazes quando o econômico e o político comandam as decisões. (SILVA, 2012, p. 160, grifo nosso)

O reconhecimento dos territórios quilombolas é necessário não só em Paracatu, mas em diversos outros municípios de Minas Gerais, uma vez que a região apresenta diversos conflitos fundiários, envolvendo principalmente usinas hidrelétricas, mineradoras e implantação de monocultura de eucaliptos.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Disponível em: < <https://amparaparacatu.wordpress.com/2015/11/30/manifesto-em-defesa-da-agua-de-paracatu/>> Acesso em 10/10/2018

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://www.paracatunoar.com/quilombolas2204.html>> Acesso em 19/10/2018

Outro Estado de destaque na silvicultura financiada pelos fundos da Brookfield é Mato Grosso do Sul. É interessante observar que o estado, em 1974, foi alvo de um projeto federal denominado “Maciço Florestal”, que incentivava a produção madeireira no estado, principalmente nas cidades Campo Grande, Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Camapuã, Água Clara, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Selvíria, ou seja, a maioria das cidades que integram a microrregião de Três Lagoas, conforme a classificação do IBGE. (PEREIRA, 2007)

Em 1984 o Mato Grosso do Sul já possuía cerca de 458 hectares de florestas plantadas, e a cidade com maior área florestal era Ribas do Rio Pardo, com 64% da área total do projeto, seguido de Água Clara (16%), e Três Lagoas (10%) (PEREIRA, 2007). Cerca de 22% do território de Ribas do Rio Pardo foi ocupado por eucaliptos. Alguns fatores que segundo Aranha Silva (2002) favoreceram esse fenômeno foram o baixo custo da terra e sua localização geográfica, próxima a rodovia BR-262 e da Ferrovia Novoeste, fatores que facilitam o escoamento da madeira. Nesse mesmo município está instalada a fazenda Pantano, administrada pela Frigg Florestal (investimento do Brookfield Brazil Timber Fund).

Atualmente a microrregião de Três Lagoas possui o maior parque de produção de celulose proveniente da silvicultura do mundo. As principais fábricas instaladas na cidade são Fibria, Eldorado e International Paper<sup>65</sup>. Porém, a chegada desses grandes grupos industriais não se fez sem o detrimento dos assentados, camponeses e indígenas do local. Nessa região as florestas plantadas tomaram áreas de antigas pastagens, hoje em dia arrendadas às empresas de celulose. Ainda hoje existem assentamentos de reforma agrária próximos as plantações, porém, cada dia mais, esses estão sendo subordinados aos “planos de desenvolvimento” pensados pelas grandes organizações. (DÍAZ, 2018)

É interessante saber que os investimentos em florestas plantadas pela Brookfield não se restringem à solo Brasileiro. Por exemplo, a Brookfield possui cerca de 45% das ações da Acadian Timber Corp., companhia canadense voltada para o setor madeireiro. A Acadian conta com 434.632 hectares<sup>66</sup>, sendo cerca de 125 deles em Maine, nos Estados Unidos, e 309 em Nova Brunsvique, no Canadá. Além disso, o mesmo grupo também administra 531.352 hectares de terras florestais pertencentes ao governo canadense e arrendadas a Twin Rivers Paper

---

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.celuloseonline.com.br/fabricas-de-celulose-de-tres-lagoas/>> Acesso em: 01/10/2018

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://seekingalpha.com/article/1492242-an-under-the-radar-timber-investment>> Acesso: 10/10/2018

Company. Em 2012, 38% da colheita de madeira foi de madeira maciça, 5% de madeira serrada, 42% de celulose e 15% de biomassa.

É importante observar a tendência de investimentos em florestas plantadas, uma vez que segundo Edelman (2016), a maioria das pesquisas envolvendo land grabbing são “agrocêntricas”. Os casos envolvendo silvicultura são pouco abordados, ainda que de acordo com Kroger (2014) esse setor possui uma expansão internacional superior a 5 milhões de hectares por ano.

### **4.3. A materialização do capital financeiro a partir da aplicação dos fundos captados**

Em 7 de outubro de 1971 a Lei nº 5.709/1971 foi aprovada e desde então é a mais considerável lei acerca de investimentos estrangeiros em solo brasileiro. Essa lei estabeleceu que o limite de compra de terra por estrangeiros é de 50 módulos fiscais, e que a soma de imóveis rurais por estrangeiros não pode ser maior que  $\frac{1}{4}$  da superfície do município, além de que uma mesma nacionalidade não pode ter acesso a mais de 10% da área municipal (OLIVEIRA, 2010). Alguns pontos importantes da Lei, destacados por De Castro e Sauer (2017) são:

“Limites para pessoas físicas estrangeiras:

- a. Glebas até três módulos: aquisição livre pelo estrangeiro.
- b. Glebas entre três e 50 módulos: conforme regulamentação do Poder Executivo (atualmente tratada na Lei nº 8.629/1993);
- c. Limite máximo: a pessoa física estrangeira fica limitada a 50 módulos de terra rural, de exploração indefinida, seja a área contínua ou descontínua.

Limites para pessoas jurídicas estrangeiras:

- a. Pessoas jurídicas estrangeiras só poderão adquirir terras para projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização se tais aquisições forem vinculadas aos seus objetivos estatutários. Os projetos devem ser aprovados pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal de desenvolvimento regional. Havendo projeto com natureza industrial, será ouvido o Ministério da Indústria e Comércio.
- b. As sociedades anônimas que se dediquem a loteamento rural, exploração direta de áreas rurais ou que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a objetivos estatutários devem, necessariamente, operar com ações nominativas (essas ações permitem, entre outras características, identificar seu proprietário/ acionista).

Limites de “soma total” (Retoma a lógica do Decreto-lei nº 494/1969, que havia criado limites por dimensão do município e um percentual geral):

- a. A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras (físicas ou jurídicas) será de até um quarto da superfície do município do local.
- b. Pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada município, de mais de 40% do limite.” (DE CASTRO; SAUER, 2017, p. 43)

É importante salientar que atualmente há um projeto de Lei (4.059) que se aprovado acabará com a restrição de tamanho de propriedades que podem estar em mãos estrangeiras. As únicas limitações que continuarão em vigor são aquelas que dizem respeito a área total do município. Em 22 de novembro de 2016, indígenas e comunidades ribeirinhas protestaram em frente ao Palácio do Planalto contra esse projeto de Lei, que foi elaborado pela bancada ruralista como moeda de troca pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. É de se pensar

que essa apropriação de terras por estrangeiros não se faz em solos antes desocupados, mas majoritariamente em áreas pertencentes a agricultores, indígenas, quilombolas.

Nesse sentido, os movimentos sociais, como a Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, consideram que a estrangeirização de terras é parte do programa neoliberal dos últimos governos, com apoio e aval dos Poderes Legislativo e Judiciário, configurando retrocessos nos direitos, perda de autonomia e territórios. (DE CASTRO; SAUER, 2017, p.50)

Apesar de todas as restrições impostas por lei para a compra de terras por investidores estrangeiros, existem alguns grupos (entre eles a própria Brookfield) que encontram meios de contornar as regras.<sup>67</sup> Algumas dessas alternativas são a compra de debêntures conversíveis em ações, contratos de parceria rural e alterações nos limites das áreas rurais. O órgão responsável por legalizar ou não a compra e o arrendamento de terras por estrangeiros é o INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), e o processo pode demorar anos até seu desfecho, levando algumas instituições estrangeiras a arrumarem maneiras ilícitas de ocuparem a terra.

Uma das maneiras fraudulentas de contornar a lei é a compra não do terreno em si, mas sim de alguma empresa que controle terras agrícolas. Nesse caso, o único risco é que haja algum questionamento por parte do INCRA, porém isso raramente ocorre. Outra maneira encontrada por esses investidores é trocar o zoneamento da cidade, ou seja, procurar a prefeitura para que se mude o cadastro da propriedade de área rural para área urbana (deixando de pagar o ITR e passando a pagar IPTU).

Porém, a alternativa mais utilizada pela Brookfield é a compra de debêntures conversíveis em ações. Como exemplo podemos citar a relação entre a empresa e a Embaúba<sup>68</sup>, que emitiu cerca de R\$1,852 bilhão em debentures que foram comprados por um fundo agrícola da Brookfield. Nesse caso, o presidente da Brookfield Brasil também é o presidente da Embaúba, evidenciando que a compra de debentures pode dar poder e autonomia para os investidores estrangeiros sobre a gestão da instituição.

O perigo das transações envolvendo a compra de debentures é que a propriedade do imóvel não passa para o nome do investidor, sendo assim esses investidores precisam buscar parceiros de confiança. Por isso que, no caso da Brookfield, alguns de seus executivos se tornam sócios das empresas de quem compram debentures.

---

<sup>67</sup>Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5231447/estrangeiro-contorna-restricao-e-investe-em-terra>> Acesso em: 30/09/2018

<sup>68</sup> Empresa proprietária de imóveis rurais.

No caso das florestas plantadas geralmente ocorre a criação de duas empresas distintas: uma que será a dona das terras e outra que irá de fato trabalhar em cima delas. Quem opera a produção é o capital estrangeiro, porém a propriedade fica em mãos brasileiras. De acordo com a matéria do site Valor (2017), isso é possível uma vez que as árvores possuem mais valor que a própria terra, o que não ocorre em terras de cultivo agrícola.

Uma das maiores dificuldades de se pesquisar acerca da influência estrangeira na compra de terras brasileiras é a falta de dados ou a infidelidade deles, uma vez que as informações referentes a todo o cadastro rural em geral são inconsistentes. Segundo Barbanti (2018), essa falha nos cadastros nacionais talvez não se trate de uma incapacidade governamental, porém é um projeto que beneficia em especial os grandes proprietários. O último censo do IBGE que estima a concentração fundiária no Brasil foi realizado em 2006, com os dados a seguir:

*Tabela- Número e área dos estabelecimentos por grupos de área total – Brasil – 2006.*

<b>Grupos de área total</b>	<b>Número de estabelecimentos (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Área dos estabelecimentos (hectares)</b>	<b>%</b>
<i>Menos de 10 ha</i>	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
<i>10 a 100 ha</i>	1.971.577	38,09	62.893.091	19,06
<i>100 a 1.000 ha</i>	424.906	8,21	112.696.478	34,16
<i>1.000 ha e mais</i>	46.911	0,91	146.553.218	44,42
<i>Total</i>	5.175.489	100,00	329.941.393	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009

Os dados encontrados por Barbanti indicam que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares totalizavam 2.477.071 unidades, representando 47,86% do total de estabelecimentos em 2006. Essas propriedades de pequeno porte representavam somente 2,36% do total de áreas dos estabelecimentos rurais cadastrados. Já os grandes estabelecimentos, com 1000 hectares ou mais, totalizavam 46.911 unidades, ou seja, 0,91% do total de estabelecimentos, porém abrangiam uma área de cerca de 146 milhões de hectares, somando 44,42% do total das áreas rurais em estabelecimentos, o que indica a forte concentração fundiária expressa no Brasil. (Barbanti, 2018)

Os dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2016) também indicam que existem 9.322 imóveis rurais de titularidade pública, com 160.062.972 hectares. Somados àqueles de titularidade privada, tem-se um total de 681.900.091 hectares. Como o território brasileiro possui

851.576.700 hectares, faltam 169.676.609 hectares no cadastro federal. São praticamente 170 milhões de hectares, ou cerca de 20% de terras brasileiras cuja titularidade é desconhecida (BARBANTI, 2018, p.134)

Em oposição a essa tendência de estrangeirização das terras existem diversos movimentos e iniciativas de resistência, como a Via Campesina e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) no Brasil e Food First, Movimiento Regional por la Tierra e Fundação Amigos de la Tierra (Argentina). Esses grupos possuem consciência sobre os impactos negativos desses fenômenos e muitas vezes o sentem na pele, como a perda da soberania e segurança alimentar<sup>69</sup>, aumento do preço das terras e consequente expulsão de seus moradores locais, enfraquecimento de políticas de reforma agrária, etc.

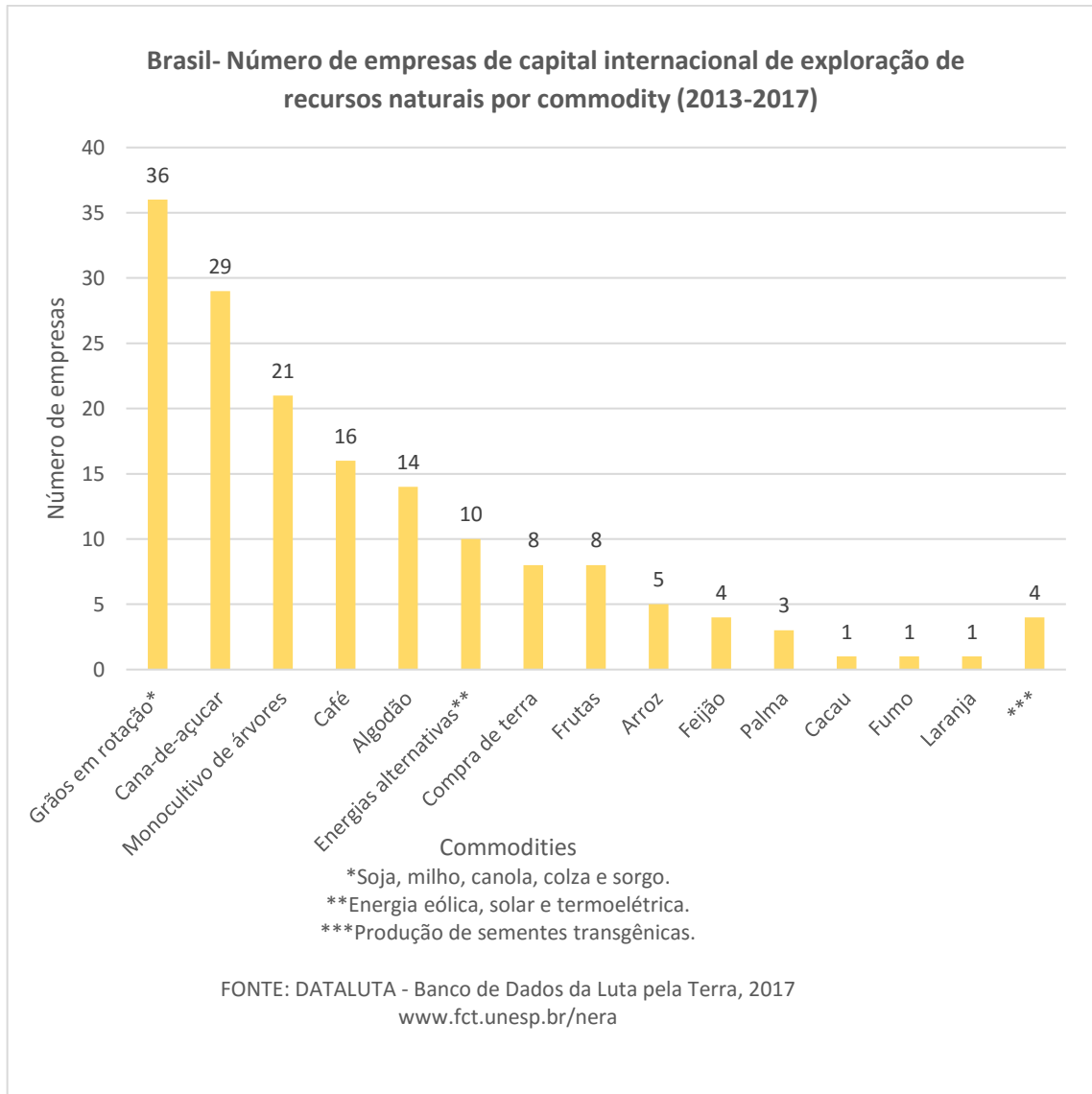
O território não tem valor econômico em si mesmo; ele gera a riqueza de várias e diferentes maneiras em consequência dos usos que dele fazem os seus habitantes.[...] Todavia, pessoas e territórios não são separáveis na produção de bens e serviços: a produção há de ocorrer em algum lugar, e o local ou a área é um dos fatores condicionantes do processo econômico. O território onde o processo se desenvolve deve estar sob um regime político, dentro de um dado sistema de leis e num determinado lugar com respeito aos meios de transporte e aos mercados. O território, sendo habitat das pessoas, é o receptáculo de suas atividades econômicas. (GOTTMAN, 1973, p.57)

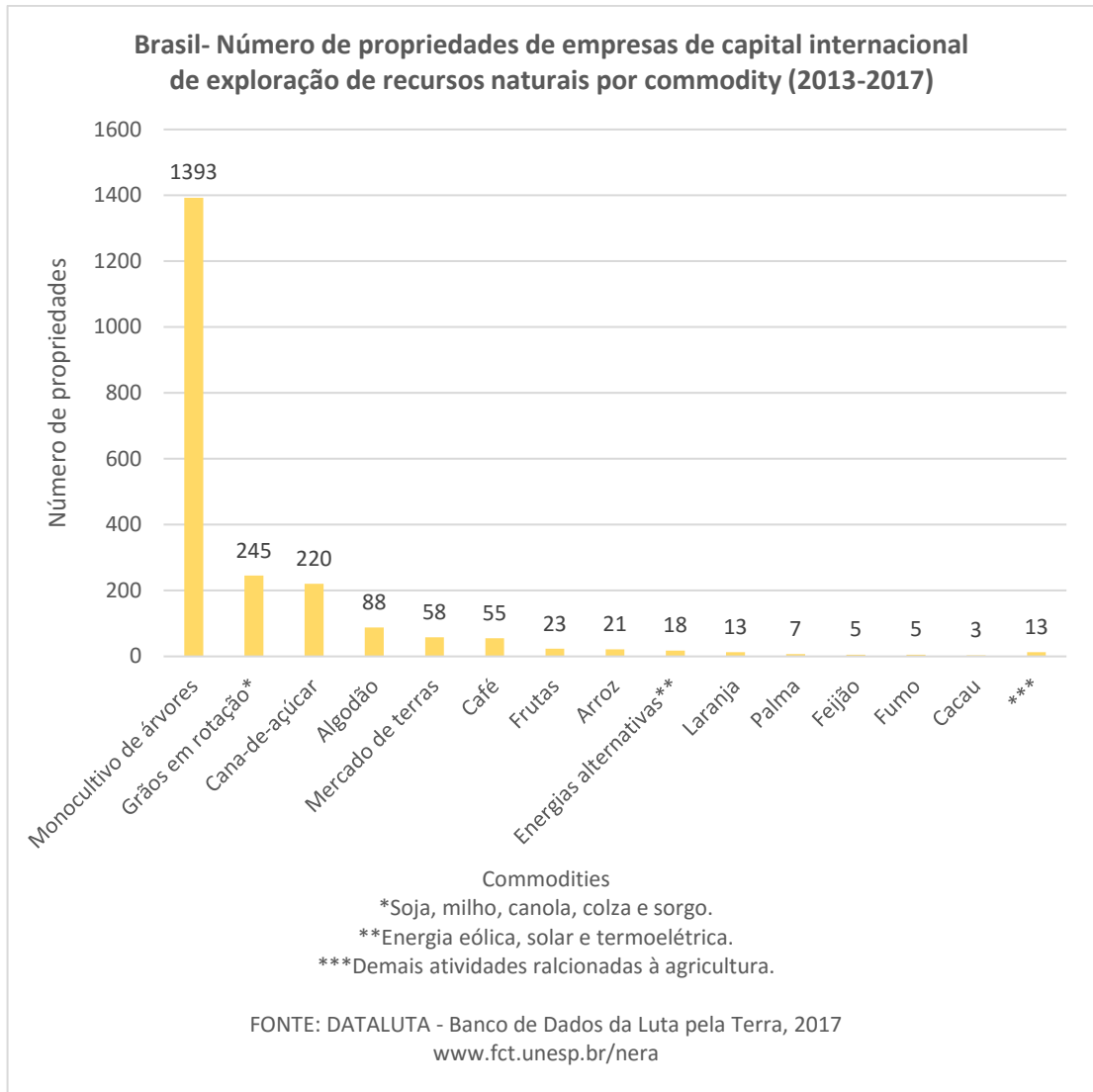
De acordo com dados do INCRA, encontrados no artigo de Oliveira (2010), em 2008, cerca de 34.591 imóveis eram de posse estrangeira, ocupando área de 4.038.885 de hectares. A Amazônia Legal ficou com 34,6% da área ocupada por esses imóveis; a região Norte 13,0%; Nordeste 13,8%; Centro-Oeste 38,0%; Sudeste 23,4%; e Sul 11,7%.

Além disso, analisando dados do Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA) de 2017, percebemos que o monocultivo de árvores é um setor de grande influência na aquisição de terras brasileiras por estrangeiros, como fica evidenciado nos gráficos abaixo:

---

<sup>69</sup> Uma vez que áreas antes destinadas a produção de alimentos se tornaram áreas focadas na produção de commodities, além do aumento no uso de agrotóxicos e insumos nessas plantações, prejudicando a produção alimentar dos camponeses.





De acordo com Saquet (2013), existe uma disputa de territorialidade entre as comunidades e o agronegócio estrangeiro que envolve não só o aspecto físico, mas também diversas características culturais, políticas e identitárias. As territorialidades são modificadas em consequência do surgimento de novas formas de desenvolvimento. “As relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade. Envolve relações (i)materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente” (SAQUET, 2013, p. 27).

## 5. Conclusão

Para Lênin e Luxemburgo o imperialismo era a resposta para a perpetuação do capitalismo mesmo diante de suas múltiplas crises, enquanto que para Lefebvre o capitalismo só conseguia sobreviver a partir da produção do espaço. Harvey, unindo um pouco dessas teorias já existentes aborda o tema a partir dos ajustes espaciais, ou ajustes espaço temporais. Essa tese afirma que a expansão geográfica e a reorganização espacial são as maneiras de absorção do capital e da mão de obra superacumulados (HARVEY, 2005). Essa dinâmica pode ser interpretada como uma nova forma de imperialismo, posto que essa nova reprodução do espaço se dá de maneira vertical, muitas vezes unida ao desapossamento.

Segundo Harvey (2005), a superacumulação acontece mediante dois fatores: excedente de mão-de-obra e excedente de capital.

Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b. (HARVEY, 2005, p.11)

Para o autor, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, abertura de novos espaços para a acumulação de capital e “a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada)” (HARVEY, 2005, p.12) são maneiras de consumir os excedentes. Quando falamos sobre o investimento de fundos de pensão em florestas plantadas em território brasileiro é possível observar essas duas tendências: a de reorganização temporal e espacial. Essa dinâmica, no fundo, ocorre por um simples motivo: capital que não está em movimento, está continuamente se desvalorizando.

É por esse motivo que os fundos de pensão estão fazendo investimentos no que podemos chamar de *spatial fix* ao longo do mundo. De acordo com Sauviat (2005), os regimes de previdência por capitalização de alguns países como Canadá, Estados Unidos, Austrália, Reino Unido criaram “caixas de aposentadoria” com a finalidade de acumulação e valorização nos mercados financeiros, chamadas de fundos de pensão. Esses fundos de pensão podem ser administrados por entidades públicas ou privadas e a função dessas entidades é guardar e “aumentar” a poupança das pessoas, para que depois de aposentadas elas possam receber um pagamento mensal. Essa geração de poupança interna gera um grande impacto na economia como um todo e consegue impulsionar o mercado financeiro.

No caso dos Estados Unidos esse processo ganhou força no início dos anos 1970, por conta de incentivos fiscais e de pressões sindicais para a melhora das pensões dos aposentados. Porém, é nos anos 1980, devido a alguns fatores como elevação da taxa de juros, baixa inflação e desenvolvimento da bolsa, que esses fundos de fato passam a exercer sua influência nos regimes financeiros. No início as aplicações eram voltadas para títulos da dívida pública, sendo que mais tarde a compra de ações em empresas se tornou mais comum. (SAUVIAT, 2005)

Esses planos de previdência foram responsáveis pela entrada do capital de milhões de família de classe média no mercado bursátil. Segundo a autora, atualmente, cerca de 20% dos ativos financeiros de famílias norte americanas estão aplicados em mutual funds. Os mutual funds, chamados também de fundos de investimento coletivos, não possuem ativos próprios, ou seja, apenas administram para seus clientes.

Nos anos 1990 outros fatores impulsionaram a força financeira desses fundos, como desregulamentação financeira das fronteiras domésticas e a valorização da bolsa. (SAUVIAT, 2005)

Os investidores institucionais - no topo dos quais se encontram os fundos de pensão e os mutual funds - estão na origem do essencial das transações nos mercados de ativos. Na praça de Paris, por exemplo, eram responsáveis, no fim de 2002, por mais de 90% das transações em ações e por mais de 95% das transações em obrigações(...) assim, são os principais responsáveis pelos movimentos diários dos preços das ações. (SAUVIAT, 2005, p.116)

Ao mesmo tempo que o volume de transações na bolsa crescia, o tempo médio de permanência das ações nas carteiras diminuía, passando inicialmente de dois anos para oito meses. Sauviat (2005) responsabiliza esse ocorrido pela transferência da gestão de seus ativos para administradores especializados (principalmente no caso de títulos estrangeiros) como a Brookfield, que faz com que a pressão por retornos elevados e rápidos aumente.

Transformada em capital-dinheiro nas mãos de poderosas instituições financeiras, essa poupança tornou-se um fator de instabilidade econômica, um instrumento de reestruturação das empresas segundo uma lógica mais financeira que industrial, e um instrumento poderoso de disciplinamento do salariado. (SAUVIAT, 2005, p.131)

De acordo com o relatório do GRAIN (2015) diversos fundos de pensão suíços, norte americanos e canadenses estão adquirindo terras em território brasileiro de uma maneira violenta para as populações locais, que muitas vezes são expulsas de suas terras. Apesar da lei brasileira ser restritiva para a compra de terras por estrangeiros, os fundos encontram diversas maneiras de contorna-la.

De acordo com os dados da GRAIN, esses fundos passaram a investir em terras há relativamente pouco tempo, porém, qualquer movimentação feita por eles traz grandes impactos. Em 2013, por exemplo, os fundos ao total possuíam cerca de US\$23 trilhões em ações, sendo que no mínimo US\$5-15 bilhões se destinaram para a aquisição de terras. Podemos citar alguns fundos de pensão como exemplo desse processo, como Ohio Police & Fire Pension Fund (OP&F), New Mexico Educational Retirement Board (NMERB) e Oregon Public Employees Retirement Fund (OPERF), uma vez que investiram nos fundos de investimento da Brookfield voltados para agricultura ou silvicultura.

No Brasil, por exemplo, o patrimônio total dos fundos de pensão chega a R\$ 20.753.945 bilhões, distribuído em 299 entidades (Previc, Estatística Trimestral - jun/2018)<sup>70</sup>. Segundo dados de Watson (2015), o total de ativos dos fundos de pensão mundiais chegava a US\$36 trilhões, sendo que 60% desse valor se encontra nos Estados Unidos. De acordo com Pinheiro (2008), as entidades de previdência no Brasil investem em diversos setores, como: energia elétrica, siderurgia, telecomunicações, petroquímica, indústria de alimentos, produção de aviões e mineração, causando impactos em todas essas áreas.

Esse investimento financeiro em países estrangeiros evidencia proposições feitas por Harvey. Desde o final do século XIX, importantes países europeus buscaram alternativas fora de seus territórios para a resolução de seus problemas, criando novos espaços através da expansão geográfica. A isso podemos dar o nome, de acordo o autor, de “imperialismo europeu”. Para Arendt (1968), esse imperialismo é “a primeira etapa do domínio político da burguesia e não a última fase do capitalismo” (p.18)

A mudança para uma forma liberal de imperialismo (associada a uma ideologia de progresso e a uma missão civilizatória) não foi resultado de imperativos econômicos absolutos, mas da falta de vontade política, por parte da burguesia, para renunciar a determinados privilégios de classe, bloqueando assim qualquer possibilidade de absorver a superacumulação através de reformas sociais internas. (HARVEY, 2005, p.16)

De acordo com Harvey, um dos principais fatores que determinam a dinâmica espaço geográfico e a política imperialista é a esfera financeira e a dinâmica de acumulação de capital que, segundo Gowan (2001), é utilizada para estimular o processo de globalização e a ascensão das políticas neoliberais.

Uma aliança entre os poderes de non sancta Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma a ponta da lança de um “capitalismo de rapina” muito mais dedicado à apropriação e

---

<sup>70</sup> No Brasil, as maiores EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) são: PREVI/BB, PETROS, FUNCEF, FUNCESP, ITAU UNIBANCO.

desvalorização de ativos do que à sua construção por meio de investimentos produtivos. Sob as condições de superacumulação, estes “outros meios” podem ser dirigidos para forçar desvalorizações e práticas canibais preferentemente praticadas em espaços alheios e sobre aqueles que têm menos capacidade de reação. (HARVEY, 2005, p.20)

O espaço geográfico, que pode ser considerado como um sinônimo de território usado (Santos, 1994; Santos e Silveira, 2001), é um elemento essencial para a compreensão dos períodos históricos. Ele representa a fusão entre vida social, política e econômica com a materialidade.

Em outras palavras, com objetos e ações se usa o espaço, se desenvolve o trabalho e se divide entre agentes e lugares, a partir de relações distintas de poder e disputa. Daí que consideremos o espaço geográfico como um rendilhado de divisões territoriais do trabalho, um sinônimo de território usado. (SILVEIRA, 2010, p.74)

Para Silveira (2011) o território usado seria um local onde diversos fatores contribuem para à geração de diversas situações. Todos esses fatores são interdependentes, e na época da globalização a separação entre local e global se torna cada vez mais fraca. Não que a globalização cause a homogeneização do espaço, na realidade o que ocorre é o aumento da especialização dos locais. Segundo Harvey (2001), a globalização seria apenas outra maneira de produção e reprodução do espaço.

A partir das tecnologias de transporte e comunicação foi possível diminuir a distância entre os locais, fazendo assim com que uma das leis fundamentais do capitalismo segundo Marx se cumprisse: “the annihilation of space through time” (“aniquilação do espaço através do tempo”).

Apesar de sua hegemonia, essas empresas têm uma relação de necessidade com o resto da sociedade. Para produzir de forma moderna, convocam outros atores e aí o papel do discurso é fundamental para conquistar a adesão. Muito se fala em crescimento, criação de empregos diretos e indiretos, indústrias de autopeças e exportação, mas nada se discute sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infraestruturas, os royalties e o aumento da dívida externa, a importação de peças e veículos completos. Entretanto, o custo para a sociedade como um todo é alto, ao tempo que a extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva é causa de vulnerabilidade. (SILVEIRA, 2011, p.06)

De acordo com Arroyo (2001), a globalização leva a tendência a especializações produtivas, ou seja, locais que apresentam maior afinidade com determinadas atividades, sejam elas no campo ou nas cidades. Essa agregação, para Silveira (2011):

Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos

globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais. (p. 07)

Essas áreas especializadas, de acordo com suas características e aptidões naturais e artificiais (como infraestrutura, sindicatos, ajudas fiscais) podem atrair ou repelir aplicações. Para Santos (1996) a partir da cognoscibilidade do planeta as grandes instituições tem a capacidade de reconhecer onde os recursos mais favoráveis se encontram. Por esse motivo podemos observar no caso dos fundos da Brookfield voltados para a silvicultura a presença de investimentos na área do Maciço Florestal, no estado do Mato Grosso do Sul, como exemplo. Uma vez que a estrutura e a economia do local já foram preparadas para a produção madeireira, a instalação de suas fazendas se torna muito mais simples.

É importante ressaltar que as empresas, para se instalarem nessas localidades, apresentam um discurso baseado no crescimento da economia e na criação de empregos. Contudo, pouco se fala acerca a monofuncionalidade de portos e de outras infraestruturas, dos royalties, do aumento da dívida externa e o escoamento de dinheiro público para o suporte das atividades. (SILVEIRA, 2011) Dessa forma, a população local se torna completamente alienada aos processos que ocorrem no território, uma vez que ficam subordinados a desejos empresariais.

No caso da instalação das florestas plantadas em Rio Pardo de Minas, por exemplo, de acordo com Overbeek (2010), os mais de 90 mil hectares de eucalipto geraram menos empregos do que a produção artesanal de cachaça, que forneceu 1.150 empregos e cobriu apenas 2.500 hectares.

Porém, toda essa dinâmica, para Silveira (2011), depende do poder público e do exercício político, dentro e fora das grandes corporações.

Quando o poder público promove poucas atividades oligopolizadas, o território vê transformar-se recursos em ativos circunscritos e limitados a um pequeno número de atores. Desse modo, cresce a vulnerabilidade do território e da sociedade e a riqueza se concentra. Talvez um caminho para transformar essa situação seja formular as políticas públicas que, considerando que o território usado é plural, possam assegurar a possibilidade de existência de todos os atores. (SILVEIRA, 2011, p.11)

Nesse sentido, o dinheiro público acaba sendo usado para duas finalidades: construir uma ordem corporativa favorável aos investimentos e controlar a instabilidade social causada

pela falta de respostas às demandas básicas. Como consequência direta desse processo podemos citar as migrações em busca de trabalho e de melhores condições de vida, incluindo fatores como saúde, educação, cultura (SILVEIRA, 2011).

De acordo com a autora, o período posterior a Segunda Guerra Mundial é marcado pelo forte avanço das tecnologias de comunicações, informática e automação. Dessa maneira o controle dos países economicamente menos desenvolvidos passou a ser feito a partir da onipresença das finanças, da informação e do consumo. Sendo assim, no novo período do capitalismo as empresas multinacionais são aquelas que comandam e dominam “estruturas políticas, econômicas, sociais e territoriais dos países subdesenvolvidos.” (p.76)

Assim sendo, fica evidente o papel das finanças no desenvolvimento territorial contemporâneo. A partir do caso do investimento no setor brasileiro de florestas plantadas por diversos investidores estrangeiros, com destaque para os fundos de pensão, foi possível perceber como que o capital se desloca pelo espaço, criando novos arranjos territoriais que impactam diretamente a vida de diversas populações. Dessa maneira, Lefebvre ainda se faz atual, uma vez que: “A luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê no espaço” (LEFEBVRE, 2000, p.68).

## **REFERÊNCIAS**

- ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 123-177, 1996.
- ARROYO, M. Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARROYO, M. Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2004.
- BARBANTI JUNIOR, O. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 2, p. 132-154, 2018.
- BORRAS Jr, S.; KAY, C., GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4): 402–416, 2012.
- BORRAS Jr., S., FRANCO, J., KAY, C., SPOOR, M., “Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives”, FAO. 2011.
- capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*. 2016 Jul;36(3):144.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo. 2005.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. Xamã, 1996.
- CLAPP, J. Financialization, distance, and global food politics. *The Journal of Peasant Studies* 41(6), 2014. 797–814 pp.
- COTULA, L. Land grab or development opportunity?: agricultural investment and international land deals in Africa. *Iied*, 2009.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers, *The Journal of Peasant Studies*, 39 (3-4), 2012. 649-680 pp.

DE CASTRO, L. F.P.; SAUER, S. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. **Questões agrárias, agrícolas e rurais**, v. 22640, p. 39.

DE OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 2007.

DE OLIVEIRA, Y. M. M.; DE OLIVEIRA, E. B.; MEDRADO, MJS. Resultados indicadores da sustentabilidade do segmento de florestas plantadas. **Embrapa Florestas-Capítulo em livro científico (ALICE)**.

DE'NADAI, A.; OVERBEEK, W.; SOARES, L. A. Promessas de Emprego e Destruição de Trabalho—O caso Aracruz Celulose no Brasil. **Coleção do WRM sobre as plantações**, v. 2, 2005.

DEININGER, K.; BYERLEE, D. The rise of large farms in land abundant countries: Do they have a future?. The World Bank, 2011.

DELL'ANGELO, J., et al. The tragedy of the grabbed commons: coercion and dispossession in the global land rush. **World Development**, v. 92, p. 1-12, 2017.

EDELMAN, M. **Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos**. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FAIRBAIRN, M. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *Journal of Peasant Studies*. DOI: 10.1080/03066150.2013.873977, 2014.

FAO, Ifad; IMF, Oecd; UNCTAD, Wfp. the World Bank, the WTO, IFPRI and the UN HLTF (2011). Price volatility in food and agricultural markets: policy responses. Rome, FAO, 2011.

FARINHA e SILVA, C. A; BUENO, J. M.; NEVES, M. R. A Indústria de Celulose e Papel no Brasil na Primeira Década do Século XXI. A Indústria de Celulose e Papel no Brasil. Guia ABTCP - Fornecedores & Fabricantes - Celulose e Papel, 2015.

- FREDERICO, S. Território, Capital Financeiro e Agricultura. Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. Relatório de Pós Doutorado. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris, 8., 2016
- GERBER, J. Conflicts over industrial tree plantations in the South: Who, how and why?. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 1, p. 165-176, 2011.
- GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Univ of Virginia Pr, 1973.
- GOWAN, P.; PANITCH, L. & SHAW, M. (2001). “The state, globalization and the new imperialism: a round table discussion”. *Historical Materialism*, 9.
- GRAIN briefing. GUNNOE, A., The political economy of institutional landownership: neorentier Society and the financialization of land. *Rural Soc.* 2014.
- GRAIN, October. Seized! The 2008 land grab for food and financial security. **Grain Briefing**, 2008.
- GUNNOE, A.; GELLERT P. Financialization, shareholder value, and the transformation of timberland ownership in the U.S. *Critical Sociology*, 37(3), 265–284, 2010
- HARVEY, D. Globalization and the “spatial fix”. 2001.
- HARVEY, D. *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”-ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas sociais**, n. 13/14, p. 9-23, 2005.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEADEY, D.; FAN, S.. Anatomy of a crisis: the causes and consequences of surging food prices. *Agricultural economics*, v. 39, p. 375-391, 2008.
- HOLMES, G. What is a land grab? Exploring green grabs, conservation, and private protected areas in southern Chile. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.
- IOS, Instituto Observatório Social. 2005. *Responsabilidade social na Veracel Celulose*.

- KRÖGER, M. Promotion of contentious agency as a rewarding movement strategy: evidence from the MST-paper industry conflicts in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 435-458, 2011.
- KRÖGER, M. The political economy of global tree plantation expansion: a review. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014.
- KRÖGER, M. The politics of pulp investment and the Brazilian Landless Movement (MST). *Acta Politica*, University of Helsinki, n.39, 2010.
- KRÖGER, M.; NYLUND, J. The conflict over Veracel pulpwood plantations in Brazil—Application of Ethical Analysis. **Forest Policy and Economics**, v. 14, n. 1, p. 74-82, 2012.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 4e. edition, 2000 [1974].
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LUXEMBURGO, R. The accumulation of Capital, New York: Monthly Review Press, 1968, pp. 452-3
- MAGDOFF, F. Twenty-first-century land grabs: Accumulation by agricultural dispossession. *Monthly Review*, v. 65, n. 6, p. 1, 2013.
- MALINA, L. L. A territorialização do monopólio do setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 359f. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*, FFLCH, USP.
- MARSDEN, Terry et al. Towards a political economy of capitalist agriculture: a British perspective. *International journal of urban and regional research*, v. 10, n. 4, p. 498-521, 1986.
- MARX, K. O capital, livro III. Trad. port., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011

MASSEY, D.; CATALANO, A.. Capital and land. London: Edward Arnold, 1978. McMichael, P. 2012. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 681–701.

MCMICHAEL, P. Development and social change: A global perspective. Pine Forge Press, 2012.

MENDELL, B. C.; SYDOR, T.; LANG, A. H. US investor perspectives of international timberland investments and Colombia. *International Forestry Review*, v. 13, n. 4, p. 456-460, 2011.

OLIVEIRA, A. U.. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês. *Agrária (São Paulo. Online)*, n. 12, p. 3-113, 2010.

OUMA, S.. Situating global finance in the Land Rush Debate: A critical review.

OVERBEEK W, KROGER M, GERBER J-F. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT No. 3, 108 p., 2012

OVERBEEK, W. Brasil: comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto realizam intercâmbio de experiências em Minas Gerais. Disponível em <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/brasil-comunidades-impactadas-pela-monocultura-do-eucalipto-realizam-intercambio-de-experiencias-em-minas-gerais/>> Acesso em: 10/10/2018

PAULANI, L.M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos avançados*. 2009;23(66):25-39.

PAULANI, L.M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o

PEDREIRA, M. S. et al. O Complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. 2008.

PEREIRA, A. Os desafios para o trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo/MS. 2007.

Perpetua, G. M. Os novos territórios da celulose: notas sobre o modus operandi da veracel celulose no extremo sul da bahia., 2004

PINHEIRO, R. P. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. **São Paulo: Peixoto Neto**, 2008.

REDE SOCIAL, GRAIN; PARES, Inter; AMERICA, Solidarity Sweden-Latin. Foreign pension funds and land grabbing in Brazil. **Barcelona: GRAIN**, 2015.

ROBINSON, W. I. Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State A travers la frontière de la théorie de l'impérialisme: le capitalisme global et l'état transnational Mas all de la teoría del imperialismo: capitalismo global y estado transnacional. *Societies Without Borders*, v. 2, n. 1, p. 5-26, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Por uma nova globalização. *São Paulo: Hucitec*, 1994.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000..

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1996.

SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 3º ed, 2013.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do poder acionário. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo. 2004.

SEUFERT, P. The Human Rights Impacts of Tree Plantations in Niassa Province, Mozambique. **Heidelberg, FIAN International**, 2012.

SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, v. 15, n. 1, p. 74-88, 2010.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. 2011.

STEEL, Griet; VAN NOORLOOS, Femke; KLAUFUS, Christien. The urban land debate in the global South: New avenues for research. *Geoforum*, v. 83, p. 133-141, 2017. *Studies* 33 (4): 402–416, 2012.

STORA ENSO. Annual Report, 2017. Disponível em: <<http://www.storaenso.com/investors/annual-report>>

SULLE, E.; NELSON, F. Biofuels, land access and rural livelihoods in Tanzania. IIED, 2009.

TAYLOR M.; BENDINGD T. Increasing commercial pressure on land: building a coordinated response. Discussion paper. Rome: International Land Coalition., 2009

URIARTE, U. M. ; CARVALHO, Milton J. F. Avenida Sete e seus transeuntes (parte 1). In: Uriarte, Urpi; Carvalho Filho, Milton Júlio. (Org.). **Panoramas urbanos**: usar, viver e construir Salvador. 1ed.Salvador: Edufba, 2014, v. 1, p. 31-58.

VERACL CELULOSE. Relatório Anual, 2017. Disponível em: <[http://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio\\_17.pdf](http://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio_17.pdf)>

VON BRAUN, J. Food and financial crises: Implications for agriculture and the poor. Intl Food Policy Res Inst, 2008.

VON BRAUN, J. et al. Land grabbing" by foreign investors in developing countries: risks and opportunities. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2009.

WATSON, T. Towers watson: Global pensions assets study 2013. 2011.

WRM. BRASIL: A EMPRESA DE MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO VERACEL CELULOSE TENTA EXPULSAR INDÍGENAS PATAXÓ DO SEU TERRITÓRIO. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-a-empresa-de-monocultivos-de-eucalipto-veracel-celulose-tenta-expulsar-indigenas-pataxo-do-seu-territorio/>>. Acesso em: 16/05/2018.

WRM. The definition of forest: WRM Briefing. World Rainforest Movement, Montevideo, 2011.

ZOOMERS, A. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, p.